

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

LUIZA APARECIDA DE BARROS

**A Identidade Profissional dos Assistentes Sociais diante da Judicialização da
Questão Social: particularidades na Defensoria Pública do Estado de São Paulo**

Mestrado em Serviço Social

SÃO PAULO

2017

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

LUIZA APARECIDA DE BARROS

**A Identidade Profissional dos Assistentes Sociais diante da Judicialização da
Questão Social:** particularidades na Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek.

SÃO PAULO

2017

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek

Dra. Maria Lúcia Martinelli

Dra. Eunice Teresinha Fávero

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, com concessão de bolsa parcial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek, minha orientadora, que me deixou criar intelectivamente sem oposição aos caminhos escolhidos pela pesquisa e que sempre acreditou nesse trabalho.

À Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (EDEPE) que, por meio do programa de capacitação de servidores, apoiou financeiramente o primeiro semestre do mestrado.

À CAPES pelo apoio financeiro no curso de dois anos, fundamental para a realização dessa pesquisa.

Aos professores e professoras que fizeram a diferença substancial no cotidiano desse percurso.

A todas as pessoas que aceitaram participar como sujeito dessa pesquisa, sem vocês esse trabalho não teria substância.

À Alessandra, minha companheira de trabalho, que acompanhou intensamente todas as etapas desse ciclo, à sua paciência e apoio diários.

Às minhas amigas Cida e Rose que, no estágio em Serviço Social, me apoiaram e viveram comigo muitos momentos e reflexões.

À querida Andréa, ensinou-me a respirar nos momentos mais ansiosos.

Aos meus pais e irmã pelo apoio e carinho constantes.

Ao meu companheiro, amigo e amor, Ailton, por sempre compartilhar sua experiência acadêmica, apoiar-me na produção técnica, nas tarefas cotidianas e tornar mais suave minha aventura intelectual.

À minha pedra preciosa, minha filha, que tão sabiamente me apoiou, ajudou, participou desse processo, e entendeu minhas ausências nesse percurso árduo de produção intelectual, Sofia, minha rosa mais linda do jardim.

RESUMO

BARROS. L. A. **A identidade profissional dos assistentes sociais diante da judicialização da questão social:** particularidades na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2017, 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender se há identidade profissional de assistentes sociais construída na Defensoria Pública do Estado de São Paulo no contexto da judicialização da questão social. Parte-se da compreensão que o acesso ao poder judiciário para garantias dos direitos sociais não deve ser a única e tampouco a melhor via de acesso à justiça. A hipótese central foi formulada a partir da premissa que os assistentes sociais ainda não tinham uma identidade construída nesse espaço. Dos procedimentos de pesquisa foram utilizadas as técnicas de pesquisa social por meio da escala de identidade e a coleta de dados por entrevista centrada com os profissionais do Serviço Social, bem como entrevistas semi-estruturadas com profissionais que atuam na equipe multidisciplinar, psicólogos/as e defensores/as, e usuários do serviço. O fundamento teórico-metodológico orienta-se a partir da teoria social de Karl Marx, a partir das categorias emancipação e consciência. Também buscou-se trabalhar as categorias de identidade profissional, de Maria Lúcia Martinelli, a partir dos aprofundamentos de identidade atribuída, construída e aprofundada pela autora, bem como se aproximou da categoria “experiência”, de Walter Benjamin, por entender que aí estão contidas discussões importantes sobre o vir a ser não subsumido pela ótica do capital, bem como a crítica da filosofia do direito apontada por Pachukanis (1988). Dos resultados obtidos na pesquisa observou-se que surge uma identidade profissional construída na Defensoria. No entanto, é preciso que os profissionais mantenham o enfrentamento no espaço positivista do direito para que a profissão não seja subsumida como mera função auxiliar que contribui para a manutenção e conformação das formas jurídicas existentes.

Palavras-chaves: identidade profissional, defensoria pública, judicialização da questão social, crítica ontológica ao direito.

ABSTRACT

BARROS. L. A. **The professional identity of social workers before the judicialization of the social question:** particularities in the Public Defender of the State of São Paulo. 2017, 177 f. Dissertation (Master in Social Work) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

The present research aims to understand if there is a professional identity of social workers built in the Public Defender of the State of São Paulo in the context of the judicialization of the social question. It is understood that access to the judiciary to guarantee social rights should not be the only way to access justice. The central hypothesis was formulated from the premise that social workers still did not have an identity built in this space. The research procedures used the social research techniques through the scale of identity and the data collection by interview centered with the Social Service professionals, as well as semi-structured interviews with professionals who work in the multidisciplinary team, psychologists and public defenders, and service users. The theoretical-methodological foundation is guided by the social theory of Karl Marx, from the categories emancipation and conscience. It was also sought to work on the categories of professional identity, by Maria Lúcia Martinelli, from the depths of identity attributed, built and deepened by the author, as well as approached the category "experience", by Walter Benjamin, because they are contained there. Important discussions about what is to be subsumed by the view of capital, as well as the critique of the philosophy of law pointed out by Pachukanis (1988). From the results obtained in the research it was observed that a professional identity emerges built in the Public Defender. However, it is necessary for professionals to maintain their confrontation in the positivist space of law so that the profession is not subsumed as a mere auxiliary function that contributes to the maintenance and conformity of existing legal forms.

Key words: professional identity, public defense, judicialization of the social question, ontological critique of law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Capítulo 1.	SUBSÍDIOS PARA UMA CRÍTICA AO DIREITO
1.1.	O direito na perspectiva marxista.....28
1.2.	Considerações do conservadorismo na atualidade.....33
1.3.	Elementos para o debate sobre a judicialização da vida.....38
Capítulo 2.	ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL
2.1.	O tempo presente é o tempo das possibilidades – a história como categoria fundamental para compreensão da vida material.....43
2.2.	Construir um para si profissional, discussão sobre a categoria consciência.....49
2.3.	A experiência como substância política.....52
Capítulo 3.	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: de fenda da justiça ao encastelamento institucional
3.1.	Elementos para o debate sobre acesso à justiça.....58
3.2.	Defensoria Pública no Brasil – demandas e dificuldades.....60
3.3.	Contexto da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.....66
3.3.1.	Centro de Atendimento Multidisciplinar.....71
3.3.1.1.	Potências e resistências no Centro de Atendimento Multidisciplinar.....74
3.4.	O Serviço Social na Defensoria Pública – breves apontamentos.....77
Capítulo 4.	Procedimentos da Pesquisa.....80
Capítulo 5.	Apresentação de dados
5.1.	Escala de identidade.....85
5.2.	Entrevistas.....122
5.2.1	Assistentes sociais na Defensoria.....123
5.2.2.	O ponto de vista do lado de fora.....136
5.2.2.1.	Experiências com profissionais do Serviço Social, comparação Defensoria e outros locais de atuação.136

5.2.2.2.	O que identifica os profissionais de Serviço Social na Defensoria.....	137
5.2.2.3.	Contribuições do Serviço Social na Defensoria.....	140
5.2.2.4	Demandas para o Serviço Social.....	142
5.2.2.5	As demandas das usuárias.....	145
5.2.3	Reflexões institucionais.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		159
ANEXOS.....		166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Ano de Criação das Defensorias Estaduais (organizado pela autora).....	61
Gráfico 2: IDHM dos estados brasileiros (dados organizados pela autora).....	61
Gráfico 3. Atribuição dos defensores públicos.....	65
Gráfico 4. Tempo de trabalho na Defensoria.....	86
Gráfico 5. Idade.....	86
Gráfico 6. Gênero.....	88
Gráfico 7. Formação acadêmica.....	89
Gráfico 8. Percebo em assistentes sociais que trabalham comigo ou que dividem alguma parceria na Defensoria o mesmo pensamento que me orienta no cotidiano (em proporção).....	91
Gráfico 9. Quando ingressei na Defensoria me identifiquei com os colegas de profissão facilmente (em proporção).....	91
Gráfico 10. Sinto-me parte no grupo de profissionais assistentes sociais (em proporção).....	92
Gráfico 11. Com tranquilidade consigo dialogar com outros colegas de profissão sobre o meu exercício profissional cotidiano (em proporção).....	93
Gráfico 12. Tenho facilidade no trabalho com a equipe com a qual divido cotidianamente a rotina do exercício profissional (em proporção).....	94
Gráfico 13. Preferiria trabalhar separado das outras profissões, pois o ponto de vista de intervenção é diferente, e dificulta o atendimento (em proporção).....	95
Gráfico 14. Eu tenho muitas ideias, mas não consigo desenvolvê-las como um projeto com a minha opinião somente (em proporção).....	95
Gráfico 15. Para atender adequadamente é preciso conhecer muito de áreas como a Psicologia e o Direito (em proporção).....	96
Gráfico 16. A graduação me preparou para o exercício profissional cotidiano (em proporção).....	97
Gráfico 17. O marco teórico pautado no materialismo histórico dialético não me dá o respaldo na atuação cotidiana (em proporção).....	98
Gráfico 18. Estudo frequentemente independente de vinculação acadêmica (em proporção).....	99
Gráfico 19. Continuo a estudar após a graduação a fim de aprofundar na busca de conhecimento (em proporção).....	99
Gráfico 20. Sem a especialização adequada frente às demandas cotidianas meu trabalho não se desenvolve (em proporção)	100
Gráfico 21. Minha intervenção não é tutelar o usuário, faço o encaminhamento para que ele próprio busque o local onde deve ir (em proporção).....	101

Gráfico 22. Quando o usuário não aceita o encaminhamento realizado, encerra-se o atendimento possível (em proporção).....	102
Gráfico 23. Os usuários que chegam ao atendimento multidisciplinar muitas vezes são aqueles que sempre buscam os serviços públicos para resolver questões que são de responsabilidade deles, parecem estar acostumados a serem tutelados (em proporção).....	103
Gráfico 24. Em muitos casos a pessoa procura a Defensoria e não há o que ser feito, o problema apresentado é papel exclusivo da rede de serviços públicos (em proporção).....	103
Gráfico 25. Quando observo que não é demanda da Defensoria encaminho diretamente ao serviço competente (em proporção).....	104
Gráfico 26. O pior é não saber se o encaminhamento deu certo porque o usuário não retornou para informar se as necessidades apresentadas foram atendidas (em proporção).....	104
Gráfico 27. O que se observa no cotidiano são ações pontuais que não contribuem para mudanças significativas na vida dos sujeitos, faz-se o que é possível (em proporção).....	105
Gráfico 28. No cotidiano sempre surgem as mesmas histórias. Isso facilita a realização do trabalho (em proporção).....	105
Gráfico 29. O atendimento diário nos consome e as histórias cansam porque se observa a mesma coisa diferentes vezes no dia e na semana. Poucos usuários realmente consideram o que é proposto como reflexão no atendimento (em proporção).....	106
Gráfico 30. Há questões que exigem menor envolvimento profissional do que outras no atendimento diário (em proporção).....	106
Gráfico 31. Observo que a discussão da discriminação é superestimada. Às vezes há mais preconceito da própria pessoa que se diz sofrer discriminação (em proporção)...	107
Gráfico 32. A questão do nome social é algo delicado. Como vou perguntar a pessoa se tem nome social ou não? Não sou homofóbico/a, tenho amigos/as gays e os aceito muito bem, mas às vezes é difícil chamar de Maria quem se parece João (em proporção).....	108
Gráfico 33. O uso contínuo de drogas pelos genitores prejudica em maior ou menor grau a convivência das crianças com seus pais (em proporção).....	109
Gráfico 34. Mães que batem em seus filhos não devem permanecer com a guarda (em proporção).....	110
Gráfico 35. Observam-se, no caso de uso de drogas, muitas queixas dos familiares. No entanto, eles não percebem o quanto são responsáveis por essa questão e buscam na Defensoria a solução. E quando dizemos que não é esse o lugar, temos que aguentar todo o estresse que é gerado (em proporção).....	111
Gráfico 36. Muitas vezes as pessoas usam a Defensoria como corte no fluxo estabelecido pelas políticas públicas para acesso aos projetos e programas sociais (em proporção).....	112
Gráfico 37. Percebo que nem todas as pessoas que chegam à Defensoria deveriam ser atendidas por não ser hipossuficientes (em proporção).....	112

Gráfico 38. Antes havia mais espaços de discussão e debate na Defensoria, agora não se tem mais tempo. É atender, responder e quantificar. Tornou-se muito mecânico (em proporção).....	114
Gráfico 39. É difícil mensurar o trabalho que é realizado. Dados não expressam a realidade vivida no cotidiano (em proporção).....	114
Gráfico 40. Temos uma agenda lotada que dificulta a possibilidade de colocar em prática tudo que aprendemos na Universidade. É preciso dar conta da demanda diariamente e pouco trabalhamos a teoria que aprendemos (em proporção).....	115
Gráfico 41. Infelizmente estamos na lógica do “o mínimo que a gente faça, é alguma coisa” (em proporção).....	115
Gráfico 42. Não me prontifico a atuações extraordinárias, pois não há o devido reconhecimento institucional (em proporção).....	116
Gráfico 43. Pelo discurso extrajudicial institucional pouco conseguimos desenvolver enquanto assistentes sociais (em proporção).....	117
Gráfico 44. É tanto trabalho, mas para quem observa de fora não vê resultado nenhum. Então, o melhor é a gente mesmo valorizar o que temos, embora os outros profissionais não vejam (em proporção).....	119
Gráfico 45. Não está claro institucionalmente quais contribuições do Serviço Social (em proporção).....	119
Gráfico 46. O Serviço Social na Defensoria tem se pautado pelo viés da efetiva luta de direitos para além da judicialização (em proporção).....	120
Gráfico 47. Não vejo clara a representação das especificidades dos assistentes sociais na Defensoria pelo conjunto CFESS/CRESS (em proporção).....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Principais atuações do CAM na Defensoria.....	73
Quadro 2. Trabalhos com tema de assistentes sociais no título.....	77
Quadro 3. Matriz de análise da identidade profissional.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Trabalhos coletados por base de dados.....	19
Tabela 2. Trabalhos organizados por ano de indexação.....	19
Tabela 3. Trabalhos organizados por base de dados e ano de indexação.....	20
Tabela 4. Distribuição das palavras-chaves utilizadas para coleta.....	21
Tabela 5. Descrição das noções ou conceitos teóricos apresentados nos resumos dos trabalhos coletados.....	21
Tabela 6. Área de conhecimento dos trabalhos coletados por base de pesquisa.....	22
Tabela 7. Natureza da pesquisa realizada por área de conhecimento.....	23
Tabela 8. IDHM, defensores e população alvo por defensor.....	62
Tabela 9. Grau de concordância – escala de identidade.....	82
Tabela 10. Ano de formação.....	87
Tabela 11. Origem da formação.....	87
Tabela 12. Participação política.....	90

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa da Defensoria Pública no Brasil.....	64
Mapa 2. Mapa do desenvolvimento e equidade na cidade de São Paulo.....	67
Mapa 3. IPRS da Região Administrativa de São Paulo.....	68
Mapa 4. Vulnerabilidade social no município de São Paulo.....	69

Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento (...). Na realidade, os métodos de acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos. Karl Marx, O Capital.

INTRODUÇÃO

No período da graduação fui marcada pela experiência no espaço acadêmico em 2003, quando o Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social organizou um ciclo de debates sobre *Questão social e políticas de seguridade social* aberto a toda comunidade da PUC-SP e interessados. Em uma mesa de denso debate estiveram José Paulo Netto e Octávio Ianni. O debate ali realizado foi fecundo e permanece ainda na memória. Octávio Ianni iniciou suas reflexões sobre a questão social no percurso histórico, de síntese a antítese, em contínua afirmação e negação, que foi traduzida em suas palavras de modo fluido, propiciando a reflexão marcante de que a história é plena de possibilidades. Nessa densidade, apresentada por um dos mais célebres pensadores brasileiros, ele disse: “*a atividade intelectual é uma aventura do espírito*”.

É fato que Ianni não se reportou ao idealismo *strictu sensu* para pautar sua frase, mas nos saltos ontológicos dados a cada percurso da humanidade, possíveis somente a partir da práxis. Essa profundidade, traduzida em uma frase, alcançou plenitude somente agora em que a etapa do mestrado faz parte dessa trajetória profissional.

Tudo que chega ao Serviço Social é complexo e nossa tarefa é sempre desvelar essa realidade de forma a garantir direitos. Nunca é tarefa simples.

A judicialização da pobreza foi o tema que sempre me acompanhou, mas desde o Tribunal de Justiça e com a Defensoria, a atuação profissional dos assistentes sociais tem incomodado muito. Não pelo que fazemos, mas por qual é a direção social que está impressa nessa atuação, qual a identidade profissional que se pauta. Creio que isso ficou ainda mais forte quando, em um dos atendimentos na Defensoria, uma pessoa que se encontrava em situação de rua disse no final do atendimento: “olha, a senhora não é assistente social não né? Nunca vi assistente social atender assim não”.

Com 13 anos de atuação profissional no espaço do sistema de justiça era preciso tornar o conhecimento um potencial político. Propôs-se ao mestrado e aqui apresentamos o resultado de dois anos e meio de intensa *atividade intelectual, uma aventura do espírito*.

A construção da presente pesquisa passou antes por um processo de levantamento bibliográfico que pudesse colaborar para a consolidação do objeto de estudo. Esse levantamento foi realizado previamente ao ingresso no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social.

Tratou-se fundamentalmente de analisar as indagações suscitadas ao longo de quase dez anos de exercício profissional. Foi preciso delinear as inquietações das práticas sociais vivenciadas em diferentes espaços sócio-ocupacionais, mas que teve em comum o chamado espaço sociojurídico de atuação do Serviço Social.

Propor-se ao exercício de maturação intelectual através da inserção do programa de pós-graduação trouxe a responsabilidade de refletir os principais desafios na relação teoria/prática cotidiana no espaço do Sistema Penitenciário, do Tribunal de Justiça e atualmente da Defensoria Pública, ambos no estado de São Paulo.

Nesse levantamento foram estipulados os seguintes critérios para a coleta de dados: a origem das informações deveria advir de bases de dados de trabalhos científicos (CAPES, SCIELO), bem como em bibliotecas online de Serviço Social com notas 6 e 7 da CAPES em 2013 (PUC-SP, PUC-RS, UFRJ, UERJ, UFMA, UNB e UFPE). Os dados foram coletados por meio de um instrumental (Anexo 1) e inseridos no formulário online do Google Drive, que serviu para orientar a organização do material. Foram utilizadas palavras-chaves que retornassem pesquisas coadunadas com as inquietações geradas.

As palavras-chaves organizadas foram: a) Abrigo e infância, b) Acesso à justiça, c) Defensoria e judicialização, d) Encarceramento em massa, e) Judicialização e desigualdade social, f) Judicialização e pobreza, g) Judicialização e questão social, h) Justiça e pobreza, i) Pobreza e prisão.

Tratou-se de temas concatenados, mas com a perspectiva de aprofundar o estudo na perspectiva de consolidar o objeto de estudo da presente pesquisa.

O material retornou informações muito interessantes, conforme será apresentado a seguir. No entanto, destaca-se que, diante dos dados coletados, a inquietação principal se centrou na necessidade de compreender como o Serviço Social de fato contribui, ou não, para romper o ciclo perverso que criminaliza os pobres.

Inicia-se com a exposição da quantidade de dados levantados nas bases de trabalhos científicos, CAPES – 519 trabalhos e Scielo – 77 trabalhos, bem como nas bases das bibliotecas das Instituições de Ensino em que há pesquisas em Serviço Social com conceitos seis e sete pela CAPES em dezembro de 2013, a saber: PUC-SP – 495 trabalhos (conceito sete); PUC-RS – 205 trabalhos, UFMA – 90 trabalhos na pós-graduação em Políticas Públicas, UFPE – 218 trabalhos, UNB – 61 trabalhos na pós-

graduação em Política Social, UFRJ – 166 trabalhos e UERJ – 92 trabalhos (conceito seis), e apresentar os resultados obtidos.

Cabe ressaltar que na base da CAPES somente apareceram pesquisas a partir do ano 2010. Por esta razão e para melhor aproximar-se do que o Serviço Social tem pesquisado na área, buscaram-se as bases das universidades a partir dos conceitos acima referenciados.

A análise de informações partiu da leitura somente dos resumos realizados pelos autores em seus trabalhos e não da pesquisa em sua totalidade.

O material coletado será exposto em tabelas que visam descrever e organizar o conteúdo encontrado. Do total de 1925 trabalhos disponíveis nas bases, foram coletados 142 trabalhos que contemplam o período de 2000 até 2013. As tabelas a seguir expõem os valores totais de acordo com cada banco de dados coletado e cada ano de indexação.

Tabela 1. Trabalhos coletados por base de dados

Base de Pesquisa	Frequência Absoluta (fi)	Frequência relativa (%)
CAPES	52	36
PUC-RS	9	6
PUC-SP	13	10
Scielo	49	35
UERJ	3	2
UFMA	3	2
UFPE	6	4
UFRJ	4	3
UNB	3	2
Total Geral	142	100

Fonte: Organizado pela autora

Tabela 2. Trabalhos organizados por ano de indexação

Ano de Publicação	Frequência Absoluta (fi)	Frequência relativa (%)
2000	1	1
2002	1	1
2003	1	1
2004	3	2
2005	5	3
2006	15	10
2007	11	8
2008	9	6
2009	7	5
2010	14	10
2011	19	13
2012	50	36
2013	6	4
Total Geral	142	100

Fonte: Organizado pela autora

Tabela 3. Trabalhos organizados por base de dados e ano de indexação

Base de dados/Ano	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	(fi)	(%)
CAPES										3	12	37		52	36
PUC-RS						1	1	1	2		2	2		9	6
PUC-SP						4		1	1	4	1	1	1	14	10
Scielo	1	1	1	3	4	7	8	6	2	5	3	4	4	50	35
UERJ						1				1		1		3	2
UFMA						1		1	1					3	2
UFPE					1	1	1					3		6	4
UFRJ							1		1	1		1		4	3
UNB											1	1	1	3	2
Total Geral	1	1	1	3	5	15	11	9	7	14	19	50	6	142	100

Fonte: Organizado pela autora

Trata-se a seguir da descrição das escolhas das palavras-chaves utilizadas para a pesquisa de levantamento realizada.

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados conectados por uma teoria explicativa. O pesquisador é integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.” (BAPTISTA, 1999, p. 37)

Conforme alude Baptista a escolha das palavra-chaves deve refletir o percurso profissional do pesquisador, sua trajetória de trabalho e acúmulo de conhecimento e isso foi a base para a decisão das palavras escolhidas para o instrumental de levantamento bibliográfico.

Muitas inquietações surgiram ao participar enquanto profissional do Serviço Social nas instituições referidas no início dessa introdução, entre elas a judicialização da vida; as dificuldades do acesso à justiça por parcela significativa da população historicamente alijada de seus direitos; a prisão como resposta primeira das expressões da questão social; em todos os casos a institucionalização da vida, como no caso de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

As tabelas quatro e cinco expõem os dados levantados nessa direção.

Tabela 4. Distribuição das palavras-chaves utilizadas para coleta

Palavra-chave/Base de pesquisa	CAPES	PUC-RS	PUC-SP	Scielo	UERJ	UFMA	UFPE	UFRJ	UNB	Frequência Absoluta (fi)	Frequência relativa (%)
Abrigo e Infância	8	2	7	7			2			26	18
Acesso à justiça	17	5	3	4		2	1	1	1	34	25
Defensoria e judicialização	1			2						3	2
Encarceramento em massa	6			2				1		9	6
Judicialização e desigualdade social	1			2						3	2
Judicialização e pobreza	2			1	1		1	1		6	4
Judicialização e questão social	3	1		6	2	1	1		1	15	10
Justiça e pobreza	14			21						35	24
Pobreza e prisão		1	4	3			1	1	1	11	8
Total Geral	52	9	14	48	3	3	6	4	3	142	100

Fonte: Organizado pela autora

Tabela 5. Descrição das noções ou conceitos teóricos apresentados nos resumos dos trabalhos coletados

Noções teóricas/ Base de pesquisa	CAPES	PUC-RS	PUC-SP	Scielo	UERJ	UFMA	UFPE	UFRJ	UNB	Frequência Absoluta (fi)	Frequência relativa (%)
Acesso à Justiça	3			2						5	3
Crítica marxiana	3	2	2	1	1		2	1	1	13	9
Democracia e cidadania	2			5						7	5
Concepção filosófica da "Condição Humana"			1	1						2	1
Tecnologia de controle da vida (Foucault, M.)	4		1	6						11	8
Utilitarismo liberal				4						4	3
Estilos parentais/maternagem	3			3						6	4
Não consta	37	7	10	26	2	3	4	3	2	94	67
Total Geral	52	9	14	48	3	3	6	4	3	142	100

A respeito das noções mencionadas nos trabalhos coletados destaca-se que poucos apresentaram a metodologia e as técnicas utilizadas para a pesquisa e tampouco referencial teórico que fundamenta a produção dos trabalhos.

Temos que 94 trabalhos não apresentam os conceitos que o fundamentam em seus resumos, ou seja, 67% dos trabalhos com essa característica.

Dos resumos dos trabalhos que apresentam fundamentação, um universo de apenas 48, observa-se que 13 (27%) deles referem o conceito do pensamento de Marx. Em seguida, observa-se que 11 (23%) dos trabalhos apontam as discussões da tecnologia de poder com referencial foucaultiano. As discussões de democracia e cidadania aparecem com a frequência de 7 (15%) trabalhos.

Tabela 6. Área de conhecimento dos trabalhos coletados por base de pesquisa

Área de conhecimento/Base de pesquisa	CAPE	PUCRS	PUCSP	SciELO	UERJ	UFMA	UFPE	UFRJ	UNB	Frequência Absoluta (fi)	Frequência relativa (%)
Antropologia social	1									1	1
Ciências Sociais				6						6	4
Crítica Cultural	1									1	1
Direito	25			6						31	22
Economia	3									3	2
Educação	1									1	1
Educação Física	1									1	1
Enfermagem	1			3						4	3
Filosofia				1						1	1
História	1									1	1
Jornalismo				1						1	1
Medicina				3						3	2
Nada consta				3						3	2
Odontologia				1						1	1
Políticas Públicas						2				2	1
Psicologia	3			8						11	8
Psicologia Social	2									2	1
Saúde Pública	1			2						3	2
Serviço Social	9	9	14	6	3	1	6	4	3	55	40
Sociais e Humanidades	2									2	1
Sociologia	1			8						9	6
Total Geral	52	9	14	48	3	3	6	4	3	142	100

Fonte: Organizado pela autora

Tabela 7. Natureza da pesquisa realizada por área de conhecimento

Área de conhecimento/ Natureza da pesquisa	Documental	Empírica	Teórica	Não se aplica	Frequência Absoluta (fi)	Frequência relativa (%)
Antropologia social	1				1	1
Ciências Sociais		3	1	2	6	4
Crítica Cultural				1	1	1
Direito	2	6	3	20	31	22
Economia		1		2	3	2
Educação		1			1	1
Educação Física		1			1	1
Enfermagem	1	2		1	4	3
Filosofia				1	1	1
História				1	1	1
Jornalismo	1				1	1
Medicina				3	3	2
Nada consta				3	3	2
Odontologia	1				1	1
Políticas Públicas	2				2	1
Psicologia	1	6	2	2	11	8
Psicologia Social		2			2	1
Saúde Pública	1			2	3	2
Serviço Social	9	34	5	7	55	40
Sociais e Humanidades	1			1	2	1
Sociologia	1	4	1	3	9	6
Total Geral	21	60	12	49	142	100

A partir das tabelas seis e sete é importante observar que o Serviço Social é a área que mais tem pesquisado sobre judicialização da vida, o tema mais concentrado entre as palavras-chaves definidas. Ademais se observa que atualmente poucos trabalhos têm adentrado a questão da identidade profissional nos espaços sociojurídicos. Foi pesquisado a respeito, na base da CAPES, com a palavra-chave a) identidade e assistente social – retornaram sete trabalhos; b) identidade e serviço social - retornou apenas uma pesquisa, totalizando oito trabalhos sobre o tema.

Ao ter a oportunidade de trabalhar nas três instituições, onde a dinâmica da vida cotidiana é suspensa e emoldurada em um ordenamento jurídico e que, pela própria história de construção do mesmo, é entendido como sujeito de direito somente determinada classe, para todos os outros a interpretação é a forma vazia do conceito de negligência.

Diariamente grupos, famílias, indivíduos chegam às portas dessas instituições (Defensoria Pública, Poder Judiciário e Sistema Penitenciário) e suas vidas, as relações que estabelecem em seu cotidiano, não são consideradas. Suspendem sua realidade, encaixilham suas atitudes de modo isolado e, em ato contínuo e perverso, proporcionam

muitas vezes a “morte indireta, à morte política, à segregação, à eliminação das diferenças” (NASCIMENTO, 2012, p. 42), e isso tudo dentro do estritamente legal.

Compreender que o ordenamento jurídico dentro do sistema econômico vigente proporciona a judicialização da vida é fundamental, mas a questão que se faz presente nesses anos todos é como os profissionais do Serviço Social, efetivamente, considerando as contradições presentes, contribuem para estabelecer o enfrentamento necessário a esse *modus operandi*.

Não se parte aqui de uma abstração, mas sim da oportunidade da convivência cotidiana com os profissionais em todos esses espaços e, entre todas as inquietudes que advieram, a mais persistente é que em todos os espaços institucionais observou-se que, através do exercício profissional da relação teoria e prática, muitos dos usuários são ainda mais uma vez estigmatizados, despercebidos de seus próprios contextos sociais, culturais e econômicos. No lugar do enfrentamento proposto insistentemente pelas organizações da categoria o que se reproduz é o discurso e a prática da *inculcação* Yazbek (2009) da subalternidade nos sujeitos.

A reflexão sobre a identidade profissional tem sido perene, mas somente após o exercício prévio de levantamento de dados. Tentando organizar os meandros das questões que estão no cotidiano diariamente é que foi possível adensar o conteúdo e priorizar o que, traduzido em objeto de pesquisa da dissertação, nesse momento, torna-se importante refletir.

A pesquisa não tem pretensão de discutir a identidade profissional isolada de um contexto, mas a Defensoria Pública a partir da realidade do espaço profissional atual de inserção.

O levantamento bibliográfico realizado para a construção do presente objeto de pesquisa demonstrou que não havia trabalhos nessa direção que procura verificar os reais contornos da relação entre a Defensoria Pública e a identidade profissional que mereciam aprofundamento.

O fundamento teórico-metodológico orienta-se a partir do materialista histórico e dialético, em Marx, tendo como centro a discussão da emancipação humana e todas as questões que estão postas quanto à ordem burguesa vigente. Também se buscou trabalhar as categorias de identidade profissional de Maria Lúcia Martinelli (2011), a partir dos aprofundamentos de identidade atribuída e identidade construída, bem como se aproximou da categoria “experiência” de Walter Benjamin (2012) por entender que aí

estão contidas discussões importantes sobre o vir a ser não subsumido pela ótica do capital. Também se buscou aprofundar o debate sobre o direito como forma de mercadoria a partir da contribuição de Pachukanis (1988).

Nesses termos, pelos elementos apresentados, elaborou-se como problema da pesquisa, a respeito da particularidade dos assistentes sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo: qual é a sua identidade diante da judicialização da questão social?

A questão central que ficou foi: qual a identidade dos profissionais assistentes sociais nesse século de barbarização das relações sociais? Problematisa-se, portanto, trata-se de uma identidade que luta diariamente para a permanência e a consolidação efetiva do projeto ético-político profissional, ou, diante da ofensiva do capital que precariza as relações de trabalho e dilui gradual e insistentemente a formação de qualidade dos profissionais nas universidades, de uma identidade que retorna ao viés conservador, modernizador?

Propôs-se discutir essa identidade profissional em um universo mais restrito, dentro da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, pois, em 2010, nesse órgão, ingressaram 17 assistentes sociais e esse era o número até o final de 2013. Em 2014 abriram novas vagas e ingressaram 36 novos profissionais. Trata-se, portanto, de compreender qual identidade profissional desse universo dentro de uma instituição que se presta a garantir atendimento jurídico integral conforme preconizado constitucionalmente.

A pesquisa tem como objetivo compreender se havia uma identidade construída pelos assistentes sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, uma vez que em 2010 essa instituição passou a ter em seu quadro profissional de Serviço Social, entre outros, atingindo hoje o cenário de 53 profissionais. Trata-se de compreender a identidade desses profissionais no contexto da judicialização da questão social, partindo da hipótese de que o acesso ao poder judiciário para garantias dos direitos sociais não é a melhor e tampouco deve ser a única via de acesso à justiça.

Não obstante propõe-se o estudo contextualizado com questões que, em primeiro momento, parecem importantes, pois relacionam ao lugar da Defensoria no que diz respeito à judicialização para acesso às políticas públicas e que, de algum modo, guarda relação com a identidade que assistentes sociais têm, ou não, atribuída a si, ou ainda, qual a concepção desses sujeitos dessa identidade por si e em relação ao grupo de profissionais.

A hipótese central trabalhada era *de que os assistentes sociais ainda não tinham para si uma identidade profissional construída nesse espaço*.

Diante do cenário particular da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, torna-se importante compreender o contexto da profissão nesse “novo” espaço de atuação no chamado espaço sociojurídico.

Para auxiliar nessa reflexão conta-se com Jimenez (2008) em sua tese de doutorado quando, a partir de questões éticas e políticas, traça considerações críticas importantes na atuação do Serviço Social no âmbito sociojurídico e evidencia que há diferentes projetos e concepções no seio da profissão no espaço do Judiciário (objeto de sua análise) e os conflitos e as contradições que lhes são inerentes, referindo que não se tratam, no entanto, de posições terminadas e acabadas, mas que podem sofrer mudanças ou não e refletir nos posicionamentos dos profissionais de Serviço Social nessa área. Trata-se, portanto, conforme JIMENEZ (2008, p. 202) de refletir que “essas perspectivas se reatualizam e, (...), com as quais a profissão se burocratiza também”.

Dos procedimentos de pesquisa foram utilizadas as técnicas de pesquisa social por meio da escala de identidade e a coleta de dados por entrevista centrada com os profissionais do Serviço Social, bem como entrevistas semi-estruturadas com profissionais que atuam na equipe multidisciplinar e usuários do serviço.

A pesquisa foi estruturada em cinco capítulos a seguir delineados.

No primeiro capítulo, *Subsídios para uma crítica ao direito*, buscou-se consolidar a respeito dos fundamentos filosóficos do direito na perspectiva de fazer a crítica à raiz dessa instituição nos espaços que o Serviço Social ocupa nos denominados espaços sociojurídicos. Avaliou-se importante para o conjunto da pesquisa consolidar a crítica radical ao direito como forma de mercadoria e, portanto, a serviço da classe dominante. Para isso se discutiu também as consequências das ondas conservadoras atuais na sociedade e como isso se traduz no que é denominado de judicialização da questão social.

No segundo capítulo, *Elementos para a discussão da identidade profissional*, discutiu-se a respeito da história como base da materialidade que sustenta os processos de consciência capazes de construir um para-si profissional a partir das possibilidades socializadas na oportunidade de experiências que deem condições para o caminho do em si para o para si profissional.

No terceiro capítulo, *Contexto da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, foram apresentados o contexto histórico de criação da Defensoria, o contexto nacional das Defensorias no Brasil, o trabalho do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) e fez a crítica ao encastelamento da instituição no momento atual.

No quarto capítulo, *Procedimentos da pesquisa*, detalhou-se a trajetória da construção do instrumental da escala de identidade e das entrevistas como formas de melhor compreender o contexto do trabalho profissional na Defensoria na perspectiva de entender os aspectos relacionados à identidade profissional em seu movimento histórico.

No quinto capítulo, *Apresentação dos dados*, são apresentados graficamente os resultados obtidos a partir do instrumental de escala de identidade, bem como analisam-se os dados. Também são apresentados extratos significativos das entrevistas realizadas com assistentes sociais, usuários, psicólogos e defensores.

Todo esse trabalho consolida um esforço intelectual de compreender essa identidade profissional na Defensoria. A hipótese inicial é que não havia uma identidade construída, mas a partir de todos os elementos construídos o que se observa, a partir desse debate, é uma resistência como forma de potência em construção na Defensoria Pública.

CAPÍTULO I

SUBSÍDIOS PARA UMA CRÍTICA AO DIREITO

1.1. O direito na perspectiva marxista

Pretende-se, neste capítulo, problematizar o desafio de construir novas práticas sociais no espaço sociojurídico, uma vez que se deve, sobre todas as coisas, levar em consideração os fundamentos da constituição do ordenamento jurídico a partir do conceito de neutralidade axiológica e de sua raiz positivista de manutenção da ordem vigente estabelecida.

Desse modo, parte-se do projeto profissional expresso na materialidade de orientação e formação profissional, diretrizes curriculares, regulamentos e código de ética profissionais, para pautar que assistentes sociais têm, como poucas profissões, um projeto profissional emancipador. Desse modo, inserir-se enquanto classe trabalhadora em um espaço positivista, o espaço do universo jurídico, traz em si o dever ético de construir uma identidade profissional que faça enfrentamento, de não ser subsumida como função auxiliar que contribui para a manutenção e conformação das formas jurídicas existentes.

O Direito se apresenta essencialmente de modo técnico-jurídico por se ter uma divisão do trabalho subsumida aos imperativos - não mais progressistas - do capital. A atividade jurídica nesse âmbito liga-se muito menos ao ímpeto idealista inicial da busca de uma justiça racional e cidadã que ao curvar-se frente à sociabilidade existente.

O positivismo jurídico, em verdade, pode ser entendido como essa capitulação diante da decadência da sociedade civil-burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*). (SARTORI, 2013, p. 381)

Importa retomar os princípios norteadores desse sistema para que se não se faça uma crítica vazia, panfletária, quase automática. Compreender que a lógica do sistema burguês é a da inversão de valores substanciará a compreensão a seguir do ordenamento jurídico, lugar esse em que trabalham os assistentes sociais em que se pretende compreender a identidade profissional na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O dinheiro – enquanto exterior não oriundo do homem enquanto homem, nem da sociedade humana enquanto sociedade -, *meio e capacidade* universais, faz da *representação efetividade* e da *efetividade uma pura representação*, transforma igualmente as *forças essenciais humanas efetivas e naturais* em puras representações abstratas e, por isso, em *imperfeições*, angustiantes fantasias (...) o dinheiro é, portanto, a inversão universal das

individualidades, que ele converte no seu contrário e que acrescenta aos seus atributos contraditórios. (MARX, 2010, p. 160)

Por essa razão avalia-se que falar de identidade profissional é um debate necessário, principalmente nessa fase de desmonte de serviços públicos, precarização de universidades e flexibilização de direitos. Acentua-se ao contexto o espaço no qual estão inseridos os assistentes sociais que se refere a presente pesquisa, o espaço jurídico, não diretamente o judiciário, mas ligado a ele em termos das relações de trabalho estabelecidas, na hierarquização das profissões, na pretensa neutralidade axiológica.

A análise que se pretende do espaço jurídico centra-se a partir da discussão proposta pelo pensamento de Marx em que “a aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano enquanto propriedade privada” (MARX, 2010b, p.49).

Para melhor aprofundamento dessa ideia aponta-se também o que vem a ser uma instituição de garantia do direito sob a égide do sistema capitalista de produção da vida: “A segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito da polícia, no sentido de que o conjunto da sociedade só existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade” (MARX, 2010b, p.50).

Marx aponta, em suas reflexões *Sobre a questão Judaica*, que na sociedade capitalista o direito funda-se e é defendido somente em sua dimensão individual, na dimensão do homem individual, de sua propriedade (ibidem) .

O fundamental do pensamento de Marx sobre o direito trata-se da emancipação humana que, para essa realizar-se, será necessário que haja emancipação não de uma só dimensão da vida, e sim dela como um todo, e de todos. A luta não poderia ser fragmentada, subdividida, pois cada questão da vida barbarizada, é vida humana, não há superposição ou priorização. Para emancipação humana é preciso também a emancipação política, e não o acirramento cada vez maior dos aspectos individuais, acirramento esse incentivado pelo sistema econômico vigente, subsumindo, consequentemente, todas as relações sociais ao capital.

Na perspectiva de evidenciar o que vem a ser esse debate aponta-se que é no Estado onde a classe dominante faz valer seus interesses comuns. Todas as instituições coletivas são mediadas por esse Estado e, por isso, adquirem uma forma política por meio dele. “Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade

separada de sua base real (*realen*), na vontade livre. Do mesmo modo, o direito é reduzido novamente à lei” (MARX e ENGELS, 2007, p. 76).

Nesse aspecto é preciso trazer a contribuição de Evgeny Pachukanis (1988), pois ele aponta, a respeito das ideias que fundamentaram seu trabalho, sobre a filosofia do direito. Conforme a seguir:

A segunda proposição também nada continha de novo. Esta, porém, enuncia que aquela filosofia do direito, cujo fundamento é a categoria do sujeito com a sua capacidade de autodeterminação (já que, até o presente, a ciência burguesa não criou outros sistemas coerentes de filosofia do direito), nada mais é, com certeza, do que a filosofia da economia mercantil, que estabelece as condições mais gerais, abstratas, sob as quais se pode efetuar a troca de acordo com a lei do valor e ter lugar a exploração sob a forma de “contrato livre”. Este pensamento serve de base à crítica que o comunismo fez, e ainda faz, à ideologia burguesa da liberdade, da igualdade e da democracia burguesa formal, dessa democracia na qual “a república do mercado” procura mascarar o “despotismo da fábrica”. Este pensamento, dá-nos a convicção de que a defesa dos chamados fundamentos abstratos da ordem jurídica é a forma mais geral da defesa dos interesses da classe burguesa, etc. (PACHUKANIS, 1988, p. 9)

A perspectiva marxista vai dizer que a universalidade do direito é a universalidade do próprio capital e que sua função principal é manipular o turbilhão de contradições, o sistema de regular na prática, o acontecer social contraditório de forma unitária.

Sartori (2013) elabora sua tese a partir de Lukács, faz uma crítica ontológica ao direito e refere, consubstanciando a discussão da potência de acesso à justiça via o poder judiciário, que o aspecto homogeneizador do direito oculta os conflitos políticos e, portanto, tem menor potencial em termos de lutas políticas.

A compreensão do fenômeno jurídico, pois, é inseparável da investigação acerca das contradições da própria sociedade. Não se pode partir do Direito como algo dado – é necessária uma visão ampla do processo social no qual a esfera jurídica conforma-se. (SARTORI, 2013, p. 268)

Das diferentes produções sobre o Serviço Social nos chamados espaços sociojurídicos as discussões se centram em como construir um exercício profissional na garantia de direitos. Propõe-se aqui uma reflexão anterior do que é esse direito e na forma jurídica brasileira conhecida como sistema de justiça. Do que se trata quando a profissão está nesse espaço, compondo, via de regra, subsidiariamente e na função auxiliar dos chamados operadores do direito. Questionar essa forma se faz necessário.

Pachukanis (1988) enfoca a discussão do direito sob o ângulo da dialética e do materialismo histórico. Traz-se esse fio condutor para apontar que concorda-se, nessa

dissertação, quando esse autor, considerado como um dos melhores sobre trabalhos marxistas em relação ao direito, aponta “minha posição com relação à teoria geral do direito, como uma tentativa de aproximar a forma do direito da forma da mercadoria” (PACHUKANIS, 1988, p. 8).

É fundamental trazer esse aspecto nesse ponto porque se discutirá a identidade profissional em um contexto de trabalho jurídico, que é a Defensoria Pública. E pensar a identidade deslocada da reflexão crítica sobre o direito seria, independentemente de esforços particulares do cotidiano, submeter o exercício de reflexão proposta aqui sem a devida análise do que é o contexto em que se constrói essa identidade.

Aproximar a forma do direito à forma da mercadoria significa, a partir do pensamento em Marx, situar a forma jurídica a uma formação social historicamente determinada. “Pachukanis rejeita, assim, o entendimento dominante – ao seu tempo e ainda hoje – segundo o qual a forma do direito é a de um conjunto de normas, um ordenamento coercitivo externo” (JUNIOR e NAVES, 2013, p. 11).

Isso é fundamental para problematizar esse espaço como espaço profissional dos assistentes sociais. Para evidenciar o que vem a ser a construção da ideia do direito nesse sistema, há uma reflexão interessante sobre o pressuposto de liberdade para o capitalismo, que contribui para o adensamento dessa problematização:

Enquanto proclamava a liberdade, o capitalismo punha em prática a sua ideia peculiar de liberdade, sob a forma de escravidão assalariada. Subordinava o prometido livre desenvolvimento das capacidades humanas individuais à lei das selvas da competição capitalista. Enquadrava a multifária personalidade humana em estreitas especializações. (FISCHER, 1971, p. 62)

Trata-se de superar o poder material dominante uma vez que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX e ENGELS, 2007, p.47).

É preciso praticar, portanto, na área sociojurídica, a desjuridicização da vida, o desapego à positividade das relações sociais estabelecidas, à pretensa neutralidade axiológica. Nesse aspecto concorda-se com a análise a seguir:

O pensamento jurídico dominante que põe em primeiro plano a norma como regra de conduta, formulada autoritariamente, não é menos empírico e segue junto, como se pode igualmente observar nas teorias econômicas, com um formalismo extremo totalmente desligado da vida. (PACHUKANIS, 1988, p. 51)

Tendo por fundamento a realidade da vida material para o exercício do trabalho profissional não há como acreditar que a estrutura jurídica estabelecida, no assim chamado sistema de justiça brasileiro, onde também a Defensoria Pública está, é capaz, por si, mesmo no esforço individual, de resolver todas as contradições postas pela esfera das relações econômicas que trazem as desigualdades de forças dos sujeitos na sociedade.

Boaventura de Sousa Santos parte de uma ideia que “a suposta neutralidade da ciência e práticas jurídicas é posta em causa e confrontada com uma concepção política do direito que vê neste um importante instrumento de luta e de transformação social” (SANTOS, 2007, p.77). E ainda enfatiza:

Sem uma outra cultura jurídica não se faz nenhuma reforma. [...] O sistema judiciário não está habituado a falar com outras instituições. Este é uma outra faceta do seu isolamento. A nossa meta deve ser a criação de uma cultura jurídica que leve os cidadãos a sentirem-se mais próximos da justiça. Não haverá justiça mais próxima dos cidadãos, se os cidadãos não se sentirem mais próximos da justiça. A revolução democrática da justiça que aqui vos propus é uma tarefa muito exigente, tão exigente quanto esta ideia simples e afinal tão revolucionária: sem direitos de cidadania efetivos a democracia é uma ditadura mal disfarçada. (SANTOS, 2007, p. 84)

Em que pese a contribuição dessa análise para pensar o sistema de judiciário existente, a tarefa que se propôs nessa dissertação passa por outra dimensão. A análise do fundamento desse direito estabelecido que, conforme elucidado a partir de Marx (2010) e Pachukanis (1988), trata-se da análise dessa forma de sociedade regida pelo capital e que nas formas socialmente determinadas de troca de mercadoria sustenta as relações jurídicas estabelecidas. Nesse aspecto, portanto, e a partir desse fundamento, não se trata de uma outra cultura jurídica. Tratam-se de novas formas de sociabilidade, de novas formas de relações econômicas não mais ditadas pelo capital. Trata-se de uma crítica fundante do sistema social vigente. A partir de Marx temos:

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche. A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol. (MARX, 2013, p. 152)

Aponta-se, brevemente, pois não se trata, nessa dissertação, em aprofundar as discussões em torno da filosofia do direito, que as concepções de justiça marcadas em Kant (2013) e depois em Hegel (1997) são elementos presentes no debate do direito. Hegel traz, em sua discussão dos princípios do direito, que o único direito justo é o

direito positivo em contraposição ao direito natural. Positivo, nessa esfera, quer dizer o direito que nos é imposto, contrapondo-se ao direito natural, aquele que estaria em cada um de nós, a base da filosofia de Kant, da crítica à razão pura.

E é esse direito positivo que está posto, a partir de elementos de constituição da própria consolidação da economia capitalista de produção. Nesse cenário, estar em espaços de trabalho predominantemente jurídicos impõe aos assistentes sociais a tarefa de ter marcado para si o que é esse direito estabelecido e construir a crítica que rompa com esses fundamentos, conforme a análise a seguir:

Para a filosofia burguesa do direito, que considera a relação jurídica como uma forma natural e eterna de qualquer relação humana, tal questão não chega sequer a ser colocada. Para a teoria marxista, que se esforça por penetrar nos mistérios das formas sociais e por reconduzir todas as relações humanas ao próprio homem, esta tarefa deve ser colocada em primeiro plano. (PACHUKANIS, 1988, p. 46)

Em tempos de intensa movimentação das forças conservadoras ter claro o fundamento do direito e o horizonte da crítica é indispensável, pois assim se faz a crítica que o direito que conhecemos é o direito que está a serviço da ordem vigente. E nesse aspecto ele não poderá ser emancipador ou revolucionário como se quer apontar alguns autores.

1.2. Considerações do conservadorismo na atualidade

Hobsbawm, em sua famosa contribuição na obra a *Era dos extremos*, faz sérias considerações e análises sobre o século XX e deixa uma mensagem: “Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente” (HOBSBAWN, 1995, p. 562). Nesses termos é fundamental contextualizar que o saldo do século XX foi de um período de guerras que tolheram milhões de vidas e foi o período de vigência dos regimes totalitários que chocaram o mundo. Não obstante, a tecnologia e o poderio militar deixaram marcas que amedrontaram todas as nações. Reflete ainda:

[...] as forças históricas que moldaram o século continuam a operar. Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. (Idem)

No ano de 2016 e nesses idos de 2017 foram presenciados fatos em dimensão nacional e internacional que se assemelham a outros ciclos já vividos no curso da

história, mas agora de modo intenso e acompanhado em tempo real pela existência da avançada tecnologia de comunicação.

Assemelham-se os fatos nos seus aspectos de conservação de uma determinada ordem nos cenários de crise que assolam o mundo do todo. Crise essa própria da forma de existência do sistema de capital. Nesse aspecto, valorizar a história é fundamental para não manter esse presente. Em dimensão internacional assiste a um movimento de guerra no oriente com cerca de milhares de mortos e fluxo intenso e constante de refugiados. Tem ainda a eleição de uma direita extremista para o Estados Unidos da América. Aqui no Brasil, através das eleições, representantes eleitos que defendem a pena de morte, são homofóbicos, misóginos e ignoram a maioria de sua população pobre.

Importante assim apresentar um extrato longo da obra do professor Octávio Ianni ao analisar, no caso do Brasil, o processo no qual a burguesia brasileira, no curso da história, desloca-se para manter-se no poder. A atualidade da análise evidencia o papel importante de compreensão da história:

Teme a força política dessas classes, principalmente o risco de ter de compartilhar o poder. Assusta-se com a ideia de reformas sociais, compreendendo a agrária, habitacional, educacional, bancária e outras. Não tem compromissos com a democracia reivindicada nas lutas das classes assalariadas. Não construiu nem constrói um projeto de cunho hegemônico, porque não interpreta os interesses das outras classes e muito menos da sociedade como um todo. Apenas defende os próprios interesses corporativos. Quando se sente ameaçada pelo imperialismo, apela às 'massas'. E quando é desafiada pelos setores assalariados e camponeses, organizados e ativos, correr aos quartéis e às embaixadas das nações imperialistas. Seria impossível explicar os modestos avanços e os contínuos recuos do processo democrático brasileiro sem incluir aí a colaboração ativa da burguesia nacional, brasileira ou progressista. O caráter restrito, autoritário e antidemocrático das mudanças realizadas em 1888-89, 1930 e 1985 inserem-se nessa perspectiva. Aliás, os golpes de Estado verificados em 1937, 1945 e 1964 (e agora podemos acrescentar 2016) parecem tornar explícita essa característica da burguesia, que algumas vezes parece identificada com a sociedade nacional. (grifo nosso) (IANNI, 2004, p. 69)

O que se observa no cenário atual é que a conservação da ordem vigente traz consigo uma onda conservadora no que diz respeito aos valores, tornando as relações sociais mais violentas e intolerantes.

Em sua função ideológica, o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes — no caso brasileiro —, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo. Sua difusão é facilitada pela reificação, que, no capitalismo tardio, invade todas as esferas e dimensões da vida social, obscurecendo suas determinações, e pelo irracionalismo, que dissemina o pessimismo, o anti-

humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. (BARROCO, 2015, p. 624)

A respeito disso tem-se também a contribuição de Chauí (2011) que nos aponta a particularidade do povo brasileiro a partir do mito de um país inventado como terra abençoada por Deus, desde os tempos da carta de Caminha, elucida o quanto o passado brasileiro é ainda tempo presente e nos reaviva a memória de que o Brasil entrou para a história pela porta providencial criando um mito da não-violência enquanto no cotidiano o que se tem é o seu oposto:

Há no Brasil um mito poderoso, o da não-violência brasileira, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais etc. (CHAUÍ, 2011, p. 345)

A atual ofensiva conservadora tornou-se explícita e nesses anos de 2016 e 2017 parlamentares tornaram claros discursos de ódio contra mulheres e população LGBT. Não obstante houve uma movimentação nas ruas do país capitaneada pelo grande poder midiático global para por em marcha um projeto de impeachment¹ arquitetado, tornando toda a situação um golpe de estado parlamentar jurídico².

Em que pese o mito do país do *homem cordial* o momento conservador atual evidencia a quem ainda resiste em lucidez, nos termos de Saramago, um país violento, racista, misógino, homofóbico e xenófobo. A quem é subsumido pela cegueira, o mito de não-violência continua intocado a partir do poder inversor do real, capacidade proporcionada pelo capital, como já apresentado por Marx, o dinheiro teria a capacidade de transformar “a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez” (MARX, 2010, p. 160).

Chauí (2011) apresenta aspectos significativos que auxiliam na melhor compreensão dos rebatimentos dessa ofensiva conservadora e que convém serem apresentados para melhor apreensão desses meandros no cotidiano, conforme a seguir:

[...] refluxo dos movimentos sociais e das políticas de emancipação do gênero humano criou um vazio que a ideologia neoliberal sente-se à vontade para preencher [...] produz a dispersão, a fragmentação de grupos e classes sociais, destruindo seus antigos referenciais de identidade e tornando altamente complicada a criação de novos referenciais [...] O elogio do individualismo

¹ Impeachment Dilma Rousseff. Disponível em: http://brasil.elpais.com/tag/proceso_destitucion_dilma_rousseff/a. Acesso em 28.05.2017.

² <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/05/impeachment-e-um-golpe-parlamentar-diz-economista-bresser-pereira>. Acesso em agosto de 2016.

agressivo e a busca do fechamento religioso destroem o campo da ação intersubjetiva e sociopolítica como campos de abertura e realização coletiva do possível no tempo, isto é, criação histórica [...] (tecnologia) feita exclusivamente sob a lógica do mercado, é sua transformação em lógica do poder como decisão sobre a vida e a morte em escala planetária [...] engendra uma subjetividade de tipo novo, o sujeito narcisista que cultua sua própria imagem como única realidade que *lhe* é acessível porque formada e conservada pelas imagens que a mídia constrói e *lhe* envia [...] (CHAUÍ, 2011, p. 342-343)

Esse movimento não é novo. A cada ciclo da história esse processo retorna. A cada crise do ciclo de capital, com forças de questionamento e oposição, em mesma intensidade, as forças conservadoras colocam-se em marcha.

A partir dos apontamentos de Chauí (2011) observa-se, portanto, que na formação dos seres a ideologia conservadora está presente em diferentes frentes. Por essa razão, pode-se observar uma presença massiva de jovens que aderem a esse movimento, principalmente ao denominado “elogio do individualismo agressivo e a busca do fechamento religioso” (idem).

“A história é a substância da sociedade” (HELLER, 1985, p. 2) e isso é essencial para compreender as condições sempre dadas no curso do processo histórico, no em-ser nada está definido ou com receitas pré-estabelecidas, mas aí também estão as possibilidades. Lucidamente sempre nos contribui Marx e Engels:

(...) a história não termina por dissolver-se, como “espírito do espírito”, na “autoconsciência”, mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e *lhe* confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. (Marx, 2013, p. 43)

A presença conservadora na história se espelha na linguagem e se expressa em pensamento que cria direção social. Conforme análise a seguir:

O conservador elabora seu pensamento como reação a circunstâncias históricas e ideias que se afiguram ameaçadoras à sua influência na sociedade. O conservadorismo torna-se consciente, no plano da reflexão, como defesa, decorrente da necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar o embate das forças oponentes. (IAMAMOTO, 2013, p. 28)

Colocar-se no debate da identidade profissional sem considerar a história e, no seu contexto mais atual o conservadorismo em sua forte reação, é tratar do assunto de forma leviana.

É nesse sentido que não se pode pensar o Serviço Social como mônada. Como seres sociais que participam da vida cotidiana, estão imersos nesse contexto de conservação da ideologia do sistema do capital. Por essa questão não há projeto ético-político capaz de desconstruir quaisquer referenciais de homem e mundo em sujeitos profissionais arraigados a sua formação enquanto seres sociais.

Observa-se, no entanto, nas literaturas existentes das pesquisas de José Paulo Netto e Marilda Iamamoto, o quanto as análises da história da profissão têm seu berço em contexto social, político e academicamente conservador. Nessa esteira, ambos apontam a seriedade de estudar a história profissional. Aqui novamente destaca-se o papel da história na particularidade da construção do Serviço Social em seu campo social, político e intelectual.

Caso o fundamento de nossa intervenção e ação profissional não esteja claro, em sua concepção histórica, capaz de ver o processo de crítica necessário às contradições e de impulsos à criação de possibilidades “inscritas na trajetória real do processo histórico” (FREDERICO, 2016, p. 65), a permanência do conservadorismo persiste, conforme análise a seguir:

A reificação dos métodos e técnicas da intervenção, a burocratização das atividades, a psicologização das relações sociais, a absorção de uma terminologia mais adequada à estratégia de crescimento econômico acelerado são fatores, entre outros, que contribuem para encobrir na consciência do profissional as reais implicações de sua prática. (IAMAMOTO, 2013, p. 39)

Interessante apontar que o projeto de profissão construído no movimento de ruptura trata-se de movimento. Portanto, de história, situações, contradições e possibilidades inscritas no cotidiano. Não escrever sobre a profissão ou tentar delineá-la de modo descolado do processo histórico, tratando todas essas implicações das ofensivas conservadoras como distantes, é incorrer na ideia de que o projeto profissional é estanque. É pensar que não precisa ser a todo tempo analisado, avaliado, discutido, coletivamente pensado e repensado. Concorde-se, desse modo, com a reflexão:

[...] a crítica se auto-implica mesmo com o objeto com que se confronta e recusa – adere a ele para transformá-lo e negá-lo, transformando-se e negando-se. Assim é que o intento, aliás compromissado com uma determinada direção do processo renovador, de decodificar, de desnudar e de combater concepções e posições, ao cabo de seu trajeto sempre provisório, não se defronta com destroços: recupera seus sentidos imanentes, compreende a necessária diversidade e a compulsória pluralidade de concepções e posições legitimadas pela riqueza da vida social e a serem preservadas no debate democrático e, enfim, rende-se à evidência que a realidade impõe. (NETTO, 2001, p. 308)

Faz-se necessário que outras experiências sejam proporcionadas para que se possam desconstruir ideias e construir outras. É preciso atentar-se aos ocultamentos produzidos pelo sistema do capital que espolia a todos cada vez mais e nos alija de um processo reflexivo cotidiano. Em seu lugar a subsunção à rotina, ao trabalho, à regra, à ordem; impossibilidades de suspensão desse cotidiano (Heller, 1985).

Fundamental se faz garantir os elementos da contradição como possibilidade de melhor adensamento do que se propõe discutir. Nesses termos considera-se a reflexão:

Em face dos conflitos e das contradições que permeiam a vida profissional e por várias determinações que não se restringem às escolhas ideológicas dos profissionais, parte da categoria é envolvida em apelos irracionais que apontam para soluções pragmáticas: modelos de ação, técnicas de autoajuda, regras de comportamento que prometem resolver imediatamente “problemas” individualizados, abstraídos da história e de suas determinações objetivas. (BARROCO, 2015, p. 633)

Trazer alguns aspectos da importância da história como fundamento, como base que orienta a práxis, revela a seriedade do estudo a ser problematizado. O conservadorismo existe na história e somente nela estão dadas as condições de enfrentamento. “Nas conjunturas críticas, no entanto, quando ocorrem rupturas estruturais mais ou menos amplas, ou mesmo revoluções, a nação é levada a pensar-se de novo, de modo mais abrangente, original ou recorrente” (IANNI, 2004, p. 8).

Nesse contexto de conservadorismo e do direito positivo, as expressões da questão social se traduzem no espaço sociojurídico de expressões judicializadas. Compreender os aspectos que envolvem o tema da judicialização se faz necessário para melhor subsidiar a crítica ao direito.

1.3. Elementos para o debate sobre a judicialização da vida

Há pelo menos dois pontos de vistas sobre a judicialização da vida cotidiana, seja ela expressa em direitos sociais individuais ou coletivos.

Antes de discutir a respeito é preciso retomar alguns aspectos significativos quanto a esse fenômeno que perpassa as relações sociais cada vez mais e implica diretamente no trabalho que se realiza enquanto assistente social nas diferentes instituições, principalmente na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Inicialmente revela-se o que vem a ser a judicialização: “caracteriza-se pela transferência, para o Poder Judiciário, da responsabilidade de promover o enfrentamento

à questão social, na perspectiva de efetivação dos direitos humanos” (AGUINSKY e ALENCASTRO, 2006, p. 22).

Contextualiza-se que, no Brasil, o período de redemocratização é curto. E muitas vezes é curta também a memória coletiva em que somente com árdua luta se efetivou a Carta Magna: a Constituição Federal de 1988.

Foi somente após um extenso período do militarismo no poder que o Brasil pode reconstruir suas possibilidades democráticas e é nessa esteira que o uso da via judicial passa a ser mais uma via para o alcance de direitos.

Apresenta-se a síntese a seguir no que diz respeito às estratégias de alcance dos tribunais a partir do texto da Constituição Federal de 1988:

A ampliação da legitimidade para propositura de ações diretas de inconstitucionalidade, a possibilidade de as associações interportem ações em nome dos seus associados, a consagração da autonomia do ministério público e a opção por um modelo público de assistência jurídica e promoção do acesso à justiça. (SANTOS, 2007, 2014)

Com essa ampliação, o que se assiste hoje é a recorrência cada vez maior da população ao judiciário para alcance de direitos previstos constitucionalmente, mas que o Estado não os garante.

E nesse aspecto há duas faces da judicialização a serem discutidas: a judicialização das políticas sociais como possibilidade de maior alcance democrático de direitos e a judicialização como retirada da esfera pública à participação democrática. Inclui-se no debate o aspecto que perpassa muito mais tempo as relações sociais brasileiras e a questão social, enquanto categoria de contradição na relação capital/trabalho, a criminalização dos pobres.

Considerando esses três pontos, pode-se iniciar então a séria discussão da judicialização da vida que se apresenta ao exercício profissional em todos os espaços profissionais e diretamente assistentes sociais dos chamados espaços sociojurídicos.

A judicialização, portanto, apresenta-se como um processo contraditório, seja pela transferência ao judiciário da esfera pública da reivindicação de direitos, seja pela forma de controle de uma população socialmente determinada. Esse elemento de contradição evidencia que “mais do que uma forma de proteção contra os abusos do Poder Executivo, a judicialização da política pública, no Brasil, ocorre em função da escassez de políticas que assegurem a efetivação dos direitos de cidadania” (SIERRA, 2011, p. 260).

Traz-se a reflexão, a seguir, para marcar a importância de compreender esse elemento de contradição presente nessa discussão:

A judicialização necessita ser entendida através do elemento da contradição (da realidade social), que mais que uma metáfora utilizada para referenciar divergências e tensões, se destina não a promover resolução ou deter uma posição unilateral, mas sim a apresentação, discussão e compreensão de um determinado problema remetido a uma processualidade histórica. Isso se faz necessário para não incorrer numa visão simplista e naturalizadora desse fenômeno, numa apreensão meramente aparente desse fenômeno e destoadada dos determinantes a ele inerentes. (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 33)

O acesso à justiça através de recurso de chegada ao judiciário é uma possibilidade, mas não uma certeza de que o resultado que se obtenha pode ser associado ao imediatamente esperado por aquele que acessa os tribunais.

Não se pode privar do debate que o movimento de maior acesso ao judiciário, pela requisição de garantias constitucionais, possa ter modificado até mesmo algumas maneiras de decidir de juízes. A respeito concorda-se com a posição a seguir sobre a potencialidade do poder judiciário na esfera de garantia de direitos:

Entendemos, entretanto, que este ente estatal teria uma ação infinitamente mais impactante e transformadora nas relações sociais se agisse na prevenção dos conflitos sociais, detendo-se mais ao interesse coletivo do que ao despacho de ações ingressadas, via de regra de forma individual e por um reduzido segmento da população que conhece os seus direitos e possui condições de acessar o Sistema de Justiça. Se, por um lado, comemora-se o ingresso de ações judiciais que exigem a garantia de direitos, por outro, tem-se a realidade do esgotamento da capacidade de resposta a estas ações que tendem a ser, em larga escala, coincidentes, pelo Sistema de Justiça. (AGUINSKY, e ALENCASTRO, 2006, p. 22)

No entanto, em nível nacional e internacional, verificamos diária e ininterruptamente o desmonte de direitos garantidos por um processo de luta árdua. Nesse ano de 2017 estão em andamento no Brasil as reformas da previdência e trabalhista. Destaca-se que a população não segue alheia a isso. No último 28 de abril 40 milhões³ de brasileiros saíram às ruas em protesto contra as reformas previdenciária e trabalhista em curso no país.

De um lado tem-se um judiciário que é mais acessado para garantir os direitos e de outro uma gestão política que continua a destituir direitos, a criminalizar pobres. Compreender qualquer questão sem o elemento da contradição, falar de judicialização sem apontar também o aspecto perverso que é a criminalização da vida de determinados

³ Maior greve geral do país com 40 milhões de brasileiros nas ruas. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/>. Acesso em 01/05/2017.

sujeitos, é furtar-se do elemento de análise que considera a história como movimento concreto da realidade. Nesse aspecto aponta-se:

[...] é possível afirmar que a judicialização da questão social compreende dois movimentos, visto que, se por um lado, expressa o avanço no sentido do aumento do controle, levando à criminalização da pobreza, por outro, amplia a possibilidade de fazer com que a “superestrutura ideológica do Estado” não funcione para atender exclusivamente aos interesses da classe dominante. Desse modo, a relevância para o Serviço Social se faz por sua contribuição na tarefa de tornar a justiça mais substantiva. (SIERRA, 2012, p. 262)

No enfrentamento cotidiano do trabalho de assistentes sociais na área sociojurídica, o encarceramento e o acolhimento institucional de crianças e adolescentes são duas expressões da questão social que evidencia o movimento de criminalização dos pobres e delega à invisibilidade a vida dos sujeitos alvos de políticas que ainda punem mais do que garantem proteção social no judiciário. Nesse conjunto complexo é tarefa desafiadora do cotidiano profissional na área sociojurídica trazer à tona o sujeito em suas relações sociais dotado de potencialidade e pertencimento, mesmo que não reconhecido por aqueles que o julgam.

Nesses dois aspectos enfrentam-se, no cotidiano profissional, marcas de uma “profunda regressão e destruição de direitos e dos avanços conquistados historicamente pelos trabalhadores, dando lugar a práticas e discursos discriminatórios, criminalizantes, repressores e penalizadores voltados para a classe trabalhadora” (AMORIM, 2007, p. 131).

Trata-se de compreensão da população como classes perigosas que devem ser contidas ou destituídas de seus próprios filhos porque sua forma de viver não segue a ordem estabelecida por um conjunto dominante de sujeitos que também são decisores dessas vidas.

Trata-se de uma “reedição perversa do ideário que constituirá as bases de legitimação de determinadas políticas de controle social das classes subalternas” (OLIVEIRA, 2010, p. 101). E ainda:

(...) a instrumentalidade histórica da elaboração de conceitos como o de classes perigosas, e de mitos que garantiram e ainda garantem o encaminhamento de políticas higienistas no Brasil, como vimos, tem, portanto, o apoio determinante da indústria midiática, que alimenta no pensamento hegemônico as suas bases de legitimação. (idem)

São sob esses pontos importantes a respeito da judicialização que assistentes sociais constroem seu trabalho. Têm sempre presente o elemento de contradição, devem fazer emergir os sujeitos, contextualizando-os em seu processo histórico, considerando-

os dentro de determinadas formas de viver, tornando-os centrais e significativos. O potencial de materialização do projeto profissional guarda direta relação com o reconhecimento que o espaço de trabalho na área sociojurídica, principalmente, é “um espaço de lutas de interesses distintos, submetido a critérios de legitimação que dizem de uma disputa das formas de se dizer (ou não dizer) tanto o Direito, quanto a sociedade” (AGUINSKY e ALENCASTRO, 2006, p. 24).

Diante desse contexto é fundamental apontar que:

[...] não se trata de negar a importância ao acesso à justiça em seu sentido estrito. Entretanto, importa reconhecer que esta via não poderá dar conta, sozinha, do enfrentamento à questão social, que é histórica e estrutural, demandando um movimento maior que possui, junto à esfera pública, seu palco privilegiado de disputa. Desta forma, há que se empreender uma práxis de acesso à justiça em seu sentido amplo, sem uma análise reducionista e ingênua de que a justiça será outorgada pelo Estado, como um ator neutro e comprometido com o bem comum. Este compromisso pertence à sociedade, ou à sua maioria. E os assistentes sociais que realizam seu processo de trabalho junto ao Poder Judiciário, além de leitura atenta desta realidade, são desafiados a contribuir com o que, da esfera pública, é abstraído nas formas de operar e de responder às práticas jurídicas convencionais. (Idem, p. 25)

CAPÍTULO II

ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

2.1. O tempo presente é o tempo das possibilidades – a história como categoria fundamental para compreensão da vida material

Em 2016 o Serviço Social fez 80 anos como profissão inscrita na história do Brasil. As determinações históricas, sociais e políticas que atravessaram e ainda atravessam o cotidiano profissional, a partir dos elementos anteriormente elaborados, evidenciam que ainda se trata de uma profissão plena de desafios para consolidar-se distante do seu marco de origem, como profissionais “da ajuda”, “do consenso”, “da coerção”.

Parte-se do já enunciado por Leila Escorsim Netto (2011) quanto à presença do conservadorismo na profissão, bem como por José Paulo Netto (2001) o quanto que a intenção de ruptura é um projeto hegemônico e não homogêneo.

Trata-se de compreender a ideia de que esse processo de renovação profissional “configurou a emergência de um quadro profissional sintonizado com as realidades sociopolíticas e ideoculturais da sociedade brasileira que ultrapassou as constrições do ciclo autocrático burguês” (NETTO, 2001, p. 307).

Netto (2001) nos aludia sobre os aspectos hostis que atravessavam a profissão durante o pós-64. No entanto, permanecem intensamente atuais como a globalidade da ordem autocrática burguesa, descompasso entre a produção teórico-metodológica e profissional e aquele que parece pertinente à massa da categoria, empobrecimento cultural recente do assistente social, dificuldade de materialização dos indicativos práticos-profissionais do projeto de intenção de ruptura.

Esse processo de ruptura, em termos de intenção de projeto profissional a ser materializado, consolidou-se na expressão de regramento de atuação profissional, diretrizes curriculares (2002) e código de ética (1993), já enunciados anteriormente. Mas não é o fim e nem poderia sê-lo, pois contrariamente ao método de análise aqui escolhido, seria negar a história como processo contínuo de construção.

A permanência desses aspectos instiga a reflexão e as provocações feitas já há bastante tempo. O conservadorismo que está presente na origem da profissão tem o

mesmo fundamento e base que constitui toda a base neoconservadora que tem se renovado no curso da história. Por essa razão os profissionais vivem os processos de contradição e alienação próprios do sistema que rege as relações sociais que estão estabelecidas sob a ordem do sistema capitalista.

Tratam-se de aspectos que se observam no cotidiano da prática profissional, bem como na dimensão do exercício intelectual e muitas vezes, de modo incongruente, também na dimensão política. Nesses termos destaca-se:

O assistente social se depara com diferentes situações-limite, como suicídio, aborto, eutanásia, uso de drogas etc. Se não estiver aberto para aceitar o direito de escolha do outro, ou mesmo a possibilidade de o outro não ter alternativa, como poderá conviver com essas circunstâncias? Se estiver absorto em atitudes preconcebidas e estereótipos, como poderá se relacionar com essas situações no trabalho profissional? (BARROCO e TERRA, 2012, p. 78)

Por essa razão que ao pensar o conservadorismo na profissão é preciso pensar desde a formação do ser social até o desenvolvimento das forças intelectuais que espelham o cotidiano refletido.

O universo acadêmico é um espaço de intenso debate e construção de conhecimento. No entanto, muitas vezes, se percebe a presença do ecletismo, não por escolha, mas por falta de fundamento. Desde a conjuntura que permitiu o Congresso da Virada (1977) a permear outra base de fundamentação hegemônica no Serviço Social, ainda há lacunas na formação que dão condições para a permanência de ecletismo no lugar do pluralismo.

Sem a compreensão do materialismo, histórico e dialético, do que significa cada uma dessas três palavras em seu movimento, incorre-se no chamado marxismo vulgar, podendo produzir, em direção inversamente oposta, a falsa percepção de que essa base epistemológica não é suficiente para garantir a leitura de realidade e apreensão da totalidade, enquanto categoria, em seu sentido mais intrínseco.

Isso significa apontar a necessidade presente, desde sempre, de aprofundamento da base que funda a nossa profissão em sua dimensão hegemônica. A partir disso, a leitura de realidade é importante para compreender que as expressões de conservadorismo não são dadas a priori, mas que se inscrevem na história. Tem-se a seguinte concepção de história, a partir de Marx:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o

fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [realen] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. (MARX e ENGELS, 2007, p. 42-43)

O profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho, submetido à jornada de trabalho e hierarquia institucionais, advindo de uma trajetória social e familiar que muitas vezes foi balizada na moral e bons costumes, terá muitos desafios para reconstruir o pensamento a partir desse pressuposto que pauta a profissão.

Uma das formas de reprodução da alienação que ronda o trabalho cotidiano é a do comportamento ético-profissional que contraditoriamente defende os valores do CE (Código de Ética) e realiza outros valores, muitas vezes de forma inconsciente. Entre outros fatores, trata-se de uma repetição espontânea de certos costumes e valores internalizados e consolidados por meio de sua formação moral, anterior a formação profissional. (BARROCO e TERRA, 2012, p. 73)

Diante dessas questões é fundamental perceber que tratar da identidade profissional é compreender o assistente social inserido na divisão de trabalho. Uma vez inserido nesse espaço é sujeito também a todas as contradições vividas pela classe trabalhadora na sociedade gerida pela burguesia.

Desse modo, compreender a inserção desse profissional na divisão social do trabalho, em um contexto da sociedade capitalista, é estar alinhado com as considerações de Marx e Engels (2007) quando esse reflete que os próprios homens e mulheres produzem ideias, representações e formam sua consciência direta e intimamente ligada à vida material.

Mas quais são essas condições da vida material? Como já apontado introdutoriamente, o contexto social e político é de crise e sempre o foi, como parte intrínseca de funcionamento do capital. Por isso, falar de identidade é obrigatoriamente falar de consciência social. No caso do Serviço Social é apontar que as “circunstâncias fazem os homens como os homens fazem as circunstâncias” (ibidem, p. 36).

Falar de identidade profissional passa fundamentalmente pelo sentido de falar da cotidianidade. Trata-se de apreender que “o relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta” (MARTINS, 2013, p. 12).

Para isso, se avaliou essencial e necessário contextualizar e compreender a conjuntura em que, no Brasil, assistentes sociais estão imersos: “ao pensar o presente, são obrigadas a repensar o passado, buscar e rebuscar continuidades, rupturas e inovações” (IANNI, 2004, p. 8).

Ianni (2004) busca entender as raízes da sociedade brasileira e tem como pressuposto que o Brasil é constituído, em sua trajetória, por um desenvolvimento desigual e combinado⁴.

O desenvolvimento desigual e combinado caracteriza toda a formação social brasileira, ao longo da Colônia, Império e República. A sucessão dos “ciclos” econômicos, em combinação com os surtos de povoamento, expansões das frentes pioneiras, organização do extrativismo, pecuária e agricultura, urbanização e industrialização, tudo isso resultará numa sucessão e combinação de formas as mais diversas e contraditórias de organização da vida e trabalho. (IANNI, 2004, p. 59)

Esse elemento é fundamental para entender como isso se apresenta na formação social brasileira, em movimento de constante contradição. Martins (2013) apresenta a contradição no particular universo do homem simples, lembrando que na luta do viver todos os dias luta-se também para compreender o que se vive, pois essa vida parece escapar-lhe por ser muitas vezes absurda e destituída de sentido.

Heller (1985) traz contribuição a respeito dessa singularidade do homem, de sua fragmentação nos diversos papéis que representa e que, portanto, o desenvolvimento desse ser singular, o homem simples, é “(...) antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade” (Heller, 1985, p.22).

Essencial apontar que esse homem simples não é abstrato. Trata-se de cada qual pertencente à realidade brasileira, inclusive assistentes sociais. Iamamoto (2003) dá concretude à questão quando refere que no espaço profissional deve-se apreender as experiências vividas pelos sujeitos no cotidiano, travestidas nas múltiplas expressões da questão social. No entanto, a autora evidencia a contradição vivida pelo sujeito

⁴ Trata o termo de contribuição de León Trotsky sobre a questão do imperialismo, e também “uma das tentativas mais significativas de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o euro-centrismo.” Ver LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Actuel Marx, n. 18, Paris: 1995, p. 73 -80.

profissional que, ao mesmo tempo, tenta compreender a conjuntura dos sujeitos com os quais trabalha e, ao mesmo tempo, se vê em sua condição de trabalhador assalariado, muitas vezes precarizado e subsumido no mesmo cotidiano contraditório brasileiro, marcado pelo desenvolvimento desigual e combinado referido por Ianni (2004).

Na particularidade do Brasil a contradição não perpassa somente as desigualdades sociais e econômicas, mas carrega a criação ideológica imposta para garantir uma determinada visão de mundo para justificar a realidade que foi construída para beneficiar a poucos, a partir de uma ideia mistificada de Brasil como um “presente de Deus por sua natureza”, de um povo alegre, pacífico e generoso e ainda livre de preconceitos Chauí (2000). Nesses termos, para a autora, “são invenções históricas e construções culturais” (idem, 2000, p. 58) que, em consequência, desloca de lugar a luta social e atinge em maior ou menor intensidade a autorrepresentação da profissão.

Nesse sentido se faz imprescindível lembrar que o exercício cotidiano exige uma constante leitura da realidade, compreender a conjuntura. Não há sujeito histórico incapaz de fazer essa leitura e menos ainda enquanto profissionais, assistentes sociais, podem despojar-se dessa primazia no cotidiano de trabalho.

A contradição vivida por assistentes sociais exige uma suspensão do cotidiano conforme se pode aprender em Heller (1985, p. 24): “é necessário o conhecimento do próprio Eu, o *gnôthi seautón*, o conhecimento e a apaixonada assimilação das intimidades humano-genéricas, a fim de que o homem seja capaz de decidir elevando-se acima da cotidianidade”. É preciso que no exercício profissional se possa emergir desse caldo cultural brasileiro em que se está sujeito às práticas conservadoras e contraditórias. Visto que, para Martins (2013, p. 41), “são claras as raízes coloniais dessa lógica cultural inventada pelos missionários para civilizar os índios e por eles invertida e assimilada invertidamente para se preservarem culturalmente e resistirem ao irresistível”. Esses elementos importantes da formação social brasileira impactam diretamente na formação profissional de assistentes sociais e em seu exercício.

Trata-se, portanto, de compreender que não é possível a alienação completa na cotidianidade, bem como “não há nenhum homem, por mais insubstancial que seja, que viva tão somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente” (HELLER, 1985, p. 17).

Importa absorver os meandros desse processo de cotidianidade que, de maneira alguma, pode ser traduzido apenas pela alienação que nele existe, mas não se expressa

como sua totalidade. O cotidiano é, sobretudo, o processo contraditório do exercício da substância da vida. É nele que está a alienação, mas também toda a potência de história, de mudança. Temos a contribuição de Lefebvre a respeito:

No entanto, essas pessoas nascem, vivem e morrem. Vivem bem ou mal. É no cotidiano que eles ganham ou deixam de ganhar a vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre. Aqui e agora. (LEFEBVRE, 1991, p. 27)

Depreende-se desses apontamentos que Lefebvre (1991) refere o potencial de desconstruir as questões da insubstância. Entende-se desse modo que há uma interlocução entre os autores, mesmo que isso não esteja definido anteriormente em outros escritos. Destaca-se que a insubstância é referida por Heller do seguinte modo: “a substância não contém apenas o essencial, mas também a continuidade de toda a heterogênea estrutura social à continuidade, dos valores. (...) a substância da sociedade só pode ser a própria história” (HELLER, 1985, p. 2).

Observa-se claramente, como elucidado por Cabral (2012), que a formação social brasileira é importante para compreender a trajetória da constituição do Serviço Social nesse país e como isso perpassa o exercício profissional no cotidiano. Esse cotidiano, por sua vez, é um espaço de contradição, de possibilidades, onde homens e mulheres podem construir o ser por inteiro.

É na história, e somente por ela, que se é possível desvendar as opacidades do cotidiano. É possível manter viva a rebeldia e de não submissão aos determinismos. Para isso, se aponta o conceito de história a seguir:

(...) não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. Essa concepção mostra que história não termina por dissolver-se, como “espírito do espírito”, na “autoconsciência”, mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem um com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. (MARX e ENGELS, 2007, 43)

E nesse sentido, aos assistentes sociais significa “perguntar por seu papel no processo de produção de novas relações sociais e de transformação da sociedade, tendo

presente que cada momento tem em si a força do inaugural, o impulso criador do novo!” (MARTINELLI, 2011, p. 159).

2.2. Construir um para-si profissional, discussão sobre a categoria consciência.

O saldo desse desafio, as possibilidades estão postas no cotidiano, inscritas na história e, portanto, tornam-se armas contra o conservadorismo. Não são simples e lineares as possibilidades.

Parte-se inicialmente da premissa fundamental que não se é possível pensar identidade e consciência social distanciadas da totalidade social, de forma idelista, abstrata. É fundamental pensar essas categorias dialeticamente, plenas de movimento e historicidade (Martinelli, 2011). Concorde-se com a análise a seguir:

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surgem, tanto no próprio ser humano como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. Como dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base. Como sempre ocorre em Marx, também nesse caso o trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*. (LUKÁCS, 2012, p. 285)

A identidade é histórica, construída ou atribuída dentro dessa sociedade de classes. Marx (2010), ao operar com a dialética de Hegel, a coloca em outro plano. Hegel tinha no movimento de sua dialética que a superação das contradições se daria justamente no plano jurídico-formal, na regra. Marx vai construir seu pensamento na perspectiva de que esse movimento dialético existe e, nesse ponto, mantém-se discípulo de Hegel, mas o supera quando aponta que a superação das contradições de dá no plano da história (Lukács, 2012).

É preciso compreender a categoria consciência para compreender o debate que aqui se instala. De acordo com Marx:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural)

– e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade. (MARX e ENGELS, 2007, p. 34-35)

A consciência se dá no plano da reprodução da vida humana, na relação entre os homens. Essa relação se dá, na sociedade atual, nos marcos da economia capitalista de produção. Nesses termos é importante ressaltar:

Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a “sociedade” como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal*. (MARX, 2010, p.107)

As condições da vida material para a classe trabalhadora são condições que presenciam “profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade” (ANTUNES, 2000, p. 15). Desemprego massivo, desmonte de direitos sociais conquistados historicamente, terceirização como alternativa a mais uma crise cíclica do capital, barbarização das relações sociais com evidências de xenofobia, homofobia e misoginia no Brasil e no mundo. Essa realidade perpassa a vida de todas as pessoas, de todos os trabalhadores. Por essa razão é necessário discutir o “primado da matéria social sobre a consciência” (Frederico, 2013), conforme análise a seguir:

O primado da matéria social sobre a consciência, no próprio ato do trabalho, circunscreve a gênese ontológica da liberdade individual, uma liberdade individual, uma liberdade sempre determinada. O homem é um ser que responde às alternativas que lhe são oferecidas, em cada momento, pela sociedade. A liberdade é sempre concreta: a cada momento as novas posições teleológicas obrigam o homem a escolher entre as alternativas, a realizar praticamente sua liberdade possível, determinada. (FREDERICO, 2013, p. 158)

E é nesse aspecto de emancipação humana que se discute, na perspectiva de auto-desenvolvimento da sociedade, na perspectiva de sociedade em escala progressista, que ela “não se realizará com um salto para trás, mas com um passo à frente no processo humano de exteriorização das forças essenciais” (idem, p. 46).

As possibilidades de emancipação estão inscritas na história, na dinâmica da totalidade social, conforme assevera Barroco (2001) a seguir:

A universalidade, a sociabilidade, a consciência e a liberdade são capacidades humano-genéricas, ou seja, sem as quais a práxis não se realiza com suas potencialidades emancipatórias. Inscritas na dinâmica da totalidade social –

cada vez mais complexa e rica em determinações – tais capacidades são mediações entre os indivíduos e o gênero humano, perpassando por todas as esferas, podendo se desenvolver mais em umas e menos em outras. Isto sem contar que as diversas esferas sociais também se desenvolvem de forma desigual – nelas mesmas e em relação aos indivíduos, classes e estratos sociais. (BARROCO, 2001, p. 28)

Essa vida material nesse determinado modo de produção não estranho é o Serviço Social, profissão que surge para, em princípio, conformar à classe trabalhadora à ordem em um processo de autocracia burguesa brasileira, em que tempos de modernização dos anos 60, de um lado consolidam a profissão e de outro apontam significativas necessidades de mudança, de ruptura Netto (2001).

Esse debate no contexto da Defensoria Pública do Estado de São Paulo parte do pressuposto de que “a crítica se auto-implica mesmo com o objeto com que se confronta e recusa – adere a ele para transformá-lo e negá-lo, transformando-se, negando-se” (idem, p. 308).

A construção do conhecimento só é possível coletivamente. O pensamento, portanto, é uma forma de práxis. Considera-se que a práxis é “uma atividade que supõe a interação entre os homens e objetiva uma transformação social” (BARROCO, 2001, p. 49). Refere ainda a autora que, por essa razão, ela propicia a suspensão da alienação cotidiana, garantindo “à classe se expressar como representante dos valores humano-genéricos, isso não é absoluto, sem contradições e conflitos” (idem, p. 194). Por essa questão é que também o conhecimento não pode ser pensado de forma descolada da realidade social, uma vez que também esse é apropriado pela forma capitalista de produção. “Isto remete à consciência de classe, que não é um bloco homogêneo e desenvolve-se num processo de interdeterminações recíprocas” (idem, ibidem).

O exercício intelectual tem o dever, portanto, de consubstanciar o conhecimento que é processual, que só se dá no percurso, no movimento da realidade. A partir de Marx (2010) temos que a subjetividade é histórica e a identidade está nesse debate. A partir de Lukács (2012) tem-se que através da práxis, que são possíveis saltos ontológicos, que possam superar a vida de resultados de mediação que fazemos.

Colocando em termos muito gerais, trata-se do seguinte: no âmbito ontológico das determinações de reflexão, o crescimento ou o declínio de um momento na conexão dialética que chega a formar um complexo não se efetua numa processualidade contínua; ao contrário, em determinados pontos dessas inter-relações – localizados distintamente em cada contexto concreto diferente – ocorrem saltos, modificações aparentemente repentinas, tanto na estrutura quanto na dinâmica do complexo. (LUKÁCS, 2012, p. 258)

Desse modo, quando se tenta discutir a identidade profissional de assistentes sociais na Defensoria Pública se problematiza questões de grande importância. Não é um em-si profissional, mas construir um para-si necessário em relação ao ordenamento jurídico, sair da subsunção formal das profissões no espaço jurídico onde o direito impera, e problematizar ainda mais esse espaço de trabalho.

As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico no trabalho, para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza. A existência do salto ontológico não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição. Com o ato do pôr teleológico no trabalho está presente o ser social em si. O processo histórico do seu desdobramento, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser-em-si num ser-para-si e, portanto, a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios. (LUKÁCS, 2012, p. 287)

Construir “o trânsito da genericidade-em-si para a genericidade-para-si certamente não pode prescindir das formas de mediação presentes na práxis social e política” (ANTUNES, 2000, p. 170). São necessárias experiências que possam ser capazes de permitir o salto ontológico possível com o por-ser teleologicamente no trabalho, capacidade essa do ser social. Trata-se, portanto, de experiências que garantam conexões conforme a seguinte análise:

As conexões existentes entre as ações práticas e histórico-ontológicas e as esferas mais autênticas da genericidade humana – como a ética, a filosofia, a arte, a ciência, as formas superiores da práxis sócio-cultural -, encontram na heterogeneidade da vida cotidiana, em suas ações imediatas e espontâneas, a sua base ontológica, constituindo-se, conseqüentemente, no ponto de partida do processo de humanização do ser social. (Idem, ibidem)

2.3. A experiência como substância política

Benjamin (2012) deixou significativa contribuição quanto ao que viria a ser a falta de experiência, a partir da discussão da estética narrativa, assim como as teses sobre o conceito de história. Aquilo talvez do que Marx nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos aponta como processo de exteriorização e estranhamento.

O homem se torna cada vez mais pobre enquanto homem, carece cada vez mais de dinheiro para se apoderar do ser hostil, e o poder de seu dinheiro cai precisamente na relação inversa da massa de produção, ou seja, cresce sua penúria (Bedürftigkeit) à medida que aumenta o poder do dinheiro. (MARX, 2010, p. 139)

A partir de aproximações e estudos dessa pesquisadora sobre o significado do nazismo na história da humanidade, foi possível iniciar um estudo mais aprofundado das contribuições desse intelectual alemão. Faz-se essa referência porque, ao estudar suas contribuições, perceberam-se questões substantivas e essenciais para a discussão da pesquisa. E poucos pesquisadores conhecem atentamente suas obras e contribuições.

Löwy refere que Benjamin escapa às costumazes classificações de intelectuais e filósofos na perspectiva de caracterizá-los como progressistas ou conservadores. Define-o como “um crítico revolucionário da filosofia do progresso, um nostálgico do passado que sonha com o futuro, um romântico do materialismo” (LÖWY, 2013, p. 265).

Observa-se que suas elucidações são atuais e corroboram com o pensamento de Marx e se inserem nele, evidenciando os ciclos do capital e sua barbárie.

Ficamos pobres. Abandonamos, uma a uma, todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do “atual”. A crise econômica está diante da porta, atrás dela uma sombra, a próxima guerra. A tenacidade tornou-se hoje privilégio de um pequeno grupo de poderosos, que sabe Deus não serem mais humanos que a maioria; na maioria bárbaros, mas não no bom sentido. Os outros, porém, precisam arranjar-se, de novo e com poucos meios. São solidários dos homens que fizeram do essencialmente novo uma coisa sua, com lucidez e capacidade de renúncia. Em seus edifícios, quadros e histórias a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver a cultura. E o que é mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso tenha aqui e ali um som bárbaro. Perfeito. No meio tempo, possam o indivíduo dar um pouco de humanidade àquela massa, que um dia irá retribuir-lhe com juros e com os juros dos juros. (BENJAMIN, 2012, p. 128)

Basta atentar-se para o atual movimento da história, em dimensão nacional e internacional, e será possível constatar que a contribuição de Benjamin continua válida. O autor aponta ainda: “a tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” (ausnahmezustnad) em que vivemos é a regra” (ibidem, p. 245).

De acordo com Marx, “esta ciência da indústria maravilhosa é, simultaneamente, a ciência da ascese e seu verdadeiro ideal é o avarento ascético, mas usuário, e o escravo ascético, mas produtor” (MARX, 2010, p. 141).

Para superar esse estado é preciso talvez outras experiências. No sentido dado por Benjamin (2012), é preciso romper com o modo capitalista de existência. Só assim será possível construir novos sentidos de uma ação transformadora que subverta a ordem estabelecida. Os diferentes espaços acadêmicos têm também a potencialidade de criar novos sentidos. No entanto, o que se observa é que muitas vezes, também, coloca-se apenas a serviço de conformação.

A partir dessas considerações aponta-se a seguinte reflexão:

A vida cotidiana é o ponto de partida e o ponto de chegada: é dela que provém a necessidade de o homem objetivar-se, ir além de seus limites habituais; e é para a vida cotidiana que retornam os produtos de suas objetivações. Com isso a vida social dos homens é permanentemente enriquecida com as aquisições das conquistas da arte e da ciência. (FREDERICO, 2013, p. 133)

A arte para Marx é um produto histórico que pressupõe “um nível de desenvolvimento das forças produtivas, uma satisfação das necessidades imediatas da sobrevivência, que permite ao homem modelar em conformidade com ‘as leis da beleza’” (Idem, p. 54).

Apontar a questão da arte quando se debate a identidade profissional diz respeito, principalmente, à possibilidade de aprofundar o tema, pois se trata de uma forma de experiência, que em seu sentido mais avançado, diz respeito à crítica ao processo de alienação constante na sociabilidade capitalista. Trata-se, sobretudo, da “presença atuante e doadora de sentido da atividade humana” (Idem, p. 43).

Nessa perspectiva, considerando todos os elementos apresentados até o momento, acrescenta-se à discussão a elucidação de Marx a respeito da compreensão do indivíduo como ser social, em oposição à subsunção do sujeito pela cultura dominante ciclicamente reestabelecida de modo mais bárbaro a cada série.

Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a “sociedade” como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso uma externalização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal. (MARX, 2010, p. 107)

A ideologia preponderante que perpassa todas as esferas da vida não garante plenas condições para que os indivíduos possam buscar espaços, lazer, leituras, capazes de permitir o contato com outras formas de sociabilidade, propiciando a recusa da subsunção cotidiana exercida pelo projeto dominante de cultura Lefebvre (1991).

Marx é assertivo ao apontar: “o trabalhador tornou-se uma criança abandonada à negligência. A máquina acomoda-se à debilidade do ser humano para tornar o ser humano débil uma máquina” (MARX, 2010, p. 141). É como se houvesse um apelo para a perda de essência da vida. Não ser, mas ter é a ordem implantada de longa data no tecido da vida, no cotidiano. Assistentes Sociais estão e se formam nessa conjuntura,

tornam-se parte desse cotidiano massacrado, achatado. Há uma proposta consistente na formação a partir das diretrizes curriculares. No entanto, também o capital se apropriou das áreas de conhecimento dos espaços de pesquisa, da universidade, como apontado:

O discurso que fundamenta a formação por competência pode encontrar na cultura profissional do Serviço Social uma ambientação favorável à sua difusão em decorrência de seus vínculos com a empiria e certa mitificação da "prática profissional". Considerando a dimensão teórico-prática da profissão, é fácil associar as competências específicas por ela requeridas à integração entre o saber, o saber-fazer e o saber ser. Acompanha-as a valorização das experiências vividas e da própria subjetividade no exercício cotidiano. Pode-se resvalar no perfil conservador das "tecnologias sociais voltadas ao desenvolvimento", em detrimento de uma formação acadêmica de maior solidez, discurso este favorável aos reclamos do "mercado" num contexto de crise. (IAMAMOTO, 2014, p. 627)

Propondo inserção no mercado de forma rápida os cursos achatam as diretrizes e afastam os alunos de sala de aula, do convívio, do debate, da oportunidade de repensar a partir da experiência com o outro, com os outros.

Sem a experiência do debate na formação profissional, nos espaços de discussão, no espaço de trabalho, distante das condições do repensar o cotidiano, mesmo extenuante, perde-se a capacidade de “revelar a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário do ordinário”, conforme nos elucida LEFEBVRE (1991, p. 44). Mais do que o aparente simples conviver entre pessoas com os mesmos objetivos de formação profissional é imperativo o exercício real de reflexão ética e crítica. No entanto, o perfil da formação oferecido em grande parte nas universidades sofre o rebatimento do capital na educação. Do contrário, trata-se de experiências miseráveis. Miserabilidade essa entendida a partir de Benjamin:

A horrível mixórdia de estilos e visões de mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, confessemos: essa pobreza não é apenas pobreza em experiências privadas, mas em experiências da humanidade em geral. Surge assim uma nova barbárie. [...] pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda. (BENJAMIN, 2012, p. 124-125)

O projeto profissional, que é coletivo, representa todo o processo histórico de organização política, de luta coletiva que foi delineada em diretrizes curriculares para a formação e na normatização do Código de Ética Profissional. Esse conjunto expressa a

direção social que se decidiu vincular os profissionais de Serviço Social até o presente momento.

Deveria se ter como pressuposto que todo profissional assistente social esteja vinculado com esse projeto e que a objetivação dos valores e finalidades dessa atuação profissional estivesse diretamente relacionada com a direção social definida e apresentada nos documentos que pautam a profissão na formação e no exercício profissional.

Entretanto, a partir de todos os elementos apresentados até agora na pesquisa, essa adesão de assistentes sociais ao projeto profissional estabelecido não se dá sem conflitos, sem contradição e, muitas vezes, não há adesão. A respeito, Cabral (2012) problematiza:

Embora seja fato que o conservadorismo vem sendo fortemente combatido teórica e politicamente, através de segmentos de vanguarda da categoria, não podemos esquecer que as demandas profissionais possuem, cada vez mais, um caráter conservador, desafiando cotidianamente os assistentes sociais à sua reconstrução crítica. (CABRAL, 2012, p. 183)

Assistentes sociais estão imersos na cotidianidade posta na forma da sociabilidade capitalista. Os valores dessa sociabilidade permeiam as relações sociais estabelecidas no trabalho e na vida do conjunto de profissionais e, nesse sentido, se ressalta que a adesão consciente, portanto ética⁵, ao projeto de profissão implica em “decisões de valor inseridas na totalidade dos papéis e atividades inscritas na relação entre o indivíduo e a sociedade; na reprodução da singularidade e da genericidade humana” (BARROCO, 2001, p. 67).

Sem repensar nossas experiências nos debates na formação profissional, na organização política, poucas oportunidades restam para compreendermos a magnitude do que vem a ser o projeto ético-político defendido hoje pelo conjunto da categoria, mas que, avalia-se aparentemente desenraizado no fazer profissional de assistentes sociais.

O que será preciso para garantir que a formação seja suspensão e proporcione uma substância política no cotidiano?

⁵ “A ética é definida como uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre. Tratada como mediação entre as esferas e dimensões da vida social, e atividade emancipadora, a ética é situada em suas várias formas de expressão: a moral, a moralidade, a reflexão ética e a ação ética como exercício de liberdade ou, como quer Lukács, como “ação virtuosa”, apontando-se para sua conexão com a práxis política e para suas formas alienadas no âmbito da vida cotidiana” (BARROCO, 2001, p. 19).

Tornar o cotidiano eivado de experiência miserável (Benjamin, 2012) uma possibilidade de exercício criativo da vida, é um desafio.

Considerando que, a partir da capacidade teleológica do ser social, os projetos sócio-históricos, entre eles os projetos profissionais, são “constitutivos da práxis ético-política, no contexto da luta pela hegemonia” (BARROCO, 2001, p. 19). Compreende-se que não se trata de um desafio linear, pois os profissionais de Serviço Social, em relação ao projeto de profissão:

Eles podem ou não estar em concordância; se não estiverem. Instituem conflitos ético-morais, propiciando que as normas e os princípios sejam reavaliados, negados ou reafirmados, revelando que as escolhas, o compromisso e a responsabilidade são categorias éticas inelimináveis das profissões, mesmo que, em determinadas circunstâncias, possam não ser conscientes para parte de seus agentes. (idem, p. 67)

Observa-se, portanto, que o debate da identidade profissional no espaço da Defensoria Pública passa, antes de tudo, pelo debate da crítica ao direito, como forma de mercadoria, e que na expressão do sistema de justiça brasileiro se apresenta, para parcela significativa da população, em duas esferas: da criminalização da pobreza e da judicialização das políticas públicas.

Não há como compreender essa questão sem estar relacionado ao movimento da história, da herança cultural da formação social e econômica brasileira, o que prescinde de um processo de experiência que esteja pautado em uma direção social na perspectiva de luta de classes. Nesse sentido, as condições materiais de vida determinam a consciência do profissional e quais valores estão implicados no fazer profissional.

Também a Defensoria passa por momentos que expressam a conjuntura de volta da força conservadora em várias esferas da vida social, política e econômica. Assistentes Sociais nesse espaço profissional mantém o desafio, diante de contradições, de manter uma atuação profissional que esteja vinculado ao projeto de profissão, tendo a liberdade como valor ético central e como horizonte a perspectiva de emancipação humana.

Passa-se então à apresentação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO III

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: de fenda da justiça ao encastelamento institucional

3.1. Elementos para o debate sobre acesso à justiça

Diferentemente do que é possível encontrar na literatura, o espaço da área denominada assistência jurídica ainda é espaço fértil de construção de saberes no qual o Serviço Social vem se consolidando, principalmente após o ano de 2010, quando ingressam na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, através de concurso público, os primeiros assistentes sociais nesse órgão.⁶

Faz-se necessário, entretanto, aprofundar os significados de acesso à justiça e de assistência jurídica para melhor compreender o que vem a ser esse espaço no plano das garantias constitucionais da população. Conforme a Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, “o Estado prestará assistência jurídica e integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Observa-se que, no Brasil, o termo “acesso à justiça” é ainda abstrato, não condiz com a realidade vivenciada de forma desigual por grande parte da população, conforme já discutido no capítulo 1 a partir do debate da judicialização da questão social.

Retoma-se que a trajetória histórica do país é marcada pela desigualdade social nas participações das decisões da esfera da própria vida. Portanto, isso também é evidenciado na forma como os sujeitos se relacionam com a lei. Nesse sentido acredita-se importante a reflexão a seguir:

Há os de primeira classe, os privilegiados, os “doutores”, que estão acima da lei, que sempre conseguem defender seus interesses pelo poder do dinheiro e do prestígio social. Os “doutores” são invariavelmente brancos, ricos, bem vestidos, com formação universitária. São empresários, banqueiros, grandes proprietários rurais e urbanos, políticos, profissionais liberais, altos funcionários. Frequentemente mantêm vínculos importantes nos negócios, no governo, no próprio Judiciário. Esses vínculos permitem que a lei só funcione em seu benefício. [...] para eles, as leis ou não existem ou podem ser dobradas. Ao lado dessa elite privilegiada, existe uma grande massa de

⁶ Utiliza-se a expressão “primeiros” assistentes sociais porque teve dois momentos de ingresso pelo primeiro concurso, 2010 e 2014 e já foi homologado o 2º concurso que previu o ingresso de mais profissionais da área, diante da ausência de tempo previsto no edital do concurso anterior para completar o quadro de vagas já existentes.

“cidadãos simples”, de segunda classe, que estão sujeitos aos rigores e benefícios da lei. São a classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais. Podem ser brancos, pardos ou negros, têm educação completa e o segundo grau, em parte ou todo. Essas pessoas nem sempre têm noção exata de seus direitos, e quando a têm carecem dos meios necessários para os fazer valer, como o acesso aos órgãos e autoridades competentes, e os recursos para custear demandas judiciais. Frequentemente, ficam à mercê da polícia e outros agentes da lei que definem na prática que direitos serão ou não respeitados. [...] para eles, existem os códigos civil e penal, mas aplicados de maneira parcial e incerta. [...] finalmente, há os “elementos” do jargão policial, cidadãos de terceira classe. São a grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados, mendigos. São quase invariavelmente pardos ou negros, analfabetos, ou com educação fundamental incompleta. Esses “elementos” são parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Na prática, ignoram seus direitos civis ou os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não se sentem protegidos pela sociedade e pelas leis. Receiam o contato com agentes da lei, pois a experiência lhes ensinou que ele quase sempre resulta em prejuízo próprio. Alguns optam abertamente pelo desafio à lei e pela criminalidade. Para eles vale apenas o Código Penal. (CARVALHO, 2002, p. 215-217)

No atual cenário social e político esse contexto está distante de ser ficção ou apenas reflexão de processo histórico já superado. Para entender a necessidade do debate do acesso à justiça quando se discute o lugar que a Defensoria Pública deveria ocupar no conjunto da sociedade, faz-se necessário, apontar a dissociação entre assistência jurídica integral e assistência judiciária.

A prestação da assistência jurídica integral pressupõe uma defesa ampliada de direitos, compreendendo que não é somente pelo acesso ao poder judiciário que a garantia de direitos poderá ser concretizada.

Trata-se de compreender que o resultado advindo do acesso ao judiciário não significa o imediatamente justo. Por essa razão a judicialização da questão social é o alvo do debate do acesso à justiça, pois se trata de garantir direitos em primeiro lugar, seja pela educação em direitos, pelas resoluções administrativas e extrajudiciais, seja através de atendimento multidisciplinar, tornando o acesso ao poder judiciário apenas um dos caminhos para a garantia de acesso à justiça, e não a única, conforme contribuição a seguir:

A expressão assistência jurídica, como é sabido, não é sinônima de assistência judiciária. É mais ampla que esta, pois abrange não apenas a defesa em juízo, mas todas as formas de serviços jurídicos, judiciais e extrajudiciais. Essa evolução do conceito de assistência judiciária para assistência jurídica é uma decorrência do movimento pela ampliação do acesso à justiça e permite uma correlação entre as diferentes ondas desse movimento. (CASTRO e BERNARDES, 2008, p. 110)

A garantia de assistência jurídica integral e gratuita no Brasil, conforme apontado anteriormente, deve dar-se através da Defensoria Pública a partir do que é estabelecido no artigo 134 da Constituição: “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”. Nesses termos:

A Defensoria Pública, para garantir acesso à justiça, prestará assistência jurídica gratuita, que significa atender às parcelas da população que não conseguem constituir advogado sem prejuízo de sustento próprio ou de seus familiares. Não obstante gratuita, será também integral. Esse é o diferencial. O caráter de integralidade de prestação da assistência jurídica traz em si a análise de que, para o acesso à justiça, a Defensoria poderá ingressar com pedidos ao Poder Judiciário sem custas, assim como também poderá dirimir conflitos relacionados a terceiros ou outros órgãos de modo extrajudicial. (BARROS, 2014, p. 162)

Passa-se a compreender o contexto das Defensorias Públicas Estaduais brasileiras e os desafios de se consolidarem como reais portas de acesso à justiça para a população invisibilizada pelo sistema de justiça, enquanto detentora de direitos, há séculos.

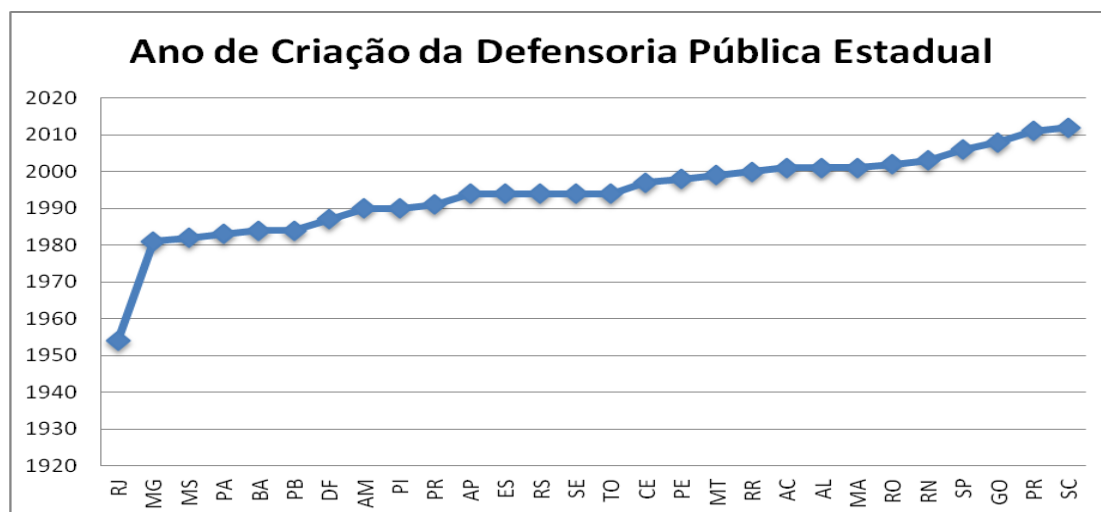
3.2. Defensoria Pública no Brasil: demandas e dificuldades.

A construção das Defensorias Públicas estaduais no Brasil não se deu de maneira uniforme e simultânea, pelo contrário. A primeira a consolidar-se foi a do Rio de Janeiro, anterior à Constituição Federal, no ano de 1954⁷, no Rio de Janeiro, e a última, bem mais recente, em 2012, em Santa Catarina⁸. A forma como essas Defensorias são estruturadas também não guarda similaridade.

⁷ No Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 2.188/1954 concebeu os primeiros cargos com a denominação de *Defensor Público*, então vinculados à Procuradoria Geral de Justiça.

⁸ Em 12 agosto de 2012, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei Complementar nº 575 para criação e implementação da Defensoria Pública em Santa Catarina.

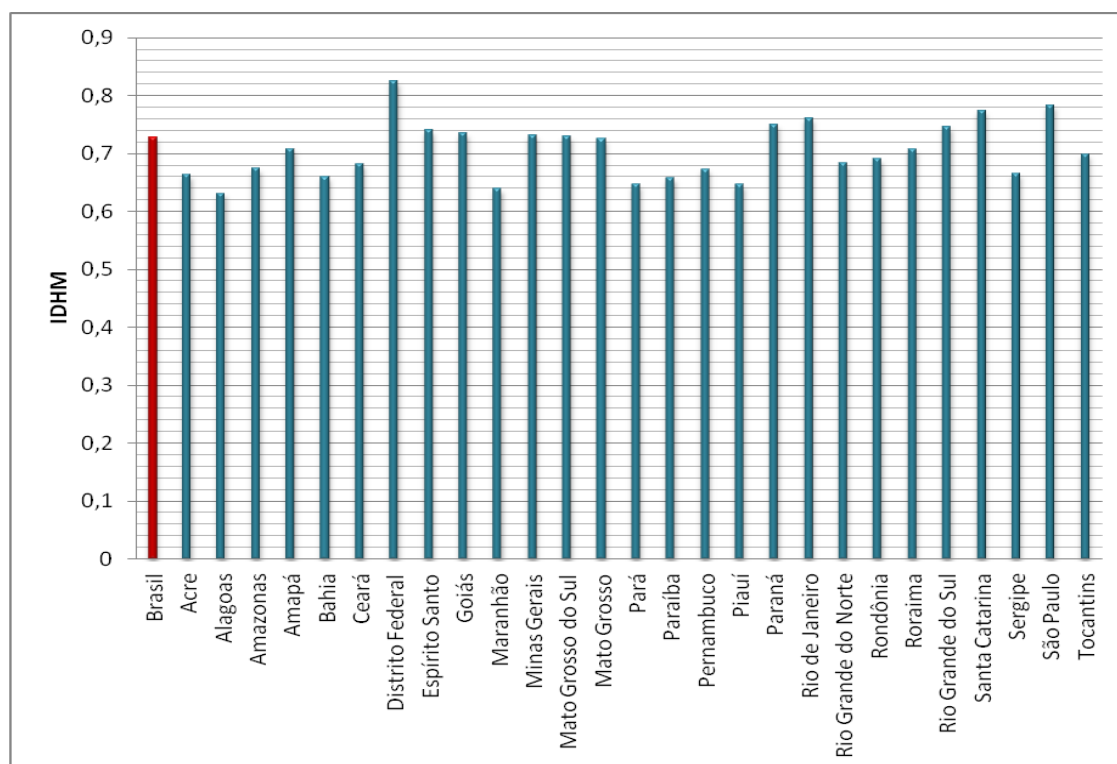
Gráfico 1. Ano de Criação da Defensoria Pública Estadual



Fonte: Organizado pela autora.

As condições nas quais são prestados os serviços e se atingem a população que deveria ser alvo é o que vai ser apontado a partir de pesquisas já realizadas através do IPEA, da Open Society (2016) e do Ministério da Justiça, bem como dados do PNUD, quanto ao IDHM dos estados. A seguir apresenta-se o IDHM estadual:

Gráfico 2: IDHM dos estados brasileiros



Fonte: Organizado pela autora.

É importante compreender esses dados para entender o contexto da Defensoria Pública e seu alcance à população. A Defensoria Pública é um órgão que se presta ao atendimento jurídico integral e gratuito à população denominada hipossuficiente, mas essa população muitas vezes pouco acessa a justiça.

A pesquisa que discutiu sobre acesso à justiça do Open Society (2016) aponta a necessidade de criação do índice de fragilidade municipal que refere a quantidade relacionada à população alvo, entendida como a população hipossuficiente de que trata o texto constitucional, de atendimento e a quantidade de defensores existentes nos serviços brasileiros de Defensoria Pública. Os dados a seguir não contêm a atualização do número atual de defensores no estado de São Paulo, bem como não constam dados da Defensoria de Santa Catarina. No entanto, enunciam relações importantes na construção desse indicador.

Tabela 8. IDHM⁹, defensores e população alvo por defensor

UF	IDH	Número de defensores	População alvo/defensor
AP	3	110	6.078
RR	2	38	11.874
DF	4	209	12.262
PB	1	306	12.309
TO	2	97	14.263
AC	2	49	14.954
MS	4	160	15.308
RJ	4	989	16.171
ES	4	163	21.550
MT	3	140	21.671
PA	2	302	25.126
CE	1	285	29.642
SE	2	100	31.209
PI	1	99	31.505
PE	1	275	31.985
MG	3	600	32.658

⁹O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano, durante duas décadas da história brasileira. (Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acessado em 27.05.2017).

UF	IDH	Número de defensores	População alvo/defensor
RS	4	321	33.319
RO	3	43	36.290
AL	1	68	44.584
BA	2	196	71.537
RN	2	40	79.203
GO	3	75	80.053
AM	3	43	80.952
SP	4	500	82.504
MA	1	76	86.443
PR	4	10	1.043.960
SC	4	0	-----

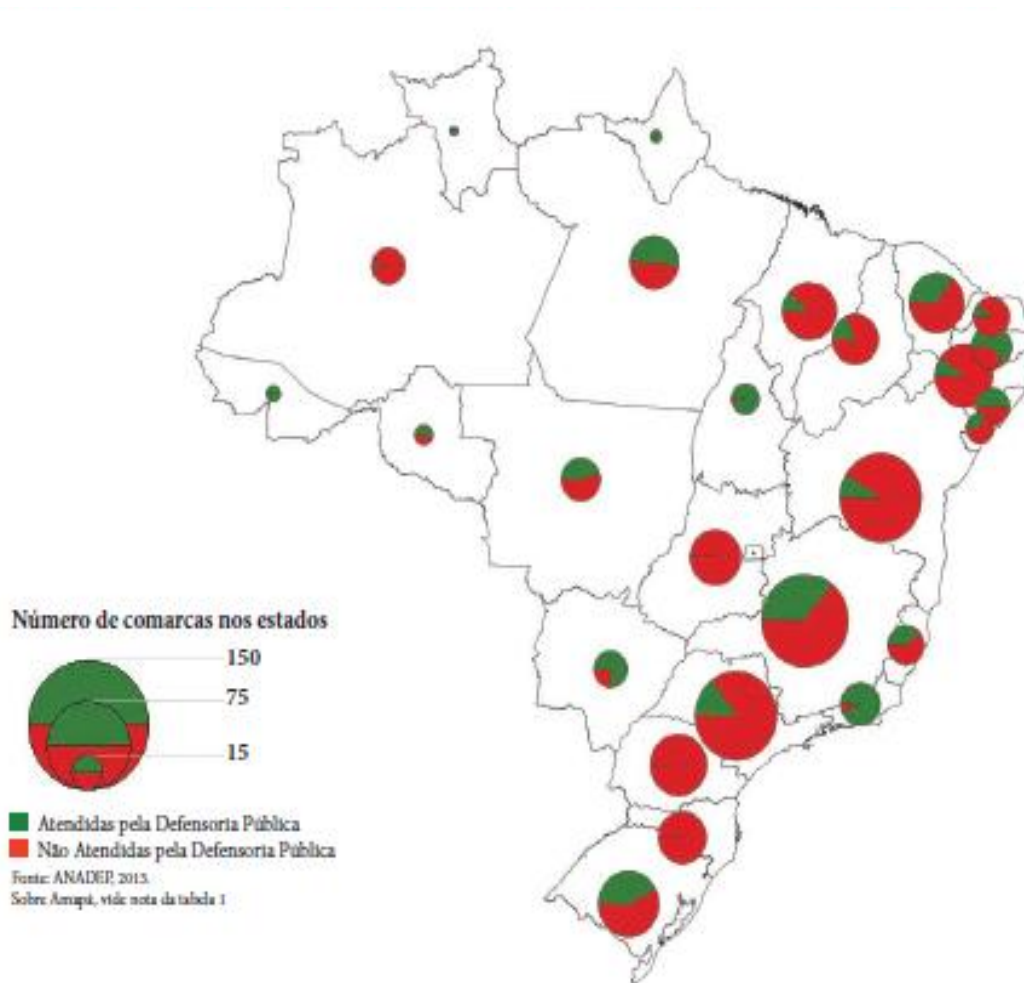
Fonte: Dados da Open Society (2016, p. 54) reapresentados pela autora.

Aponta-se que a pesquisa acima contava com menos duzentos defensores que existem hoje na Defensoria de São Paulo. Mesmo que se considerasse a atualidade ainda assim a proporção é significativa. Esse estudo aponta uma questão importante relacionada ao acesso à justiça:

Estudos comparativos internacionais mostram que sociedades marcadas por elevados índices de desigualdade econômica e social apresentam alta probabilidade de que amplas camadas de sua população desconheçam seus direitos e as possibilidades de reclamá-los. A desigualdade compromete a inclusão social e a universalização do acesso à justiça. Consequentemente, afasta da sua porta de entrada um número significativo de indivíduos. (Open Society, 2016, p. 10)

Em relação às comarcas judiciárias onde estão instalados os tribunais de justiça do estado, o número de defensores e o alcance de sua atuação podem ser vistos a partir do seguinte mapa:

Mapa 1. Mapa da Defensoria Pública no Brasil



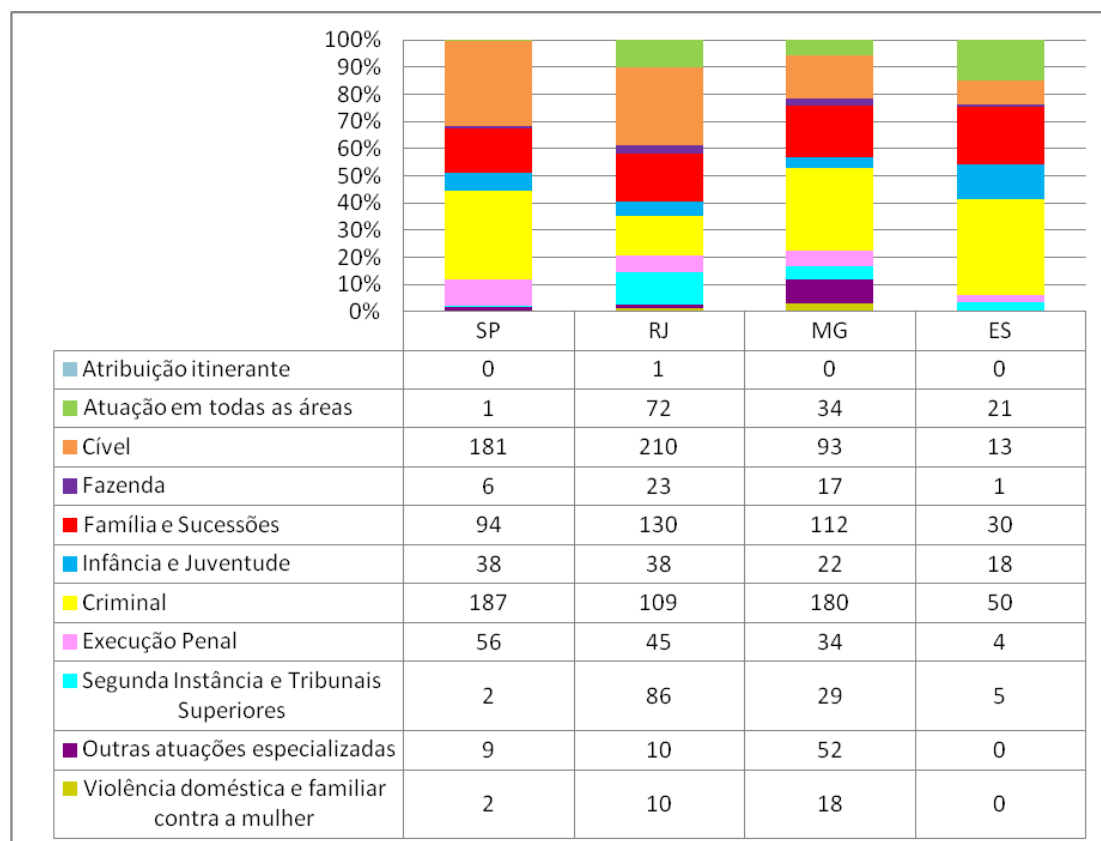
Fonte: IPEA, 2013, (p. 51).

Trata-se de um número escasso de profissionais na carreira de defensores públicos para a demanda existente no Brasil. O IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil (2015), patrocinado pelo Ministério da Justiça, informou que somente 25,1% dos entrevistados (defensores/as)¹⁰ concordam totalmente com a afirmação de que a unidade da Defensoria do Estado em que trabalham tem conseguido cumprir satisfatoriamente com seu objetivo central de fornecer assistência e representação jurídica às comunidades socialmente vulneráveis. Outros 56,2% disseram concordar parcialmente e 16,4% discordam totalmente. Diante disso, pode-se afirmar que 72,6% dos entrevistados avaliam que não há um atendimento pleno quanto à demanda da população considerada vulnerável.

¹⁰ Nota: 44% dos defensores do estado de São Paulo participaram da pesquisa.

A respeito de atuações dos defensores, observa-se que a massa dos atendimentos está centrada em pedidos individuais, cível e de família, bem como na defesa de pessoas presas, conforme a seguir:

Gráfico 3. Atribuição dos defensores públicos¹¹



Fonte: IPEA, 2013, (p. 61), reorganizado pela autora.

No aspecto jurídico diferente do que são as demandas individuais, a chamada área de fazenda pública - pedidos judiciais contra o estado e/ou município - não aparecem como volumosos, conforme se observa no Gráfico 3. Ainda a respeito das áreas de atuação apresenta-se a seguinte reflexão:

[...] é preciso que a Defensoria Pública exista não só formalmente, instituída em todos os estados da Federação (...), mas com uma estrutura capaz de garantir o atendimento em todas as comarcas, com número de defensores suficiente, com tratamento digno diante de sua relevância constitucional, e com sua autonomia efetivada, tudo isso a fim de tornar possível e viável o cumprimento de sua missão. (BRITTO, 2008, p. 15)

¹¹ Na pesquisa original é possível observar os dados de todos os estados, aqui se priorizou mostrar os dados relativos à região sudeste somente para efeito comparativo entre estados.

Não obstante aponta-se a seguir as reflexões da pesquisa sobre o índice de fragilidade municipal no que diz respeito à importância de um órgão como a Defensoria Pública:

Essa compreensão mais ampla do papel da Defensoria Pública – com status constitucional e atribuições ampliadas – é inovadora. E confere a essa instituição participação relevante, assim como uma parcela significativa de responsabilidade, na ampliação do acesso à justiça. Ela passa a constituir, desse modo, um móvel indispensável para a universalização e a realização dos direitos e, em consequência, da igualdade e da inclusão.

A assistência jurídica tem papel primordial na efetivação da igualdade constitucional: suas atribuições têm o potencial de impedir que desigualdades econômicas e sociais contaminem a igualdade de todos perante a lei. Nesse sentido, a Defensoria Pública se caracteriza como uma alavanca para a inclusão social, identificada como instituição essencial nos processos de realização concreta dos direitos e de ampliação do acesso à justiça. (Open Society, 2016, p. 45)

No contexto social e político, nacional e internacional de encastelamento de direitos, a Defensoria não é uma mônada, expressa o contexto em que se constrói enquanto serviço, passa-se agora a compreensão da particularidade da defensoria paulista.

3.3. Contexto da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Que tempos são esses em que se é necessário defender o óbvio, sabiamente deixou a reflexão o brilhante Bertolt Brecht que, ao contrário do que espera-se construir em termos de uma outra sociedade na perspectiva da emancipação humana, ainda é atualíssima a frase.

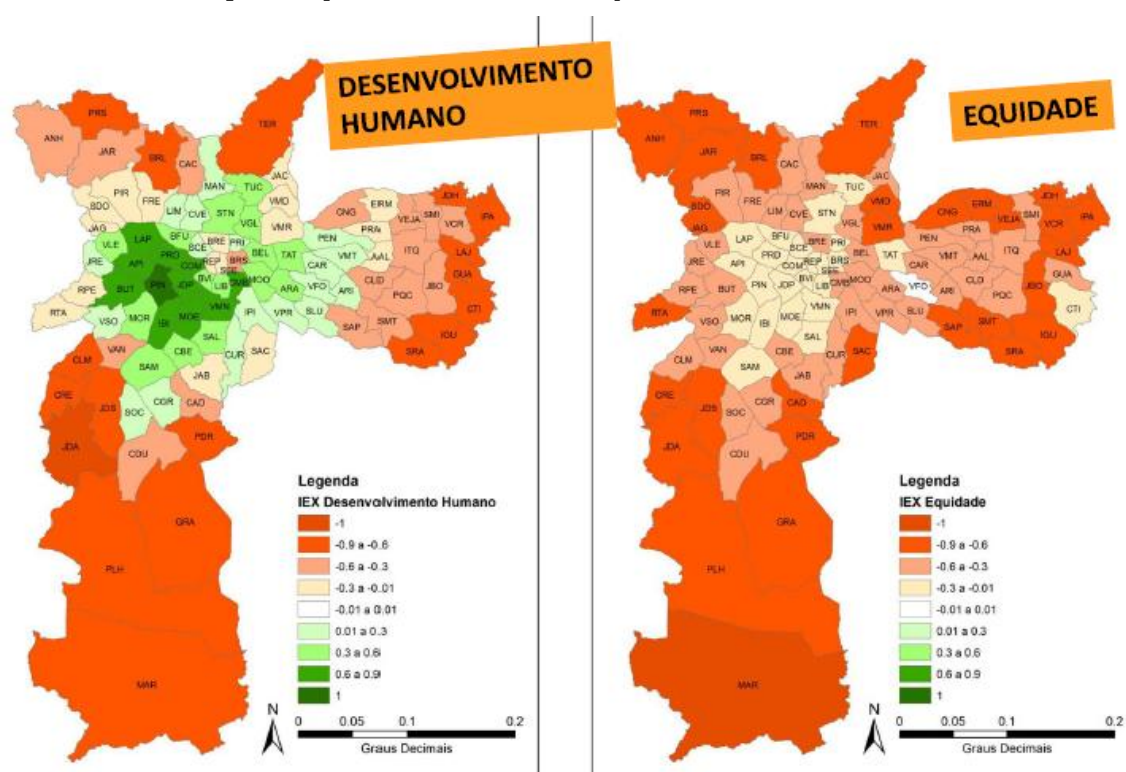
Não há como apresentar a Defensoria Pública, na particularidade do Estado de São Paulo, sem iniciar algumas considerações fundamentais para entender o lugar que ocupa no chamado sistema de justiça, o que representa socialmente, suas contradições e sua promessa de *fenda na justiça* (Cardoso, 2010).

Prevista desde 1988 através do processo de construção da Constituição Federal, somente em 2006, a partir de pressão dos movimentos sociais, surge a Defensoria Pública do Estado de São Paulo com 87 procuradores gerais do estado que optaram pela carreira de defensor público.

Ora, um estado com 645 municípios recebe tardiamente o órgão que patrocinará a defesa dos direitos da parcela alijada das condições sociais e econômicas do estado mais rico do país, com número ínfimo de defensores.

Segundo estudo recente (IPEA, 2015)¹² o estado de São Paulo atinge nível muito baixo ou baixo de vulnerabilidade social, mascarando a realidade contida no seu interior, a exemplo da capital do estado que traz, em si, informações díspares de baixa vulnerabilidade em termos de dados quando, em sua organização regional e administrativa, a desigualdade social e econômica, bem como o acesso a bens e serviços beira ao escândalo, como se pode observar a seguir:

Mapa 2. Mapa do desenvolvimento e equidade na cidade de São Paulo



Fonte: SPOSATI, Aldaiza (coord). Mapa Exclusão/Inclusão Social do Município de São Paulo – III, 2013.

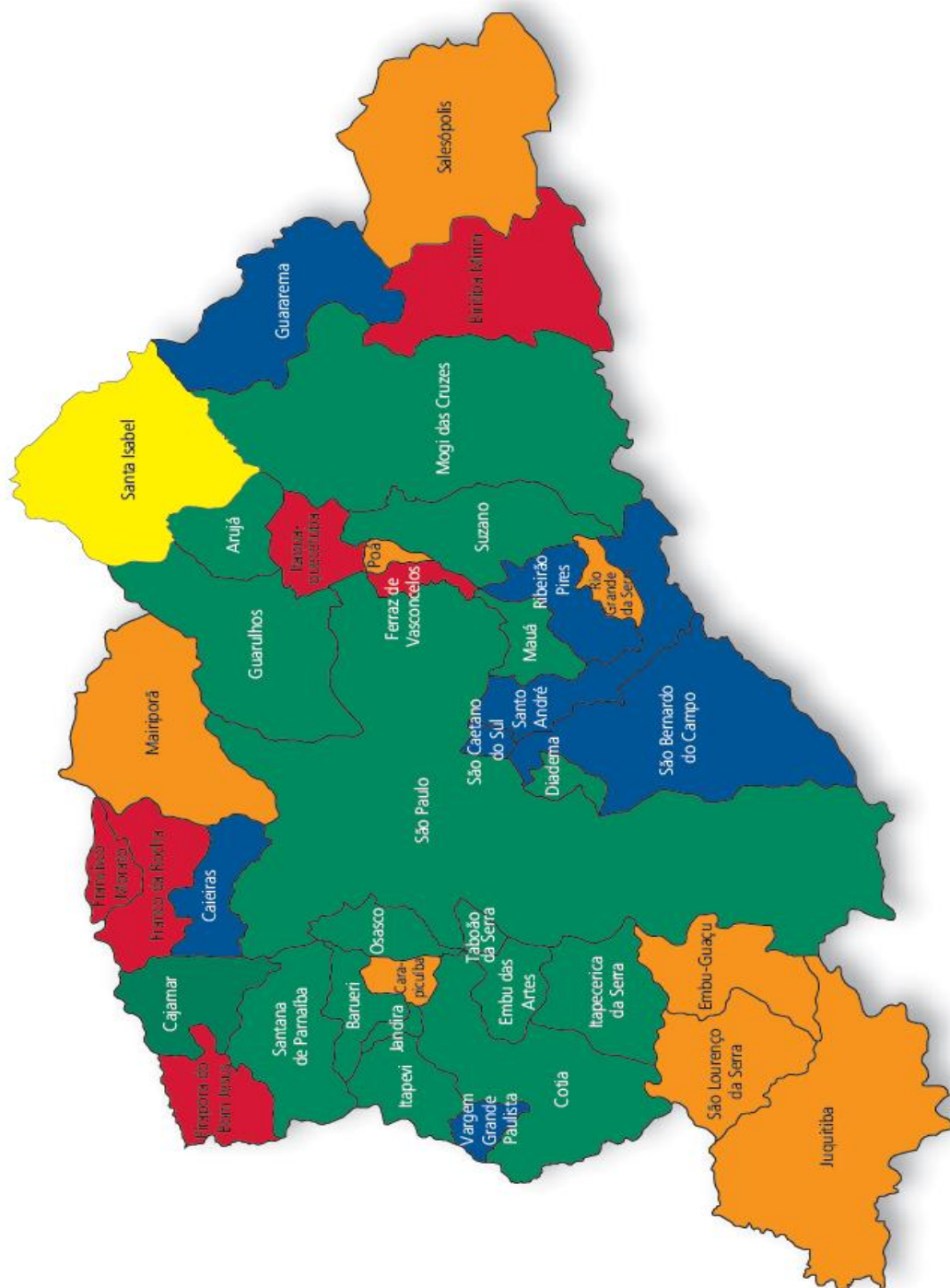
Outro exemplo disso tem-se, através do IPRS¹³, que na área administrativa de São Paulo a capital paulista estaria no grupo dois, que indica maior responsabilidade social em relação a outros municípios da região metropolitana, onde há diferentes

¹² “A maior parte dos municípios do Sudeste (48,8%) está concentrada na faixa de baixa vulnerabilidade social. Fazem parte desta faixa as capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte” (IVS-IPEA, 2015, p. 66).

¹³ O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse modelo pressupõe que a renda per capita é insuficiente como único indicador das condições de vida de uma população e propõe a inclusão de outras dimensões necessárias à sua mensuração. Assim, além da renda per capita, o IDH incorpora a longevidade e a escolaridade, adicionando as condições de saúde e de educação das populações em um indicador mais abrangente de suas condições de vida. Disponível em <http://indices-ilk.al.sp.gov.br/view/pdf/iprs/estado.pdf>. Acessado em 27.05.2017.

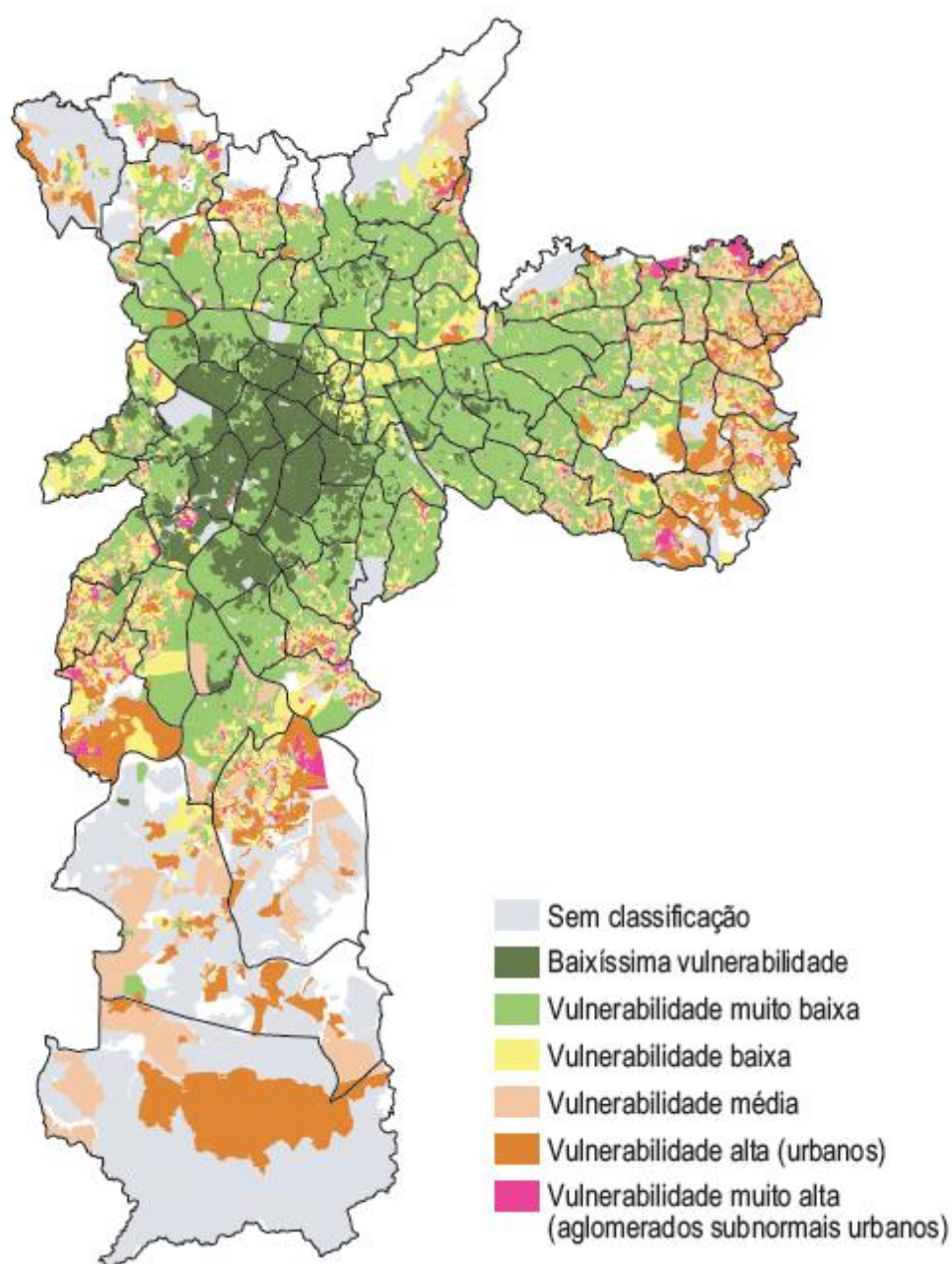
condições sociais e econômicas, prevalecendo sobre esse índice a homogeneização a partir das maiores rendas e acesso a bens sociais e culturais, como é possível observar no mapa a seguir:

Mapa 3. IPRS da Região Administrativa de São Paulo.



Fonte: Fundação SEADE, 2014.

Mapa 4. Vulnerabilidade social no município de São Paulo



Fonte: IPEA, 2015.

No Mapa 2 apresentou-se o índice de exclusão social quanto ao desenvolvimento humano e a equidade no município de São Paulo, mas no Mapa 4 buscou-se registrar, a partir dos dados do IPEA (2015), esse aspecto na cidade de São Paulo. Trata-se de demonstrar que alguns dados, como o IPRS (2014), Mapa 3, devem ser analisados cuidadosamente em conjunto com outras informações.

A partir da compreensão das vulnerabilidades sociais estaduais e das contradições no caso do estado paulista se faz necessário compreender o papel

importante dos movimentos pela criação da Defensoria que fortaleceram as lutas pela implementação do órgão em São Paulo, o que ocorreu somente em 2006.

Justamente porque consegue consolidar-se a partir da pressão de movimentos sociais, através do que foi intitulado como “Movimento pela Defensoria Pública” (Cardoso, 2010) surge como uma promessa de romper o rito jurídico formal e garantir direitos a partir da realidade dos vencidos, dos historicamente levados à julgamento e penalizados por sua cor, sua história, sua classe social, sua forma de vestir, falar e organizar-se.

Representantes de diversas entidades e movimentos da sociedade politicamente organizada, mobilizados pelo que denominaram como fragilidade do acesso à justiça, advinda da inexistência da Defensoria Pública no Estado de São Paulo, lançaram, em 24 de junho de 2002, o “Movimento pela Defensoria Pública”. (CARDOSO, 2010, p. 105-106)

O contexto do estado de São Paulo anterior à criação da Defensoria Pública correspondia ao atendimento realizado pela Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ). Como se tratava de um número insuficiente de Procuradores que realizavam esse trabalho, os atendimentos onde não havia PAJ eram realizados exclusivamente pelo convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB.

Surge como possibilidade de fazer emergir o sujeito atrás da letra morta da lei. A vida reificada pela forma capitalista de ditar as regras das relações sociais que mantém o sistema vigente, desconstruir no judiciário a pretensa neutralidade das sentenças, obrigar a pensar diferente ao dar voz e defesa aos sempre indefensáveis.

Nasce com uma lei¹⁴ que, em seu conteúdo, traz instrumentos de um acesso à justiça em sua integralidade, prevê educação em direitos, resoluções extrajudiciais, equipe multidisciplinar e o compromisso da garantia da assistência jurídica integral e gratuita.

Criada através da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, revela em seu preceito legislativo a marca de ter sido constituída a partir da pressão de movimentos sociais:

Artigo 3º - A Defensoria Pública do Estado, no desempenho de suas funções, terá como fundamentos de atuação a prevenção dos conflitos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalidade, e a redução das desigualdades sociais e regionais.

¹⁴ Lei Complementar Estadual nº 988/2006.

Também foi consolidada em seu texto legislativo a discussão sobre garantia à assistência jurídica integral, já apontada anteriormente:

Artigo 5º

I - prestar aos necessitados orientação permanente sobre seus direitos e garantias; (...) V - prestar atendimento interdisciplinar; VI - promover: a) a mediação e conciliação extrajudicial entre as partes em conflito de interesses; (...) j) trabalho de orientação jurídica e informação sobre direitos humanos e cidadania em prol das pessoas e comunidades carentes, de forma integrada e multidisciplinar; (...) XII - contribuir no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas que visem a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais;

Formam-se as expectativas e, dez anos depois, seu quadro de profissionais é composto de 719 defensores públicos, 53 assistentes sociais, 51 psicólogos, 32 administradores, cinco sociólogos, sete engenheiros, cinco contadores, dois arquitetos e cerca de 600 oficiais.¹⁵ Ainda assim, a Defensoria Pública não está em todos os municípios e onde isso ocorre, a prestação gratuita de assistência judiciária ainda é garantida por meio de convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, como era na época da PAJ.

3.3.1. Centro de Atendimento Multidisciplinar

Dois anos depois de criada a Defensoria Pública, através da Lei Complementar Estadual nº 1050/2008, foram criados os primeiros quadros de apoio da instituição, denominados Agentes e Oficiais de Defensoria Pública, os primeiros para áreas do ensino superior e os segundos para nível médio, cargos esses a serem providos por concurso público.

Somente 4 anos depois é que ingressam na Defensoria os primeiros assistentes sociais, inscritos na chamada carreira genérica¹⁶ de Agentes de Defensoria Pública, e que passariam a compor, em sua maioria, o chamado Centro de Atendimento Multidisciplinar, previsto na LCE 988/2006:

Artigo 48 - As Defensorias Públicas Regionais e a Defensoria Pública da Capital serão capacitadas com ao menos 1 (um) Centro de Atendimento Multidisciplinar, visando ao assessoramento técnico e interdisciplinar para o desempenho das atribuições da instituição, assegurada a instalação, em toda comarca ou órgão jurisdicional dentro de sua área de atuação, de local apropriado ao atendimento dos defensores públicos.

¹⁵ Dados com referência a dezembro de 2016.

¹⁶ Apesar de ser carreira genérica, foram exigidos para aprovação no concurso diploma de graduação em Serviço Social e registro no Conselho de Classe.

Previsto em lei para ser um apoio aos defensores públicos, órgão auxiliar, o Centro de Atendimento Multidisciplinar, conhecido mais na instituição por sua sigla, CAM, hoje é atualmente composto por assistentes sociais e psicólogos nas unidades de atendimento da Defensoria em todo o estado.

Para além dos chamados CAM também estão assistentes sociais e psicólogos na Administração Superior e nos Núcleos Especializados. Há uma deliberação interna¹⁷ que consolida as atribuições e princípios da atividade profissional de assistentes sociais e psicólogos na Defensoria.

Essa deliberação¹⁸ foi construída em conjunto com os profissionais que ingressaram em 2010, em amplo debate com consulta pública, e se tornou uma forma de garantir o mínimo de referência de trabalho aos profissionais. No entanto, o que se observa é que se trata de uma extensa lista de atividades que hoje seria importante ser revista dado ao número ainda ínfimo de profissionais. Entretanto, o contexto político institucional não é tão favorável quanto em 2010.

Na Administração Superior por cerca de seis anos esteve a Assessoria Técnica Psicossocial (ATP) que por quatro anos foi composta por uma dupla de profissionais: um assistente social e um psicólogo. Em 2014, dado o incremento de profissionais através de ampliação de vagas para as áreas da Psicologia e do Serviço Social, a ATP passou a ter quatro profissionais (duas de cada área), mas isso durou três anos, pois nesse ano essa assessoria foi dissolvida, diminuída sua equipe e subsumida a outra assessoria já existente, transformando-se no Grupo de Apoio Interdisciplinar (GAI).

Nesse lugar de trabalho a perspectiva é apontar diretrizes de trabalho, acompanhar os profissionais nas diferentes unidades, participar de projetos e políticas de atendimento institucional. Ficou claro que se ganhou maior ou menor espaço

¹⁷ Deliberação do Conselho Superior da Defensoria nº 187/2010. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=29665&idModulo=5010>. Acessado em 01.06.2017.

¹⁸ O Conselho Superior é o órgão deliberativo máximo da Defensoria Pública de São Paulo - trata-se de seu "Poder Legislativo" interno. Sua competência é fixada pela Lei Complementar nº 988 de 2006 e, dentre outras atribuições, destacam-se: exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública; fixar parâmetros mínimos de qualidade para a atuação dos Defensores Públicos; aprovar o plano anual de atuação da instituição; formular regras para a eleição do Defensor Público-Geral; decidir, pelos votos de 2/3 de seus membros, pelo afastamento do Defensor Público-Geral e do Corregedor-Geral; indicar o Diretor da Escola da Defensoria Pública, dentre outras. A lei prevê, ainda, a realização do Momento Aberto em todas as sessões do Conselho, no qual qualquer pessoa pode se dirigir livremente aos conselheiros para expor um assunto que julgue relevante para a instituição. Estão garantidos também assento, sem voto, à Ouvidoria e à Associação dos Defensores Públicos - APADEP. O Conselho é formado por 13 membros, sendo cinco natos e oito eleitos, todos defensores. Disponível em <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2877>. Acessado em 27.05.2017.

conforme a gestão que ocupa a Defensoria Geral e a correlação de forças políticas internas à instituição.

Os Núcleos Especializados são espaços de trabalho com uma temática específica que aponta diretrizes para o atendimento nas unidades e tem a perspectiva de acompanhar a política pública respectiva em todo o estado. Há os Núcleos de Infância e Juventude, Habitação e Urbanismo, Idoso e Pessoa com Deficiência, entre outros.

Nas unidades da Defensoria estão os chamados CAMs, cuja a composição é de assistente social, psicólogo e defensor público, sendo esse último coordenador do centro em dimensão regional, ou seja, mais de uma unidade de Defensoria, significando às vezes cidades diferentes e, portanto, não fica, muitas vezes, na mesma unidade que a dupla de profissionais. Há regionais da Defensoria com mais de três unidades de atendimento e existe somente um coordenador para cada grupo de profissionais na regional. Isso por si evidencia que a proposta de interdisciplinaridade que se queria alcançar vinculando um defensor diretamente ao CAM não é possível.

Nem todas as unidades têm duplas de profissionais porque ainda não foram providas todas as vagas existentes e há ainda unidades que não existe CAM.

O Centro de Atendimento Multidisciplinar atende a demanda que antes foi analisada por defensor público e/ou estagiário de direito sob sua supervisão. Às vezes, por articulação com a rede realizada pelo CAM, a população passa a procurar a Defensoria. No entanto, ela deverá passar por todo o fluxo de atendimento e, se for o caso, o defensor encaminhará.

Há quatro eixos principais em que se pode classificar a atuação das equipes, conforme exposto no quadro a seguir:

Quadro 1. Principais atuações do CAM na Defensoria

Atendimento Psicológico e/ou Social, incluindo atuação em resoluções extrajudiciais	Denomina-se o espaço de atendimento para melhor compreensão da demanda de cada usuário ou coletivo que é encaminhado ao CAM. O tempo destinado a esse atendimento muitas vezes sofre interferências de defensores que não compreendem a importância de um atendimento que permita uma escuta qualificada.
---	--

Produção Técnica (elaboração de relatórios, pareceres, laudos e quesitos, dentre outros)	Em que pese o objetivo inicial da Defensoria acreditar na potência do CAM para as resoluções extrajudiciais. Muitas produções técnicas têm se construído na defesa de direitos em uma outra perspectiva nas áreas da infância e juventude, bem como direitos coletivos, e trazem substância para a análise jurídica que é feita no poder judiciário.
Mapeamento e Articulação com a Rede de Serviços	Não seria possível o atendimento desses sujeitos sem contextualizá-los em sua territorialidade e assim compreender as dificuldades da busca pela Defensoria Pública para garantir acesso a serviços, muitas vezes. Nesse sentido, o conhecimento de quais são os serviços e a aproximação com os mesmos é fundamental para garantia de direitos.
Participação em Atividades de Educação em Direitos e Formação	Fomentar debates acerca de temas sensíveis, dispor-se para comunidades e serviços para levar o assunto de direitos para onde a porta da Defensoria não alcança é um dever institucional e está também nas principais atuações do CAM, sendo uma potência pouco incentivada pelos conflitos estabelecidos entre os profissionais do CAM e defensores.

Fonte: Quadro organizado pela autora.

A atuação dos profissionais nos eixos acima referidos possibilita atenção especializada a demandas complexas que surgem no cotidiano de atendimento da Defensoria e que muitas vezes não cabem na letra da lei. Demandas como transtorno mental, uso problemático de drogas, violência doméstica e outros tipos de violência, vulnerabilidades sociais e conflitos familiares. Buscam-se alternativas de atendimento na perspectiva de garantia de direitos a partir do já discutido a respeito da judicialização da questão social, qual seja, o entendimento que o acesso formal ao poder judiciário nem sempre significa um resultado imediatamente justo, e, muitas vezes, traduz-se em maior acirramento das situações que se apresentam na vida das pessoas que buscam a Defensoria.

Insta apontar ainda que na Defensoria os profissionais do CAM atendem todas as demandas que chegam, diferentemente do que se consolidou no judiciário nas áreas de família e infância e juventude, exigindo do profissional estudo constante.

3.3.1.1. Potências e resistências no Centro de Atendimento Multidisciplinar

Em sete anos de trabalho muito foi construído para a consolidação desse serviço na instituição na perspectiva de acesso à justiça integral. A Defensoria, enquanto instituição, pensa esse serviço na perspectiva interdisciplinar. Em seu discurso, no entanto, a realidade tem sido essa mais recentemente, seja pela falta de recursos humanos, seja pela hierarquia institucional que alguns defensores tentam ocupar em relação ao CAM, seja por esse ser órgão auxiliar e, portanto, muitas vezes ser subsumido ao que é demanda atribuída pelo defensor que coordena administrativamente aquele trabalho.

Mesmo com os eixos acima estabelecidos e as principais demandas apontadas anteriormente, a forma como a atuação será priorizada em cada unidade se trata de uma luta diária no plano do exercício profissional cotidiano, tanto para o Serviço Social quanto para a Psicologia. E cada espaço construído é fruto de potências e resistências.

Fundamental apontar aspectos dessa construção na Defensoria uma vez que na área judiciária o Serviço Social existe desde 1949. Enquanto no poder judiciário a profissão completa quase 70 anos, na Defensoria são apenas sete.

Foram diferentes construções de resistência e afirmação do trabalho que vem consolidando-se nesse espaço. Desde atuações individuais que fazem surgir o sujeito atrás da letra morta da lei até a atuação profissional que garanta direitos coletivos e dê visibilidade às comunidades inteiras. Apenas para dar concretude, uma atuação profissional articulada com a rede de serviços garantiu que uma mulher, idosa, deixasse o sistema prisional, pois sua questão era de saúde e não de segurança pública. Isso ocorreu através de estudo social anexado ao processo criminal que estava em andamento. A outra intervenção deu voz aos sujeitos que sofreram a reintegração de posse da ex-comunidade do Pinheirinho em São José dos Campos, São Paulo. Enquanto a mídia noticiava que se tratava de uma invasão, os sujeitos ali envolvidos foram objeto de um estudo social que permitiu dar visibilidade a cada trajetória particular e a comunidade como um todo. As ações ainda perduram dada a lentidão do sistema de justiça brasileiro.

Pede-se uma parada ao leitor, sem pretender deixar a leitura entediante, para trazer à baila uma discussão importante do rito jurídico-formal muito evidente nas relações de trabalho existentes nos espaços jurídicos ou sociojurídicos, assim denominados quando assistentes sociais estão inseridos. Rito esse que deve ser revisitado para que os profissionais nele inseridos não sejam subsumidos.

As notícias diárias em diferentes canais de comunicação informam situações de apelo à ordem, à religião como eixo central da vida de homens e mulheres, pesquisas não publicadas por ordens governamentais, a exacerbação da polícia na rua, a banalização da vida coletiva, o apego ao irracionalismo, a emersão dos que mantinham seu ódio privado Barroco (2015).

Estar dentro do movimento da história obriga a evidenciar todas as contradições. Enquanto o presente trabalho é escrito, a Defensoria de São Paulo vive momento de tensão entre defensores e servidores.

No que diz respeito ao CAM a consequência dessa tensão que se traduz em maior distanciamento no diálogo e construção e interna do trabalho foi a dissolução da Assessoria Técnica Psicossocial. O discurso da administração da Defensoria foi que a transformação da ATP em GAI seria para melhorar o diálogo com as unidades, pois havia sobreposições de atribuições, entre elas o direcionamento do trabalho realizado pelo CAM. Nessa esteira, antes da decisão final tomada pelo Conselho Superior e depois ratificada pela própria Administração da Defensoria, muitos profissionais de dentro e fora da instituição, bem como defensores, compareceram ao momento aberto do Conselho Superior para apontar o significativo trabalho da ATP e que não deveria ser reduzida e tampouco submetida a outra assessoria, perdendo seu espaço de assessoria direta à Defensoria Geral. Isso não mudou em absolutamente nada as decisões mostrando a unilateralidade em que a questão foi enfrentada.

E isso é reflexo do que se enfrenta no cotidiano dos profissionais. As demandas, muitas vezes, são atribuídas por defensores sem diálogo com a equipe. Em outras situações a demanda é construída, mostrando as possibilidades de um trabalho coletivo e conjunto na perspectiva de assistência jurídica integral.

Mas a potência desse trabalho não se faz sem resistências e, no momento atual, o que se encontra são situações mais incisivas de hierarquia institucional exigindo posicionamento dos profissionais. Isso implica em escolhas quanto à subsunção que tem sido imposta por defensores ao CAM. O enfrentamento disso é uma resistência necessária.

E nesse cotidiano fica a questão de qual identidade o profissional de Serviço Social constrói.

3.4. O Serviço Social na Defensoria Pública – breves apontamentos

No início dessa pesquisa somente havia uma produção que dizia respeito ao Serviço Social na Defensoria, descontextualizado do que veio a consolidar-se enquanto espaço profissional nesses anos, uma vez que a pesquisadora trabalha na Defensoria por via terceirizada e mantinha outra percepção do trabalho ali estabelecido sem vínculo com as diretrizes da antiga Assessoria Técnica Psicossocial, por exemplo.

Desde que chegaram os primeiros assistentes sociais e psicólogos na Defensoria observou-se o foco em pesquisar esse cotidiano de trabalho, seja por pesquisadores externos ou por profissionais pesquisadores.

A realização do primeiro Congresso Brasileiro de atuação interdisciplinar nas Defensorias foi um espaço em que muitos profissionais expuseram trabalhos, tanto de dentro da instituição quanto de fora. A exposição foi através de painéis, apresentações orais ou mesas de debates.

Foi um espaço que demarcou as profissões dentro da Defensoria, socializou os saberes acumulados, partilhou experiências e evidenciou as preocupações presentes no cotidiano, além de captar essa realidade além do estado. Entre os trabalhos que foram aprovados e que destacaram a atuação do assistente social no título do trabalho tem-se:

Quadro 2. Trabalhos com tema de assistentes sociais no título

Eixo	Data	Título	Modalidade
Acesso à Justiça, Interdisciplinaridade, Judicialização da Vida e Criminalização da Pobreza	14/08 2015	A defesa intransigente dos direitos humanos na prática profissional dos assistentes sociais da Defensoria Pública de São Paulo	Painel
		Atuação do assistente social como perito assistente técnico na Vara da Infância e Juventude: possibilidades de ampliação do cidadão ao acesso à justiça e aos seus direitos fundamentais	
		Serviço Social e alienação parental: refletindo o fazer profissional do assistente social	
		Atuação Pioneira: assistente social e psicóloga como assistentes técnicos no Tribunal do Júri	

Interdisciplinaridade, Judicialização da Vida e Criminalização da Pobreza	14/08 2015	Atuação Interdisciplinar do Serviço Social e da Psicologia no Ministério Público de SP: considerações acerca da experiência de intervenção nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha	Apresentação Oral
	15/08 2015	Atuação do Serviço Social no Tribunal de Justiça: desafios e possibilidades	
		Assistentes sociais face à judicialização da vida: desafio frente ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes	
		Judicialização da pobreza: o posicionamento do/a assistente social diante do acolhimento institucional	
		Atuação do Serviço Social na equipe multidisciplinar pop rua na DPE/BA	
Composição Extrajudicial de Conflitos	14/08 2015	Serviço Social e Mediação de Conflitos: Reflexões Críticas	
Segmentos Vulneráveis: Idosos, Pessoas com Deficiência, Crianças e Adolescentes		O trabalho sócio-histórico do assistente social com crianças e adolescentes no município de São Paulo	

Fonte: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. www.defensoria.sp.gov.br. (quadro organizado pela pesquisadora)

Assim como a pesquisa realizada para definir o tema e objeto dessa dissertação, novamente se observa que assistentes sociais apresentam mais trabalhos na área de judicialização da questão social, como apresentado no quadro acima.

BERNARDES (2015), a partir de seu estudo sobre a questão da saúde mental na Defensoria Pública, aproximou-se dos profissionais do CAM. Interessante a avaliação da pesquisadora sobre esse espaço de trabalho cotidiano, local esse onde busca compreender a identidade profissional de assistentes sociais:

Os profissionais relataram terem iniciado na DPESP sem referências sobre o que iriam desenvolver. Permaneciam, dessa maneira, na esfera do *não saber*. À época em que os Agentes de Defensoria (psicólogo e assistente social) foram convocados para a instituição havia uma expectativa de que resolveriam situações de *não saber* vivenciadas por profissionais que lá estavam (defensores públicos e equipe técnica administrativa). Interessante pensar que o serviço, hoje construído e institucionalmente estabelecido, parte de um encontro entre *não saberes*. Cada profissional precisou se remeter aos conhecimentos de sua área e associá-lo aos conhecimentos da nova realidade

de maneira a contribuir para construção de um novo saber. (BERNARDES, 2015, p. 288)

Não há um estudo sobre como estão organizadas as Defensorias brasileiras quanto a equipes multidisciplinares. Nesse sentido, as experiências do Serviço Social nesse espaço institucional têm sido pouco publicadas.

É fato que a assistência jurídica se tornou novo espaço de atuação do Serviço Social no espaço sociojurídico (BARROS, 2014). No entanto, o direcionamento social que se deve dar à profissão nesse contexto é fundamental e marcará substancialmente o lugar político que os profissionais ocuparão, ou já ocupam, na Defensoria Pública em seu contexto de intensa contradição.

Passa-se então a apresentação dos achados da pesquisa.¹⁹

¹⁹ Termo definido pela Resolução CNS/MS nº 466/2012: atos ou informações encontrados pelo pesquisador no decorrer da pesquisa e que sejam considerados de relevância para os participantes ou comunidades participantes.

CAPÍTULO IV

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa visa compreender a identidade dos assistentes sociais inseridos na Defensoria Pública no contexto da judicialização da questão social. Busca-se aqui elucidar sobre as técnicas escolhidas para dar substância ao trabalho a ser empreendido. A pesquisa utilizou-se da técnica da escala de identidade e entrevista com profissionais, usuários, defensores e psicólogos. Nesses termos entende-se:

(...) o saber não é posse individual de cada profissão, é heterodoxo, é pleno, é construção permanente. Então, se queremos produzir práticas sociais que tenham a dimensão do coletivo, temos que dialogar com saberes múltiplos, temos que pesquisar e pesquisar com qualidade. (MARTINELLI, 1999, p. 23)

A escala de identidade tratou de expressar a questão concreta de suas percepções, analisar através de questões que se concretizam nos princípios fundamentais do Código de Ética, e de que modo o sujeito profissional está mais próximo, ou não, do projeto ético-político construído historicamente.

A perspectiva foi a de avaliar a identidade profissional e as percepções dos assistentes sociais acerca do exercício profissional. O pressuposto é que, no cotidiano do espaço sociojurídico, há um histórico de perspectiva conservadora, muitas vezes observada na tradução concreta da emissão de pareceres. Como a Defensoria é um novo espaço, entender as percepções desses profissionais torna-se importante uma vez que, apesar da recente publicação CFESS (2014) sobre a atuação no espaço sociojurídico, a pesquisa datou de 2009, um ano antes da entrada dos assistentes sociais na Defensoria Pública.

Sobre o procedimento de escala é importante citar a relevante e recente pesquisa organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na construção do sistema de indicadores de percepção social no que diz respeito à violência contra as mulheres.

A pesquisa tratou de “investigar hábitos, atitudes, percepções e práticas individuais, sociais e institucionais no que diz respeito à violência de gênero” (IPEA, 2014, p. 27). Tratou a metodologia de construir um questionário com perguntas tanto positivas quanto negativas e submeter a avaliação dos entrevistados. As perguntas

foram ordenadas aleatoriamente através de uma escala de identidade, evitando que houvesse uma resposta automatizada dos entrevistados quanto aos pontos relatados.

Nessa mesma perspectiva foi elaborado um questionário baseado na escala de identidade visando a captação de tendências de posicionamento dos profissionais quanto ao que se pretende compreender na presente dissertação.

A base de construção do questionário foi a escala Likert, frequentemente utilizada pelas ciências sociais quanto às pesquisas multi-item para mensuração do objeto estudado conforme Dalmoro e Vieira (2013). A referida escala trata-se de uma série de questões afirmativas em que os respondentes são solicitados a expressar concordância/discordância e também o grau dessa concordância/discordância quanto à afirmação colocada por Mattar (1999).

Para melhor compreensão de como funciona essa escala é importante destacar que a pesquisa levantou uma série de perguntas a partir de aproximações com a realidade dos entrevistados. As questões afirmativas foram categorizadas conforme concordância e discordância. Por exemplo: concordo muito, concordo, indeciso, discordo, discordo muito.

Foram escolhidos apenas cinco pontos tendo em vista que os estudiosos sobre a questão informam ser essa escolha a que tem menor margem de equívocos e que melhor o respondente retorna, uma vez que exige do mesmo um processo em que “(1) interpreta o item, (2) recupera pensamentos e sentimentos relevantes, (3) formula um julgamento baseado nestes pensamentos e sentimentos e (4) seleciona uma resposta” (DALMORO e VIEIRA, 2013, p. 03). Segundo os autores, isso pode ser um exercício difícil e fadado à automatização se houver cansaço.

Algumas questões nortearam, a priori, a apreensão das concepções possíveis de serem analisadas pela técnica de escala de identidade que permitiu quantificar o que é qualitativo e captar as tendências de atitudes a partir dos eixos norteadores.

No grupo de assistentes sociais da Defensoria quais são as tendências na identidade profissional? Essa é uma das questões norteadoras e, para isso, no grupo de assistentes sociais será observada a trajetória da formação profissional, participação política, opção religiosa e grau de participação em grupo religioso, frequência de estudo, formação pós-graduação e percepção do próprio trabalho dentro da organização da Defensoria Pública.

A partir disso se buscou também compreender o lugar que a profissão ocupa nesse contexto organizacional, com questões delimitadas a seguir:

- Os profissionais se entendem como um coletivo dentro da Defensoria?
- Há formação de grupos diferentes entre os assistentes sociais? Quais são esses grupos?
- Como cada profissional se percebe entre os outros profissionais?
- Como cada profissional percebe o grupo de assistentes sociais?
- Como os sujeitos profissionais percebem a realidade do trabalho cotidiano?
- Qual a relação estabelecida com os usuários do serviço?
- Estão os assistentes sociais vinculados aos princípios que norteiam o Código de Ética Profissional?

Esses eixos buscaram evidenciar as posições existentes entre os assistentes sociais entrevistados. Para colaborar com a compreensão desse instrumental tem-se a contribuição de THIOLENT (1980, p. 34):

Em questionários aplicados para construir escalas de atitudes de tipo Likert, as perguntas consistem em propor diversos enunciados ideológicos significativos das atitudes investigadas a partir dos quais o entrevistado deve responder a uma das alternativas: discorda muito, discorda pouco, é indiferente, concorda pouco, concorda muito. Este procedimento é, frequentemente, aplicado em pesquisas sobre atitudes autoritárias, tradicionalistas, racistas, etc.

Os dados coletados no questionário, através da escala de identidade Likert, foram contabilizados do seguinte modo organizado a partir de Mattar (1999), que segue exemplo abaixo:

Tabela 9. Grau de concordância – escala de identidade

Grau de concordância/discordância	Valor da pontuação (1 a 5)
Concorda muito	5
Concorda	4
Indeciso	3
Discorda	2
Discorda muito	1

Fonte: organizada pela autora.

Também se buscou uma amostragem probabilística (THIOLENT, 1980, p. 34) com coleta de dados por entrevista com os profissionais. A ideia é conseguir entrevistar seis profissionais que possam representar a entrevista nas diferentes regiões que estes

profissionais estão inseridos na Defensoria, garantindo a representação de capital, interior, litoral e região metropolitana.

Foi realizada entrevista centrada (Anexo 4), a qual visa deixar que o entrevistado discorra livremente sobre o tema chave, com base nas hipóteses da pesquisa (idem, 1980, p. 35), para que se possa aprofundar as trajetórias desses profissionais, sua percepção em seu espaço de trabalho e, desse, capturar os liames que não serão possíveis através da técnica de escala de identidade.

A utilização da técnica de entrevista tem a intenção de não instituir “verdadeiras lacunas no processo de conhecimento”. (MARTINELLI, 1999, p.22)

É fundamental que se possa captar o movimento das relações estabelecidas. E a pesquisa deve ter esse cerne do modo mais efetivo possível.

Na perspectiva de contribuir com a importância da escolha de instrumentais que estejam pautados na capacidade crítica de apreender o real e problematizá-lo, apresenta-se a análise a seguir:

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados conectados por uma teoria explicativa. O pesquisador é integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (BAPTISTA, 1999, p. 37)

Foram três momentos distintos para solicitar a contribuição dos assistentes sociais para a presente pesquisa. A primeira diz respeito ao questionário pré-teste que foi enviado a quatro assistentes sociais de fora da Defensoria para fins de melhorias no instrumental. O questionário de escala de identidade recebeu contribuição de três assistentes sociais, um da Previdência Social, um da Assistência Social e um do Ministério Público de São Paulo. A partir do retorno das contribuições se consolidou o instrumental que se encontra anexo (Anexo 2) e que foi traduzido para o formulário online do Google.

A segunda etapa constituiu um convite a todos os assistentes sociais da Defensoria para responderem o questionário. De 53 profissionais (excetua-se aqui a pesquisadora), 26 responderam afirmativamente o interesse em participar, mas somente 21 realmente responderam o questionário. Aguardava-se o retorno de pelo menos 50% dos questionários. E isso foi possível.

A terceira etapa compreendeu a seleção de profissionais para a entrevista centrada. Propôs-se entrevistar seis deles, o que representa 10% dos profissionais da

instituição. Para isso, foram sorteados por amostragem probabilística (sorteio) 10 profissionais para que, em caso de impossibilidade de participação, outro profissional fosse convidado. A ordem foi conforme sorteio realizado.

Importa ainda informar nesses procedimentos duas outras fases importantes que se relacionam com o objeto do estudo aqui pretendido.

Não é possível falar de identidade a partir de um único ponto. Não se construiu essa ideia abstratamente. O pensamento de MARTINELLI (2011, p. 17) deslinda aprofundadamente sobre esse aspecto:

Portanto, mais do que uma categoria filosófica, dotada de estatuto lógico e ontológico, a identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas.

A partir dessa contribuição imprescindível compreendeu-se, substancial também, incluir psicólogos, defensores e usuários na perspectiva de ter um alcance relevante da identidade dos assistentes sociais na Defensoria Pública.

Aqui se utilizou da técnica de entrevista semi-estruturada (Anexo 5) capaz de, a partir de perguntas direcionadas, captar o perfil do entrevistado e, com as questões abertas, compreender como é visto o assistente social na relação com esses sujeitos.

Pretendeu-se utilizar de amostragem probabilística e amostragem por aglomerado, no que diz respeito a psicólogos e defensores,. A primeira já foi explanada e a segunda se refere à indicação dada por assistentes sociais que foram entrevistados. Foram entrevistados três psicólogos e três defensores (um de cada área indicado e os outros dois sorteados). Para a questão da indicação foram solicitados seis nomes diferentes para garantir que um deles aceitasse participar da pesquisa. Para os defensores, com um universo muito amplo na Defensoria, foram solicitados 10 nomes. O sorteio foi aleatório excluindo-se os indicados.

Quanto à população usuária dos serviços da Defensoria, somente foi possível por amostragem por aglomerado, a partir da indicação dos assistentes sociais entrevistados. Foram solicitados dois usuários a cada profissional e o contato com eles para a possível entrevista. Desses, somente três foram entrevistados.

Tratou-se de uma fase bastante densa de coleta de informações fundamentais para aprofundar o tema aqui proposto e, de fato, delinear o debate sobre a identidade profissional dos assistentes sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO DE DADOS

A presente pesquisa coletou dados de duas formas principais: por meio da utilização de escala de identidade e por meio de entrevistas. Passa-se a apresentação dos dados consubstanciados.

5.1. Escala de identidade

Como já explicitado em outros momentos, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo conta com a presença de 53 profissionais da área do Serviço Social, contabilizando a pesquisadora. Foram consultados 52 profissionais para a utilização do questionário elaborado através do instrumento de escala de identidade.

Dos 52 profissionais, 26 retornaram referindo o interesse em participar da pesquisa. No entanto, somente 21 efetivamente participaram.

Trata-se, a seguir, da exposição gráfica e análise das respostas capturadas através desse instrumental. O mesmo foi criado através da ferramenta “formulários online”, do Google (Anexo 3). Todas as respostas geraram dados em tabelas e, com isso, se construiu a representação gráfica de escala.

Como já referido em capítulo anterior, a perspectiva era avaliar a identidade profissional e as percepções dos assistentes sociais acerca do exercício profissional na Defensoria Pública do Estado a partir do contexto da judicialização da questão social.

Os retornos advindos com o uso desse instrumental de pesquisa evidenciam questões do cotidiano e da identidade profissional desse espaço de trabalho.

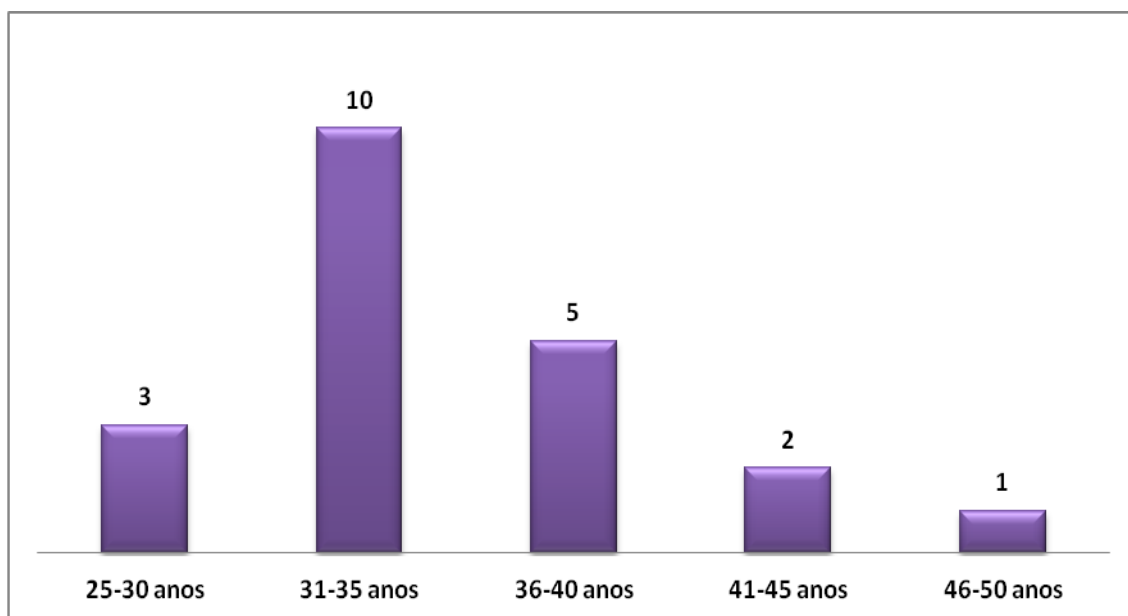
Em relação ao tempo de trabalho na Defensoria Pública é importante ressaltar que, em 2010, ingressaram 17 profissionais somente. Em 2013, a partir do aumento de vagas por força de Lei Complementar diante do concurso ainda vigente, novos 36 assistentes sociais passaram a fazer parte do quadro da instituição. A presente pesquisa contou com a participação diversa desses profissionais:

Gráfico 4. Tempo de trabalho na Defensoria²⁰



No que diz respeito à idade, muitos são jovens profissionais em sua maioria com cerca de 8 a 10 anos de formação:

Gráfico 5. Idade



²⁰ Todos os dados desse capítulo foram organizados pela autora.

Tabela 10. Ano de formação

Ano de formação	
1989	1
2000	1
2001	1
2004	2
2005	3
2006	3
2007	1
2008	3
2009	3
2010	2
2011	1
Total	21

Da origem da formação profissional entre os participantes, observa-se oito profissionais advindos de faculdades públicas e 11 privadas. Duas pessoas participantes são de universidade comunitária como a PUC-SP. Esse dado é interessante ao refletir o número de unidades de formação acadêmica privadas existentes no estado de São Paulo. Mesmo que existam cerca de 300 cursos disponíveis em Serviço Social, somente dois são públicos (UNIFESP – campus baixada Santista e UNESP – campus Franca). No entanto, o número de profissionais advindos da UNESP é expressivo no universo da pesquisa realizada. Trata-se de pensar o perfil dos profissionais na Defensoria, bem como sua trajetória acadêmica que os possibilita diante de certames em relação a outras agências de formação.

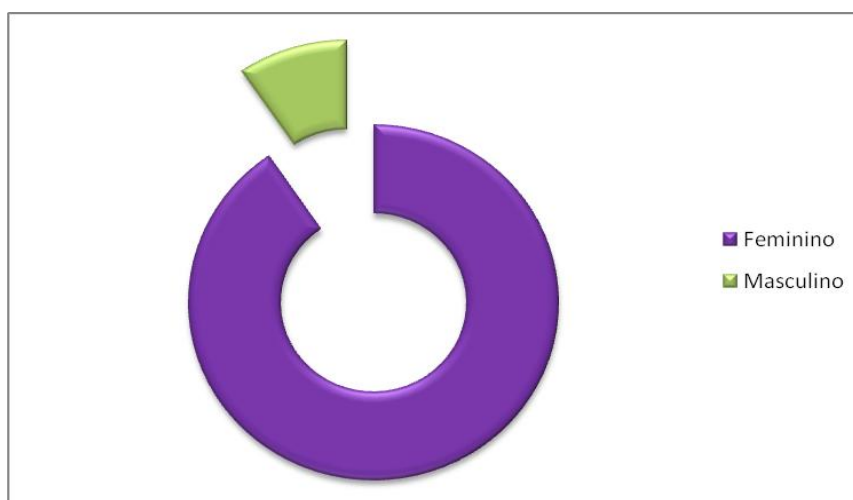
Tabela 11. Origem da formação

Origem da formação	
UNESP	6
PUC-SP	2
UNIMONTE	1
Centro Universitário Toledo Presidente Prudente	1
UNICSUL	1

Origem da formação	
UNIMAR	1
FAMA	1
UFPI	1
UFJF	1
EMESCAM	1
UNIP	1
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba	1
FAPSS - São Caetano	1
Universidade São Francisco	1
FAPSS - São Paulo	1
Total	21

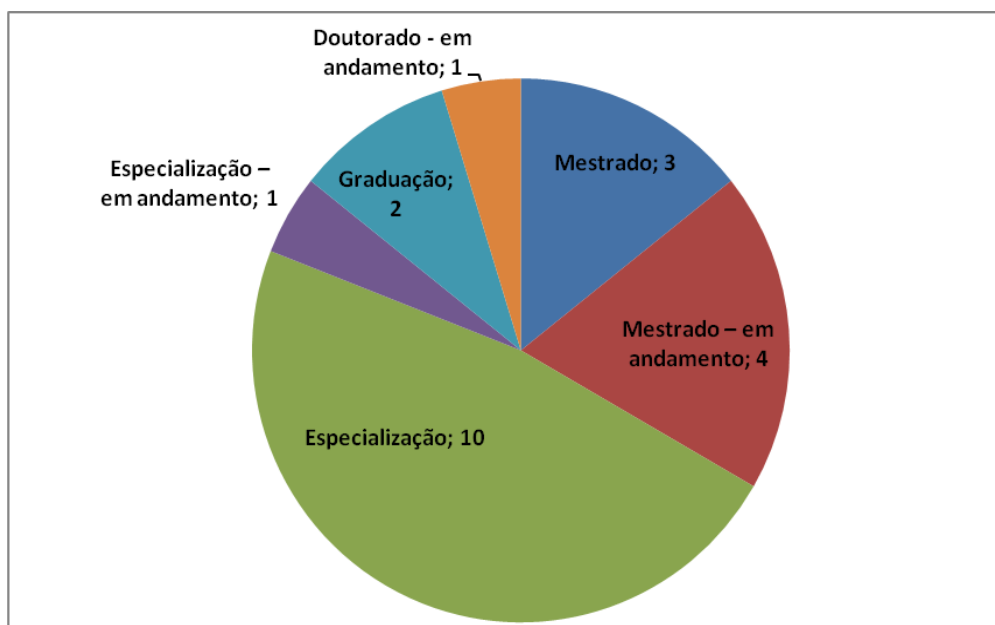
Trata-se de uma parcela majoritariamente feminina que compõe o quadro de assistentes sociais.

Gráfico 6. Gênero



Buscou-se compreender o nível de formação atual para dar seguimento à questão da formação acadêmica dos profissionais.

Gráfico 7. Formação acadêmica



A maioria dos profissionais tem formação além da graduação, dado esse que se torna relevante para compreender a direção social impressa nas respostas do questionário por meio da escala de identidade. Como já delineado anteriormente, o trabalho na Defensoria exige dos profissionais amplo conhecimento em diferentes áreas e, por essa razão, o fato dos profissionais estarem em constante processo de estudo pode contribuir para a identidade profissional que se forma no cotidiano.

A formação acadêmica pode expressar uma forma de resistência para que o profissional não se restrinja ao cumprimento de rotinas institucionais e tampouco responda mecanicamente as demandas postas no cotidiano do trabalho (GUERRA, 2012).

Outra questão que se avaliou importante é a participação política dos profissionais. Sabe-se que a participação não é necessariamente na direção de entidades, partidos, movimentos sociais ou conselhos, mas também é participar enquanto base de entidades representativas como sujeito político nas ruas. Em que pese o contexto atual de diferentes movimentos nas ruas pelas diretas já, contra a permanência do governo de Michel Temer, bem como os movimentos contra as reformas trabalhista e previdenciária, a presente pesquisa de escala foi feita em momento distinto, o que talvez pudesse modificar algumas respostas.

Apesar de haver espaço em aberto para que fosse justificada a não participação, somente um profissional retornou informando que há “dificuldade em organizar o tempo, falta de compromisso com uma temática específica”²¹. Também se perguntou em que espaço acontecia a participação política e, nesse espaço, houve somente uma manifestação que constava como “conselheiro do CRESS”²².

Tabela 12. Participação política

Participa de alguma organização política da categoria (CFESS, CRESS, ABEPSS) ou ainda outra forma de organização política?	
Sim	7
Não	10
Não participo da organização/direção de entidades, mas em situações específicas.	4
Total	21

Discutir a participação política é necessário, pois “há os profissionais que mesmo não retornando à universidade têm uma intervenção social, militância política e até partidária, e nesses contextos refletem sobre sua prática profissional” (GUERRA, 2012, p. 53).

Ao compreender minimamente quem são os profissionais e sua origem de formação e minimamente sua participação política é possível compreender os retornos advindos das questões formuladas através da escala de identidade. De acordo com Guerra (2012):

Estes são momentos de suspensão com o cotidiano profissional, de elevação e estabelecimento de vínculos humano-genéricos, condições de possibilidades para a genericidade. Estes podem não analisá-la do ponto de vista acadêmico, mas pensam-na em termos de relevância social, de suas implicações sociopolíticas, de modo a ter claros valores e princípios, bem como o projeto de sociedade que o orienta. (ibidem)

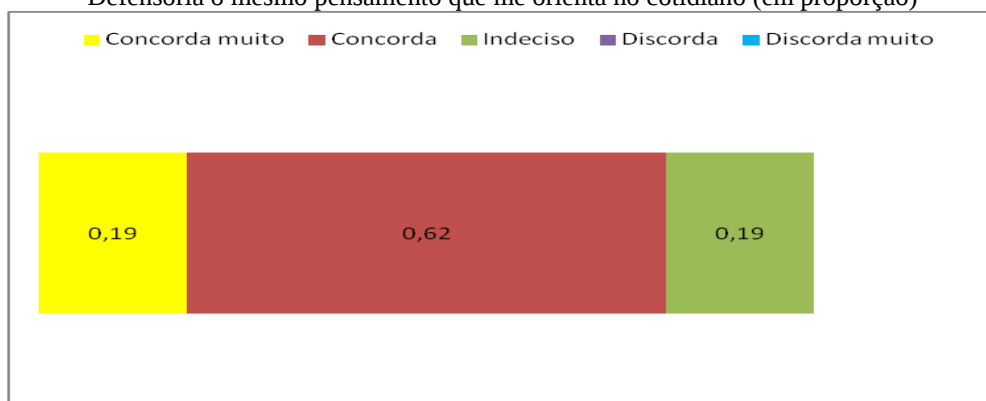
Outro aspecto que se buscou compreender foi a respeito da inserção profissional enquanto coletivo de trabalhadores, com profissionais de outras áreas e na relação com outros assistentes sociais.

Buscou-se compreender se assistentes sociais se entendem como pares na instituição na perspectiva de entender se há diferentes tendências de projetos profissionais.

²¹ Informação extraída do questionário, texto sem alterações.

²² Idem.

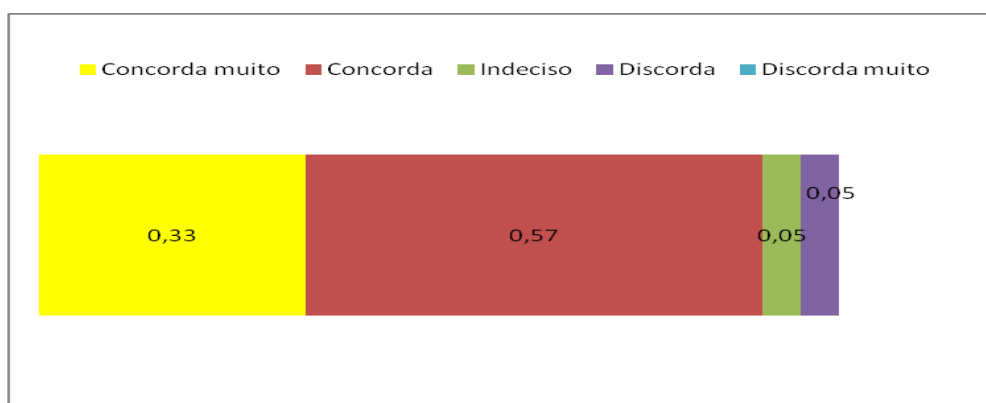
Gráfico 8. Percebo em assistentes sociais que trabalham comigo ou que dividem alguma parceria na Defensoria o mesmo pensamento que me orienta no cotidiano (em proporção)



Apesar da manifestação que aponta indecisão na relação com os pares, parcela significativa concorda em maior ou menor intensidade que há parceria com os colegas assistentes sociais na instituição. A intensidade provavelmente ocorre pela forma como cada qual se insere nesse processo de trabalho na Defensoria, bem como nas lutas políticas e debates de ordem técnica. No entanto, ainda prevalece uma identidade profissional entre profissionais.

Essa questão surgiu quando as entrevistas foram realizadas. Apontou-se pela pessoa entrevistada que ela não percebia a existência de projetos profissionais diferentes ou contrários aos profissionais que se destacavam pela atuação política na Defensoria. O que ela observava era que, por motivos diversos: família, filhos ou ainda pouca disposição para atuação política, não havia 100% de participação em todas as atividades organizadas, mas não se tratava de oposição ou crítica ao que estava sendo construído.

Gráfico 9. Quando ingressei na Defensoria me identifiquei com os colegas de profissão facilmente (em proporção)



Aqui a estratégia foi compreender se a identificação entre os profissionais foi espontânea. A escala aponta que a maioria se identificou com os assistentes sociais. No entanto, há manifestações de indecisão e discordância, mas o grupo de participantes não apresenta em si uma tendência entre os profissionais. Como já apontado anteriormente, as discordâncias que possam existir talvez representem um universo muito pequeno.

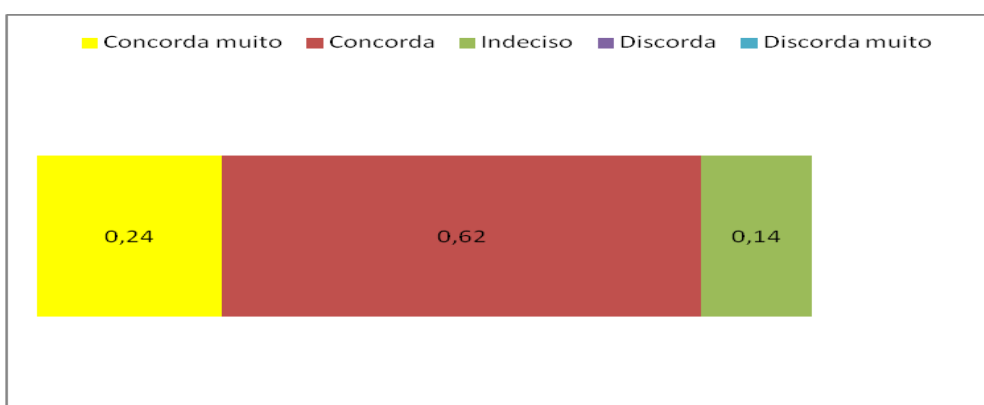
Ainda buscou-se compreender se a identificação e parceria significavam sentimento de pertencimento ao grupo, o que se entende nessa pesquisa como relevante para a discussão de identidade profissional.

Esse aspecto é significativo e aparece nas entrevistas de formas diferentes. Em alguns momentos as pessoas entrevistadas avaliam que esse pertencimento tem sido desconstruído pela política institucional que afasta os profissionais de espaço de troca de experiências. Por outro lado, apontam similaridades no discurso e na crítica podendo serem identificados como a um mesmo grupo de profissionais que têm a direção social profissional bem consolidada.

O debate em torno do pertencimento é fundamental, pois “a coesão dos agentes profissionais, em torno de valores e finalidades comuns, dá organicidade e direção social a um projeto profissional” (BARROCO, 2001, p. 66).

Na Defensoria assistentes sociais trabalham, na maioria dos espaços, diretamente com psicólogos em equipes multiprofissionais. Até o momento isso não tem estremecido o pertencimento profissional de Serviço Social.

Gráfico 10. Sinto-me parte no grupo de profissionais assistentes sociais (em proporção)

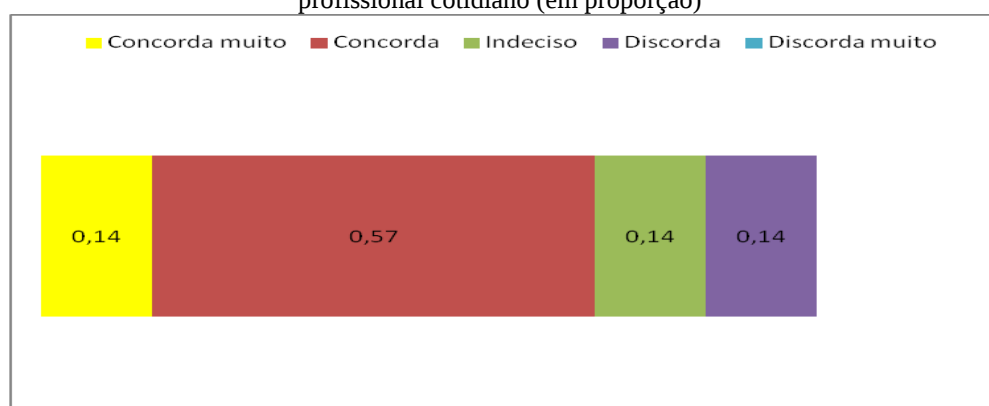


Destaca-se que tiveram dois momentos distintos de ingresso maciço de profissionais na Defensoria e isso incide sobre o sentimento de parte do grupo de trabalhadores. Em 2010, quando entraram os primeiros 17 assistentes sociais, foram

duas semanas de formação, todo um processo coletivo de construção da deliberação, um momento político institucional de receptividade dos profissionais e das possibilidades de construir o atendimento multidisciplinar. Em 2014 o cenário era outro, politicamente mais difícil, externa e internamente. Os profissionais passaram a ter menor espaço de troca de experiências e alguns trabalham no interior, distantes da possibilidade de encontrar em outros pequenos grupos para debate e discussão política e técnica.

Esses aspectos são importantes para pensar os motivos que levam a escolha pelo critério de indecisão nas questões relacionadas a grupo.

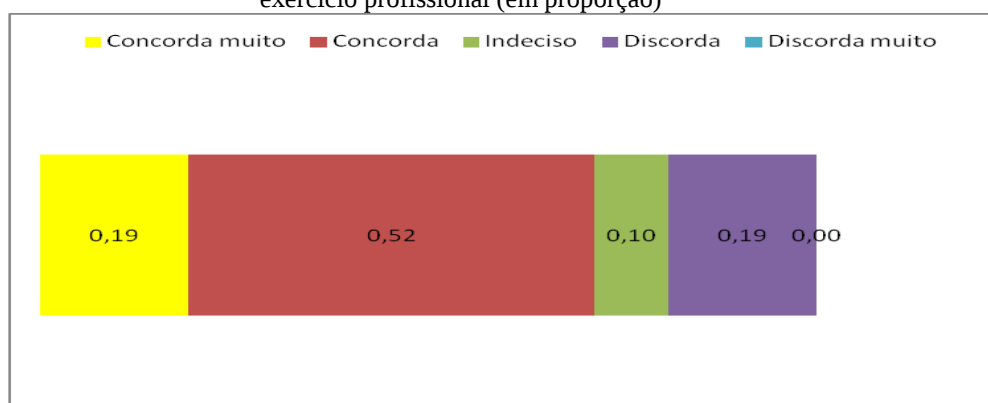
Gráfico 11. Com tranquilidade consigo dialogar com outros colegas de profissão sobre o meu exercício profissional cotidiano (em proporção)



Novamente, conforme expresso anteriormente, a tendência é de concordância com o pertencimento ao grupo profissional de Serviço Social na Defensoria.

Ao compreender a relação entre o grupo de assistentes sociais se buscou compreender também a relação com os outros profissionais que compõem o trabalho diário na Defensoria Pública, em sua maioria e com maior frequência, profissionais da Psicologia e do Direito.

Gráfico 12. Tenho facilidade no trabalho com a equipe²³ com a qual divido cotidianamente a rotina do exercício profissional (em proporção)



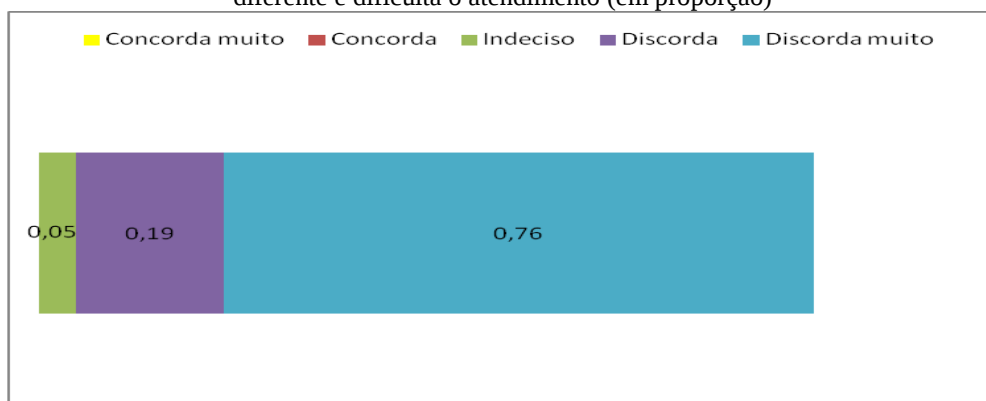
A questão sobre a equipe aqui enunciada diz respeito à relação dos assistentes sociais com psicólogos e defensores. Nas entrevistas, o que mais apareceu foi o distanciamento de trabalho em relação aos defensores. E quando há proximidade é com alguns apenas, não se trata de uma garantia institucional. Quanto à equipe, no que diz respeito ao trabalho com a Psicologia não houve apresentação de problemas ou dificuldades.

Essa é uma questão importante, pois o trabalho multiprofissional é parte da construção da identidade na relação com outras categorias profissionais. Na Defensoria impera o discurso interdisciplinar, mas na prática temos uma realidade multidisciplinar, pois mesmo no trabalho cotidiano com psicólogos a atuação não tem esse aspecto que significaria mudar o paradigma de atuação e passar a construir saberes coletivos a respeito das demandas que chegam.

Buscou-se também compreender se os assistentes sociais preferem trabalhar sozinhos ou em equipe multidisciplinar.

²³ Aqui a escolha da palavra equipe de modo descontextualizado pode ter gerado dificuldades na escolha da resposta. No entanto, isso foi delineado na entrevista.

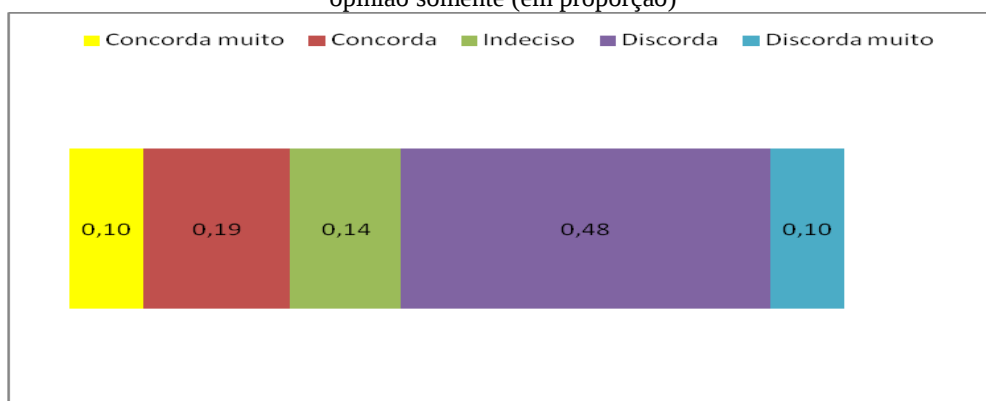
Gráfico 13. Preferiria trabalhar separado das outras profissões, pois o ponto de vista de intervenção é diferente e dificulta o atendimento (em proporção)



A partir das respostas escolhidas nesse ponto, pode-se observar que as dificuldades de trabalhar em equipe advém muito mais das estruturas estabelecidas na Defensoria, de hierarquia quanto aos defensores, do que perspectiva de endogenia profissional, conforme foi possível compreender através das entrevistas.

Outro aspecto que se buscou compreender foi a partir de como o profissional de Serviço Social compreende que consegue contribuir no espaço de trabalho em relação a outras áreas de conhecimento.

Gráfico 14. Eu tenho muitas ideias, mas não consigo desenvolvê-las como um projeto com a minha opinião somente (em proporção)



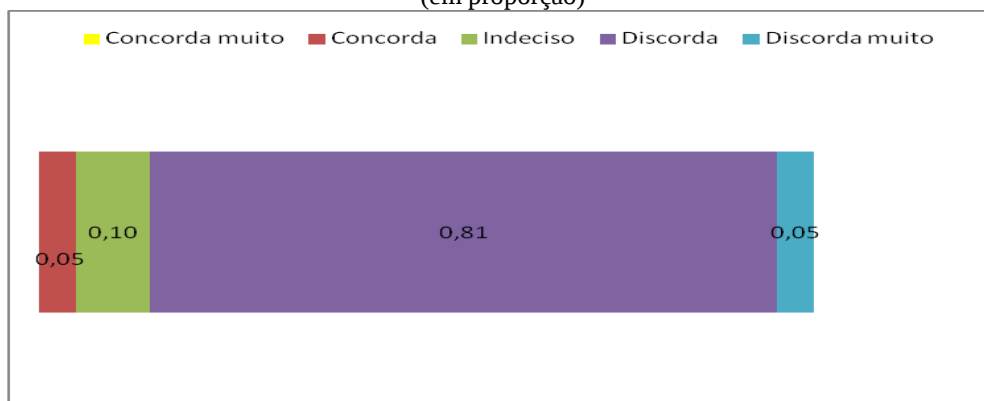
A formulação da questão pode ser polemizada, mas a perspectiva era justamente perceber a existência de tendências a respeito da identidade profissional no que diz respeito às resistências necessárias diante da autonomia relativa. Parte-se da premissa a seguir:

Sabe-se que o assistente social dispõe de relativo poder de interferência na formulação e/ou implementação de critérios técnico-sociais que regem o acesso dos usuários aos serviços prestados pelas instituições e organizações

sociais públicas e privadas. *Trata-se de envidar esforços para assegurar a universalidade ao acesso e/ou ampliação de sua abrangência*, resistindo profissionalmente, tanto quanto possível, à critérios rigorosos de seletividade. (IAMAMOTO, 2003, p. 145)

Ainda nessa perspectiva se buscou entender se os saberes de outras profissões são sobrepostos aos dos assistentes sociais.

Gráfico 15. Para atender adequadamente é preciso conhecer muito de áreas como a Psicologia e o Direito (em proporção)



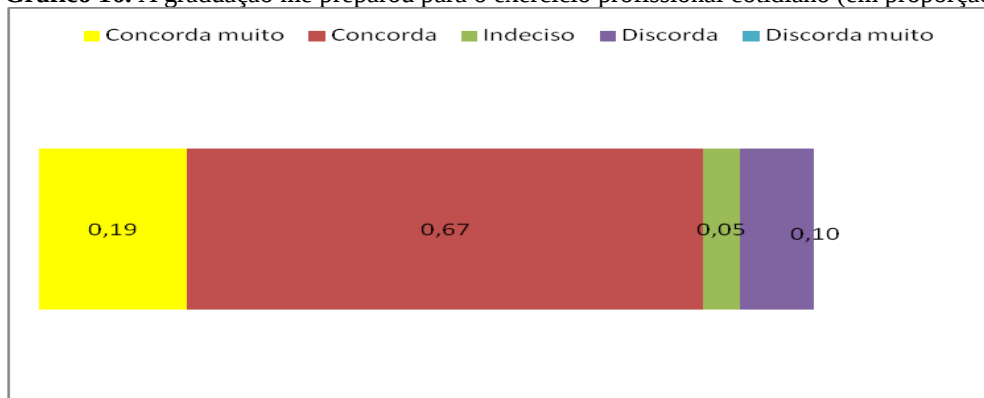
Mesmo com algumas manifestações de concordância e indecisão, a maioria discorda que, para atender adequadamente, é imprescindível absorver outros saberes. Trata-se, talvez, do reconhecimento dos fundamentos da profissão enquanto base para a garantia do exercício do trabalho profissional. Esse aspecto não deve ser tratado superficialmente, pois a trajetória intelectual de assistentes sociais (jovem em relação a outras profissões como direito e psicologia) muitas vezes condiciona a debates de subalternidade intelectual. No entanto, “ao contrário, a tardia familiarização com os cânones e exigências do mundo científico tem sido assumida como desafio, no sentido de superar as limitações do passado com vigor, tenacidade e produtividade” (IAMAMOTO, 2003, p. 106).

Em relação a esse aspecto, em outra questão se buscou compreender a respeito da apreensão dos fundamentos da profissão para os assistentes sociais em seu cotidiano de trabalho na perspectiva de observar a existência de pensamentos como o senso comum “na prática a teoria é outra”. Trata-se, nessas questões, da escala de identidade:

Desentranhar os supostos subjacentes, fazendo-os emergir, de modo que deem transparência aos argumentos e às ações a eles conectadas, é *tarefa da crítica*; porém, o objetivo aqui é, tão-somente, levantar algumas pistas para a identificação de impasses e possíveis rumos férteis ao debate, adensando a polêmica. Indicar, pois, elementos para o debate do debate. (IAMAMOTO, 2003, p. 241)

Na questão a seguir, representada graficamente, é importante retomar que as agências de formação, em sua maioria das pessoas participantes, são filiadas à ABEPSS e seguem as diretrizes curriculares.

Gráfico 16. A graduação me preparou para o exercício profissional cotidiano (em proporção)

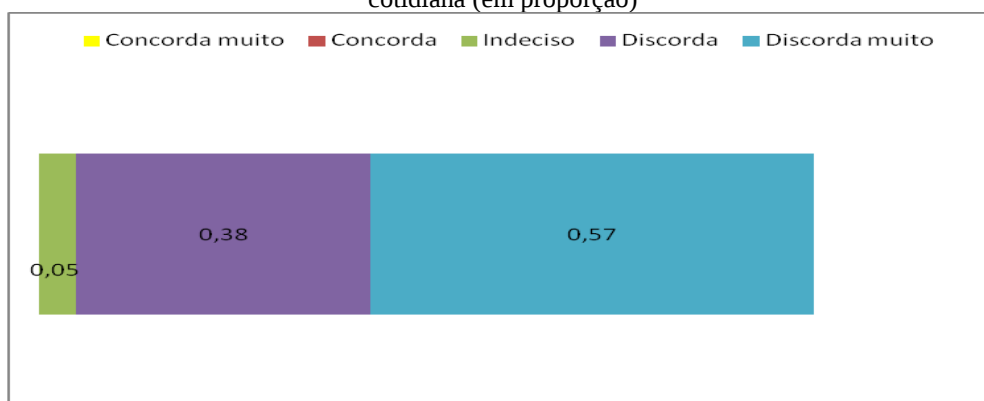


Um dos pontos para compreender o que foi explicitado anteriormente diz respeito à relação com a graduação. A maioria dos profissionais informou que suas agências de formação acadêmica foram efetivas para prepará-los para o cotidiano profissional. Desse modo, pode-se compreender que na formação profissional do grupo participante esteve presente:

(...) uma qualidade de formação que, sendo culta e atenta ao nosso tempo, seja capaz de antecipar problemáticas concernentes à prática profissional e de fomentar a formulação de propostas profissionais, que vislumbrem alternativas de políticas calcadas no protagonismo dos sujeitos sociais, porque atenta à vida presente e a seus desdobramentos. Um projeto de formação profissional que aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. Construção esta que é processual, que está sendo realizada na cotidianidade da prática social, cabendo aos agentes profissionais detectá-las e delas partilhar, contribuindo, como cidadãos e profissionais, para o seu desenvolvimento. (IAMAMOTO, 2003, p. 195)

Outro aspecto significativo que se buscou compreender foi a respeito do marco teórico do Serviço Social em Marx. Buscou-se entender se esse referencial era considerado capaz de apoiar o trabalho realizado no cotidiano do exercício profissional.

Gráfico 17. O marco teórico pautado no materialismo histórico dialético não me dá o respaldo na atuação cotidiana (em proporção)



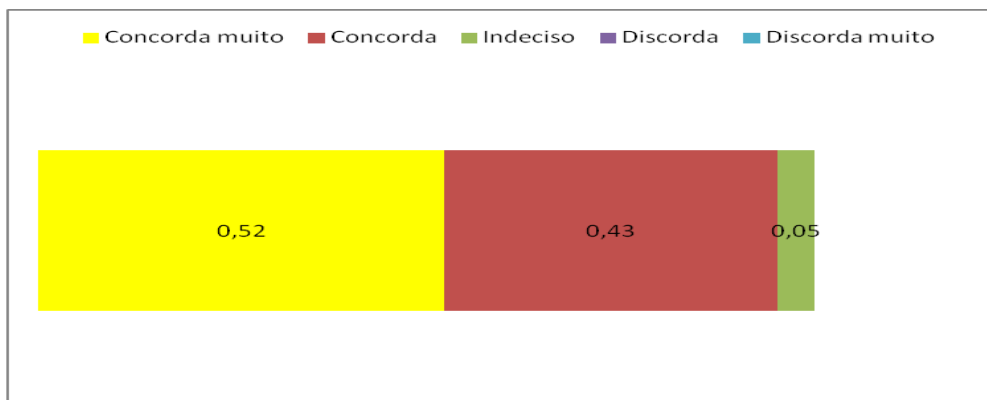
O referencial teórico profissional que se apresenta como hegemônico na categoria se mostra, na opinião dos assistentes sociais da Defensoria, como norteador, sendo majoritária a manifestação de discordância à possibilidade do referencial não ser a diretriz do trabalho profissional.

Discutir a base de fundamentação da profissão é uma questão séria, pois no contexto social e político atual a direção social impressa na atuação profissional é um dever ético. Compartilha-se da reflexão a seguir a respeito dessa discussão:

Profissão, instituição e macroestrutura definidora da realidade social se colocam nos processos de trabalho do assistente social como elementos fundamentais da direção de sua ação. Isto é, colocam fundamentos, exigências e aportes que influenciam essa direção. Mas cabe ao profissional, em última instância, dar a direção social ao seu trabalho, à materialização de suas competências e atribuições no âmbito do labor cotidiano. Uma direção que pressupõe um compromisso com a qualidade dos serviços realizados, qualidade só atingida com uma sólida base de sustentação teórica, técnica e política que possibilite o desenvolvimento da permanente capacidade argumentativa, consistente e coerente com o projeto ético-político profissional. (FÁVERO, 2014, p. 15)

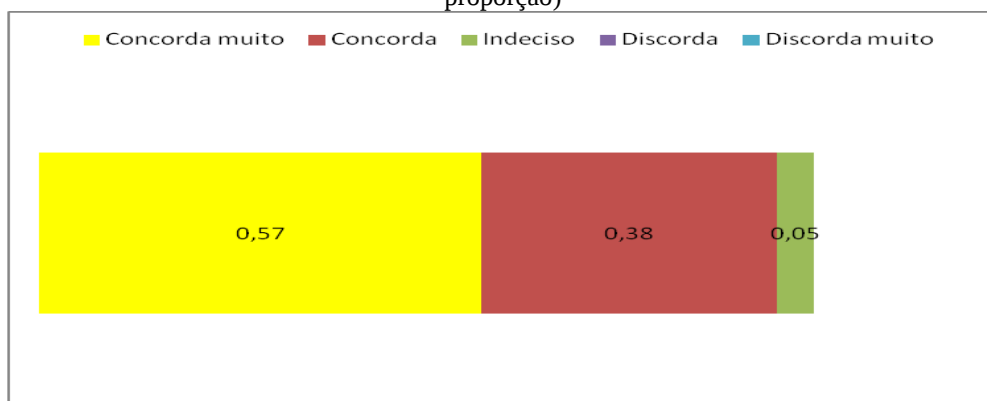
Em termos de formação profissional, como já apontado anteriormente, muitos assistentes sociais têm pós-graduação, stricto ou lato sensu. Buscou-se compreender se continuam a estudar e se concordam com a importância dessa continuidade.

Gráfico 18. Estudo frequentemente independente de vinculação acadêmica (em proporção)



Em consonância com a questão do referencial teórico e a importância da formação na graduação para o exercício profissional, os profissionais se manifestaram concordes com o estudo constante mesmo sem vínculo com unidade de formação acadêmica.

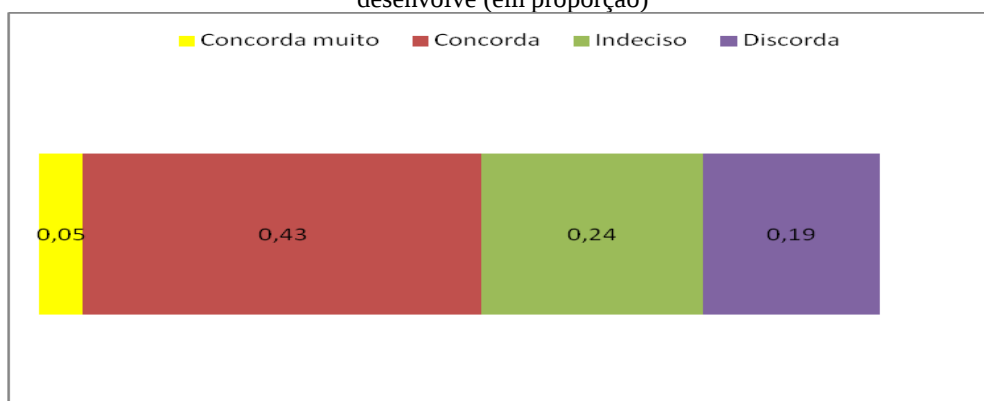
Gráfico 19. Continuo a estudar após a graduação a fim de aprofundar na busca de conhecimento (em proporção)



Novamente profissionais opinaram que continuam a estudar após a graduação.

Mesmo com amplas frentes de atuação na Defensoria, não há consenso quanto a manifestação em que é necessária especialização específica para o desenvolvimento do exercício profissional, conforme apresentado no gráfico 20, a seguir.

Gráfico 20. Sem a especialização adequada frente às demandas cotidianas meu trabalho não se desenvolve (em proporção)



Nos gráficos 16, 17 e 18 foram realizadas questões sobre a permanência do estudo após a graduação. Trata-se de elemento fundamental para a construção da identidade profissional, uma vez que:

A pesquisa docente e discente, na graduação e pós-graduação, é um recurso indispensável para a compreensão das múltiplas formas de desigualdades sociais e dos processos de exclusão delas decorrentes – econômicos, políticos e culturais - sua vivência e enfrentamento pelos sujeitos sociais na diversidade de sua condição de classe, gênero, raça e etnia. (IAMAMOTO, 2003, p. 274)

Não é sem contradições que se constroem o exercício e a identidade profissional. Por essa razão se buscou compreender como se dá a relação dos profissionais com os usuários que chegam à Defensoria e como a demanda apresentada é compreendida para além de um possível pragmatismo e imediatismo. Parte-se da seguinte reflexão:

A presença dos fundamentos do pragmatismo atravessando a ciência moderna, a utilização de analogias, remetem a aplicação da teoria à realidade. Cabe, pois, aos profissionais preparados o papel de desvelar a realidade partindo da analogia, mas transcendendo-a. Aqui, há de se reconhecer os limites e possibilidades do conhecimento acumulado. Este não deve se constituir em modelo, forma ou guia imediato para a ação. O conhecimento sobre os fundamentos é essencial para desvelar e submeter à crítica o senso comum. (GEURRA, 2012, p. 54)

Desse modo, é uma questão importante que busca evidenciar como é essa identidade profissional que tem se construído nesse espaço.

A contradição é elemento presente no exercício profissional onde quer que ele seja. No entanto, ao lidar com a realidade concreta da vida dos sujeitos, emerge aí a necessidade de consubstanciar a formação, a direção social da profissão. Não deixar subsumir aos desafios do cotidiano em meio às relações capitalistas de poder é uma

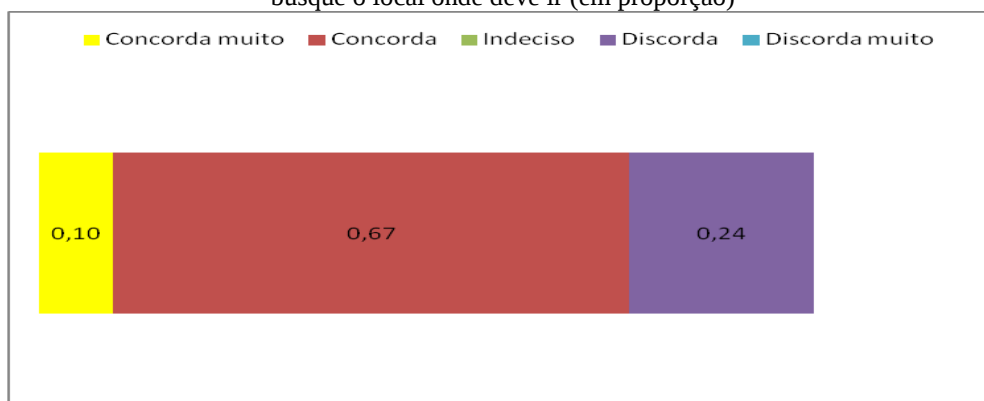
tarefa árdua e é na relação com o usuário do serviço que muitas vezes isso emerge com força.

Como já evidenciado nos capítulos anteriores, é fundamental aprender a história, pois somente nela estão os elementos reais de enfrentamento das condições sociais impostas pelo sistema social vigente. Tendo a história por base, não há como descartar que nesse movimento há a construção da consciência que parte da materialidade à abstração. Nada disso é sem contradição, pois:

Projetar ações, orientando-as para a objetivação de valores e finalidades, é parte da práxis. Afirmar que essa projeção é ética e política significa considerar que a teleologia implica valores e que sua objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos diferentes. (BARROCO, 2001, p. 65)

A partir desses elementos buscou-se construir afirmações já existentes em grupos e reuniões de trabalho que ocorrem na Defensoria, mesmo que esporadicamente. A perspectiva foi observar se há tendências que identifiquem práticas profissionais que subalternizam os usuários.

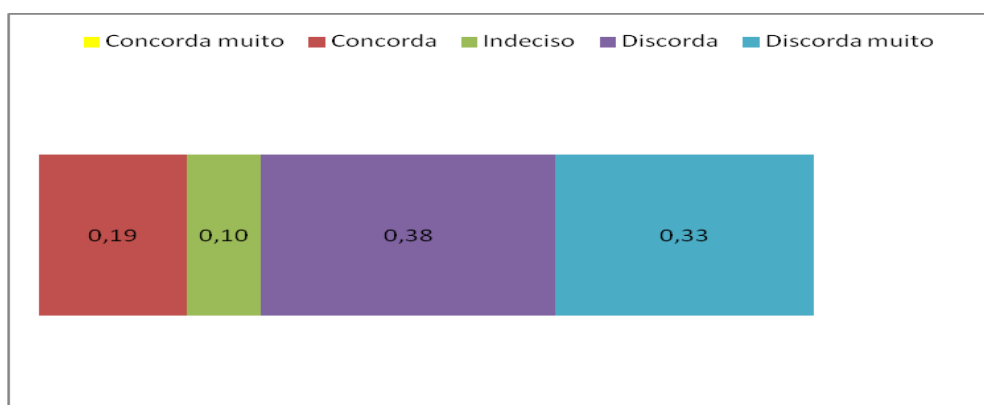
Gráfico 21. Minha intervenção não é tutelar o usuário, faço o encaminhamento para que ele próprio busque o local onde deve ir (em proporção)



O termo “tutelar” foi escolhido com o propósito de compreender se os usuários da Defensoria, quando em contato com assistentes sociais, encontram os subsídios necessários para a questão que os motivou ir até o órgão. Há manifestações discordantes sobre esse enunciado, evidenciando a importância de compreender a concepção de atendimento que direciona essas práticas.

A partir de outro ponto o enunciado a seguir aponta os desdobramentos do atendimento. Tem-se o objetivo de compreender se a identidade profissional que está posta é a que reconhece a “liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. ” (IAMAMOTO, 2003, p. 141)

Gráfico 22. Quando o usuário não aceita o encaminhamento realizado, encerra-se o atendimento possível (em proporção)



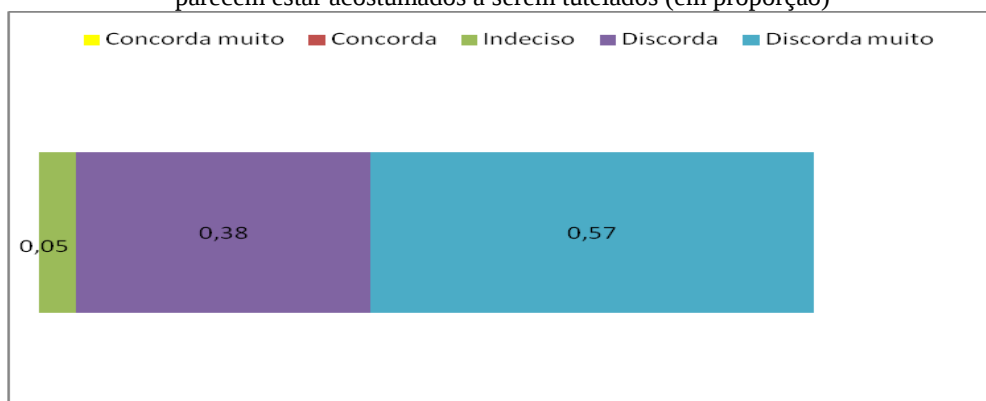
Entre os participantes, a maioria concorda com a possibilidade de discordância do usuário frente à proposta de encaminhamento realizada pelo profissional. No entanto, há manifestações de indecisão e discordância no sentido de entender encerrada a possibilidade de atuação. A esse respeito, nas entrevistas, os profissionais apontam o quanto isso é observado como recorrente nas atuações de assistentes sociais externos à instituição, em textos que informam “o usuário não aderiu ao serviço”.

A partir dessa experiência cotidiana observa-se a oportunidade dos assistentes sociais, na Defensoria, consolidar uma atuação que garanta que o usuário alcance as políticas que deve acessar, para isso aproximando-se dos serviços sem que seja somente uma tarefa rotineira de encaminhamento. A perspectiva é evitar, ainda no contexto da Defensoria, ações que possam ser alienadoras, partindo da seguinte reflexão:

É usual na vida cotidiana a requisição de respostas funcionais. Esta é a esfera da vida social mais propensa à alienação, tendo em vista os mecanismos e demandas de hierarquia, imitação, espontaneísmo, probabilidade, pragmatismo, economicismo, o uso de precedentes, juízos provisórios, mimese, ultrageneralização (...) (GERRA, 2012, p. 48 apud HELLER, 1994).

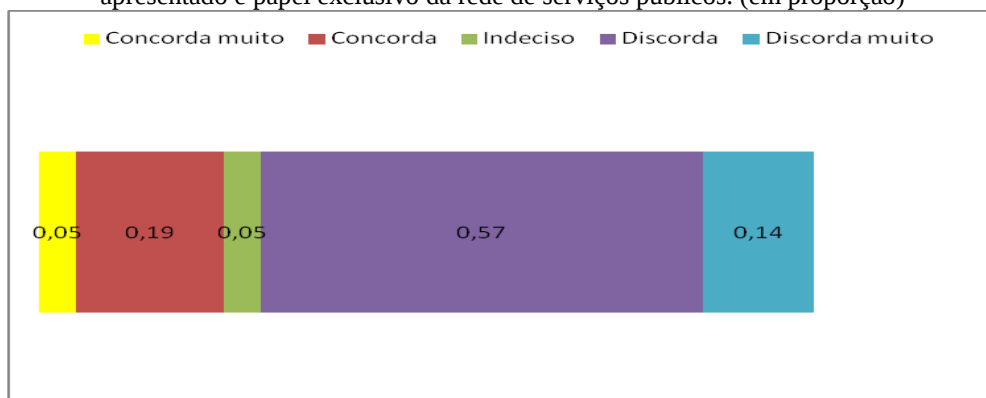
Em consonância com a questão da atuação tutelada em relação aos usuários atendidos observa-se, a seguir, que os participantes entendem que os usuários que buscam a Defensoria não são subalternizados e tampouco estariam acostumados com essa situação. Compreende-se que não há, nesse grupo, tendências de análise fragmentada da realidade.

Gráfico 23. Os usuários que chegam ao atendimento multidisciplinar muitas vezes são aqueles que sempre buscam os serviços públicos para resolver questões que são de responsabilidade próprias deles, parecem estar acostumados a serem tutelados (em proporção)



Ainda nessa perspectiva:

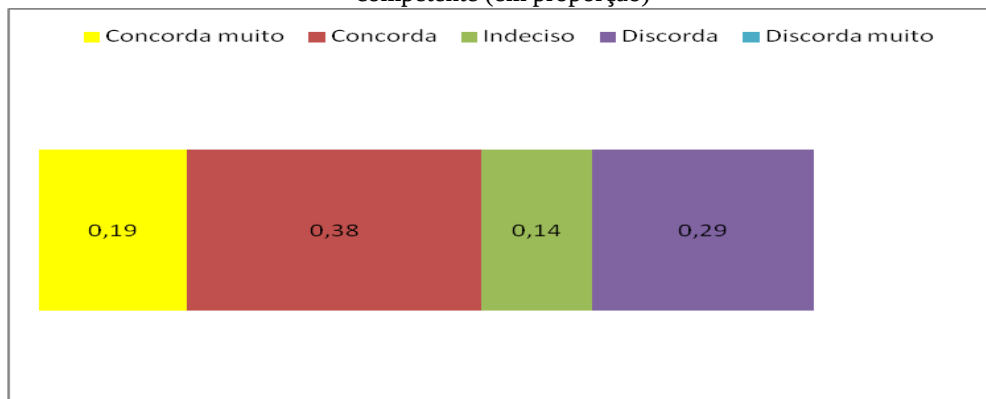
Gráfico 24. Em muitos casos a pessoa procura a Defensoria e não há o que ser feito, o problema apresentado é papel exclusivo da rede de serviços públicos. (em proporção)



A Defensoria Pública está, em sua promessa de fenda da justiça, para garantir direitos que não foram constituídos pelos órgãos que deveriam fazê-los. Assistentes sociais têm amplos desafios nesse cotidiano, mas torna-se importante “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes

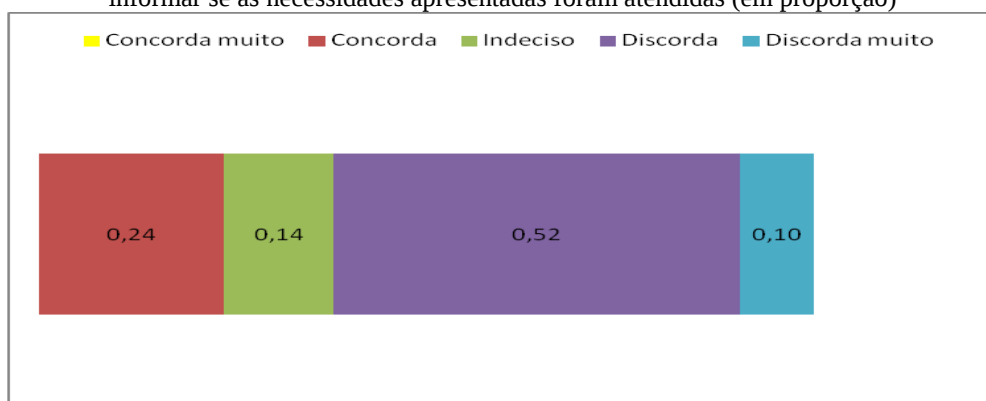
de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 2003, p. 20). Ser, portanto, um profissional criativo e propositivo.

Gráfico 25. Quando observo que não é demanda da Defensoria encaminho diretamente ao serviço competente (em proporção)



A não substituição dos serviços disponíveis nas políticas públicas é um dos princípios existentes na Deliberação nº 187/2010 que regulamenta as atribuições de profissionais que atuam no Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria, o CAM. Compreender o contexto social do usuário atendido e trabalhar na perspectiva de atendimento de seus direitos passa pelo devido encaminhamento ao serviço competente, articulando todas as dimensões da demanda apresentada pelos usuários na perspectiva de garantia de direitos.

Gráfico 26. O pior é não saber se o encaminhamento deu certo porque o usuário não retornou para informar se as necessidades apresentadas foram atendidas (em proporção)



O gráfico 26 refere também sobre a forma como assistentes sociais se articulam com outros serviços ou mesmo internamente na Defensoria. Quando se avalia a necessidade de um encaminhamento, seja aos serviços públicos ou de volta ao defensor

que direcionou o atendimento ao CAM, pressupõe-se que esse encaminhamento esteja devidamente referenciado ao seu destino. Não se trata somente de preencher formulários e entregar ao usuário para ter uma avaliação se o caminho escolhido foi efetivo. É necessário que o profissional busque essa informação e não que o usuário seja responsável para retornar. Trata-se de dar concretude a práxis: “a noção de práxis, tal como construída por Marx, exclui qualquer dicotomização entre estrutura e ação, entre sujeito e objeto” (IAMAMOTO, 2003, p. 229).

A seguir serão apresentadas quatro escalas com a mesma perspectiva de discussão: o respeito à singularidade dos usuários atendidos. Trata-se de captar as contradições na tentativa de percepção do homem em relação à sua essência e se os profissionais fazem isso em um cotidiano de 40 horas semanais sob hierarquia institucional e tentativas de retirar o protagonismo do que veio sendo construído por profissionais que ocupam o CAM até o momento.

Gráfico 27. O que se observa no cotidiano são ações pontuais que não contribuem para mudanças significativas na vida dos sujeitos, faz-se o que é possível (em proporção)

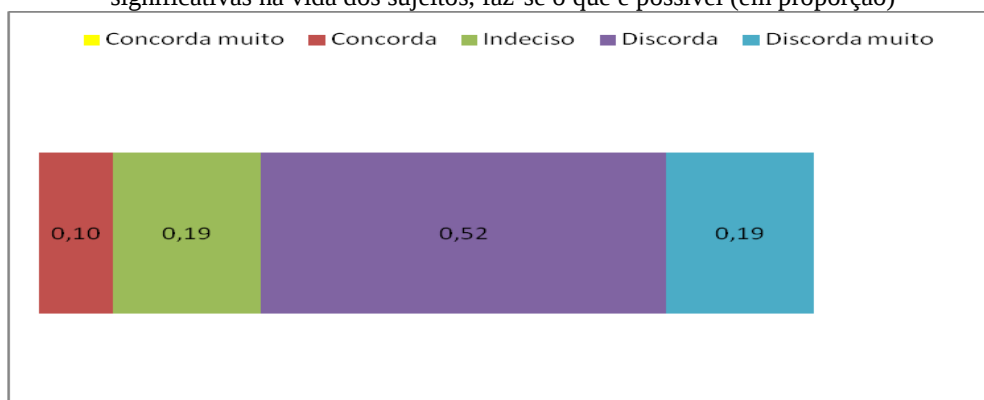


Gráfico 28. No cotidiano sempre surgem as mesmas histórias. Isso facilita a realização do trabalho (em proporção)

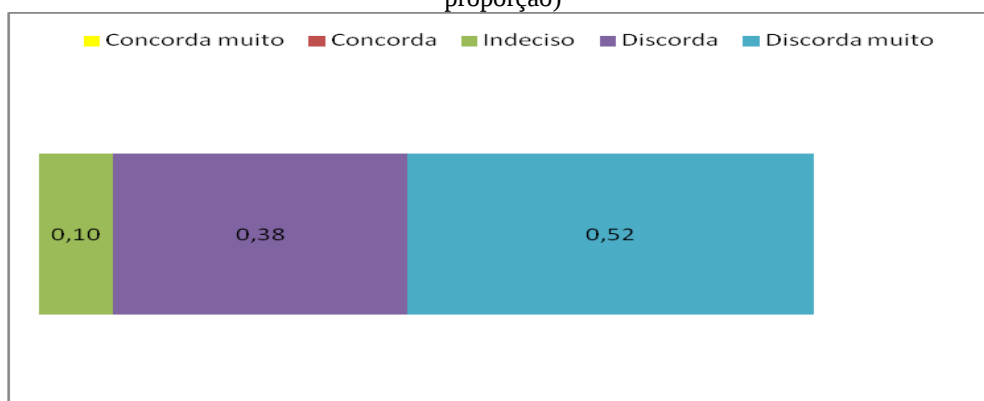


Gráfico 29. O atendimento diário nos consome e as histórias cansam porque se observa a mesma coisa diferentes vezes no dia e na semana. Poucos usuários realmente consideram o que é proposto como reflexão no atendimento (em proporção)

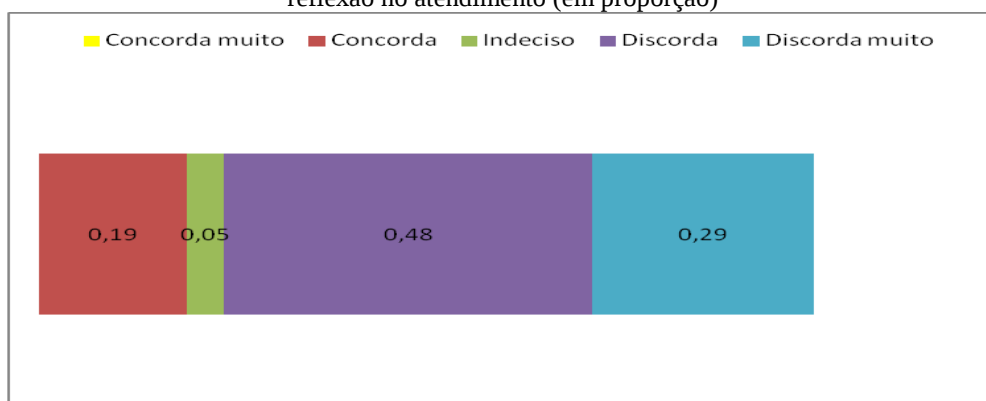
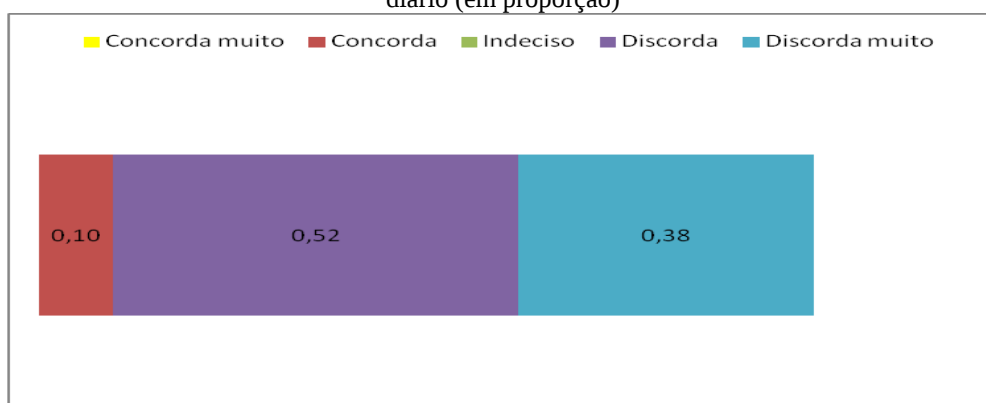


Gráfico 30. Há questões que exigem menor envolvimento profissional do que outras no atendimento diário (em proporção)



Importa observar, a partir dos gráficos 27, 28, 29 e 30, que o respeito à singularidade do usuário atendido, seu contexto familiar e comunitário é considerado como importante pelos profissionais na Defensoria, uma vez que não se entende como *mais um atendimento igual a tantos outros* e sim uma pessoa com sua dimensão particular em determinado contexto singular diante da realidade universal. Nesses termos temos a seguinte reflexão:

A contradição entre o ser do homem e a sua essência, engendrada pela alienação, bloqueia a própria possibilidade de desenvolvimento dos sentidos, fazendo com que o homem necessitado permaneça *insensível* perante o mais belo espetáculo, e que o comerciante, prisioneiro da visão utilitarista, não veja a beleza do mineral, pois perdeu sua *sensibilidade* para isso etc. (FREDERICO, 2013, p. 47)

Entende-se, portanto, que os profissionais estão, em sua maioria, sintonizados com a seguinte reflexão: “Cada trajetória situa-se na corrente de acontecimentos sociais e históricos que cunharam para esses sujeitos no processo de reprodução das relações

sociais um lugar social: definido pela pobreza, subalternidade e exclusão” (YAZBEK, 2009, p. 178).

Lugar esse que não é determinante, mas se trata de síntese de múltiplas determinações da forma social e econômica que existem sob a égide do sistema capitalista de produção. Por essa razão concorda-se com o pensamento a seguir:

Nosso enigma é hoje o enigma da captura desse homem comum pelos mecanismos de estranhamento de uma cotidianidade que exacerba a mutilação de nosso relacionamento com nossas possibilidades históricas e mutila a compreensão dos limites que cada momento histórico nos propõe. (MARTINS, 2013, p. 10)

Trata-se de garantir a singularidade de cada sujeito e não torná-lo a massa subsumida e amorfa que pretende o sistema de capital sobre os trabalhadores.

Buscou-se apontar alguns aspectos mais sensíveis do atendimento cotidiano na Defensoria para compreender como os profissionais responderiam às questões. As bases confessionais, mesmo que não explícitas diretamente no cotidiano profissional, muitas vezes encontram ressonância na forma como os profissionais interpretam e dão respostas a questões que, historicamente, foram e ainda são consideradas polêmicas, a exemplo do uso de drogas e da transexualidade. Por essa razão, recorreu-se a formulações com essas questões para compreender como isso perpassa na equipe de assistentes sociais na Defensoria.

Gráfico 31. Observo que a discussão da discriminação é superestimada. Às vezes há mais preconceito da própria pessoa que se diz sofrer discriminação (em proporção)

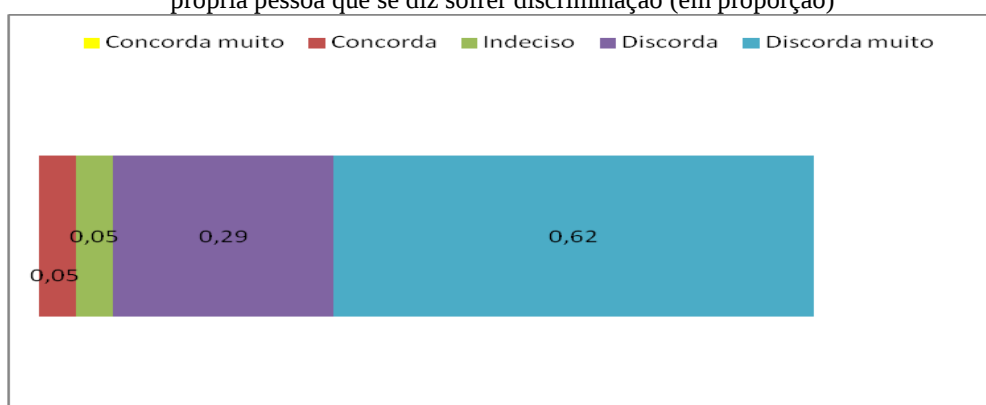
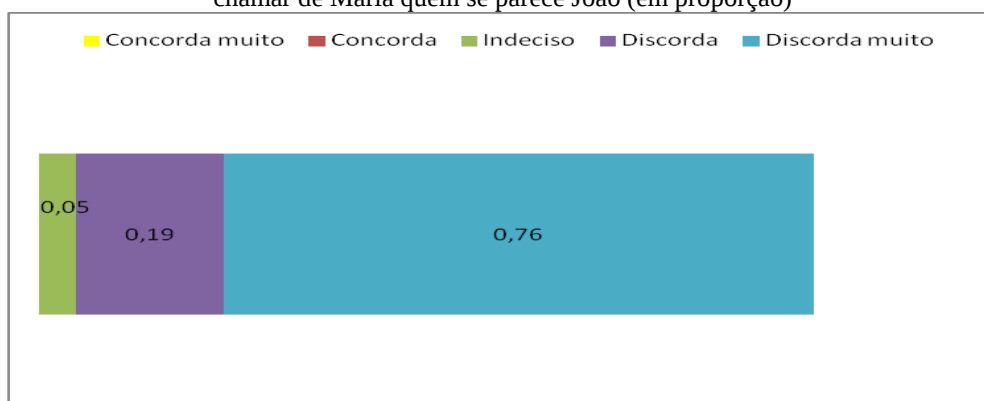


Gráfico 32. A questão do nome social é algo delicado. Como vou perguntar à pessoa se tem nome social ou não? Não sou homofóbico/a, tenho amigos/as gays e os aceito muito bem, mas às vezes é difícil chamar de Maria quem se parece João (em proporção)



A discussão da transexualidade é tema recente no universo jurídico e exige dos serviços públicos o mínimo de atendimento multidisciplinar, pois são demandas que não devem ser compreendidas de um único ponto de vista. Para a garantia de direitos dessa população é preciso que diferentes frentes possam acompanhar a situação que se apresenta. Trata-se de uma população que sofre discriminação familiar e social. Muitas vezes resta somente o espaço da rua como moradia, sendo submetida à exploração sexual e violência. É uma demanda invisível por ser *tabu* para muitas pessoas. Na Defensoria o trabalho de assistentes sociais e psicólogos muitas vezes traduz essa realidade em produção técnica capaz de subsidiar o pedido judicial de mudança de nome, acesso a serviços de transexualização e evidência, no sistema de justiça, uma das questões que pouco chegam ainda aos órgãos como judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

É interessante observar que os profissionais que responderam as questões seguem nessa direção conforme os gráficos 31 e 32.

Outro aspecto cotidianamente atendido por profissionais na Defensoria se dá na contradição saúde mental e garantia de convivência familiar de crianças e adolescentes. Através dos processos judiciais de medida protetiva de crianças/adolescentes em que o acolhimento institucional é aplicado se observa, a partir das experiências dos profissionais na Defensoria, que os responsáveis (a maioria mães) não têm sua história retratada com devido cuidado, seja pelos profissionais dos serviços de acolhimento, pelos serviços de saúde, pelos serviços da assistência social, CRAS e CREAS e tampouco do poder judiciário.

Observa-se, nesses processos, que não foram construídas oportunidades articuladas para a garantia de atendimento em saúde mental para os familiares cuidadores das crianças/adolescentes. Toda e qualquer responsabilidade recai somente sob os genitores, em geral as mulheres. Observa-se que nas manifestações técnicas em momento algum se aponta a falência dos serviços, tampouco uma análise do impacto dessa falência e a consequente dificuldade dos serviços nos acompanhamentos que devem realizar realmente acompanhar as famílias que são referenciadas, mas somente que a família não segue o estabelecido unilateralmente pelos serviços.

A formulação da questão apresentada no gráfico 33 teve a perspectiva de suscitar a reflexão do tema saúde mental e acolhimento institucional de crianças/adolescentes. As respostas não são tão próximas, mas justamente porque o tema não permite uma resposta única e sim uma reflexão aprofundada.

Não se trata de concordar que crianças permaneçam sob responsabilidade de adultos que façam uso problemático de drogas, mas problematiza a via do acolhimento como, muitas vezes, a única saída proposta, sem seguir a legislação que aponta a família extensa, o cuidado em saúde com os responsáveis, o acompanhamento pelos serviços especializados da assistência. O que se observa nos processos, via de regra, é que nada disso é feito antes. Nesse sentido concorda-se com a reflexão a seguir:

Analisar essa realidade no interior de processos destrutivos da vida humana, impostos pelos interesses do capital, e tendo em conta o crescente investimento na penalização e na judicialização das mais graves expressões da questão social, se coloca como tarefa fundamental para os profissionais da área do social, sob o risco de sucumbirem às urgências e emergências postas por essa realidade social no trabalho cotidiano. (FÁVERO, 2014, p. 16)

Gráfico 33. O uso contínuo de drogas pelos genitores prejudica em maior ou menor grau a convivência das crianças com seus pais (em proporção)

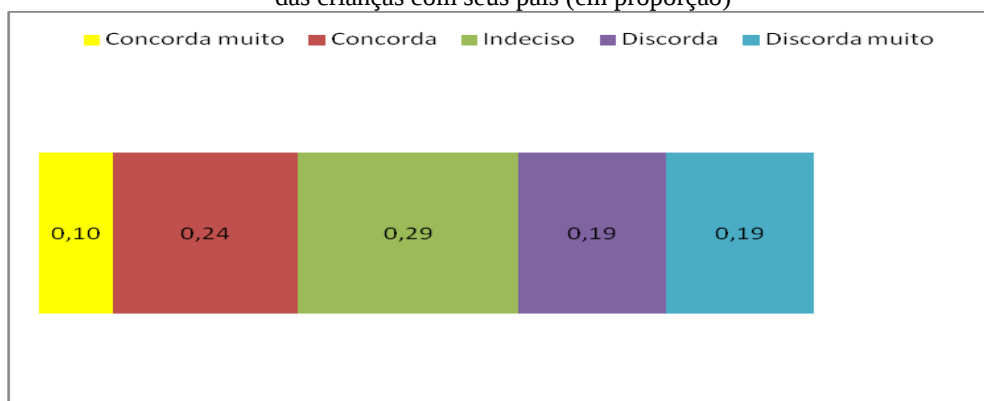
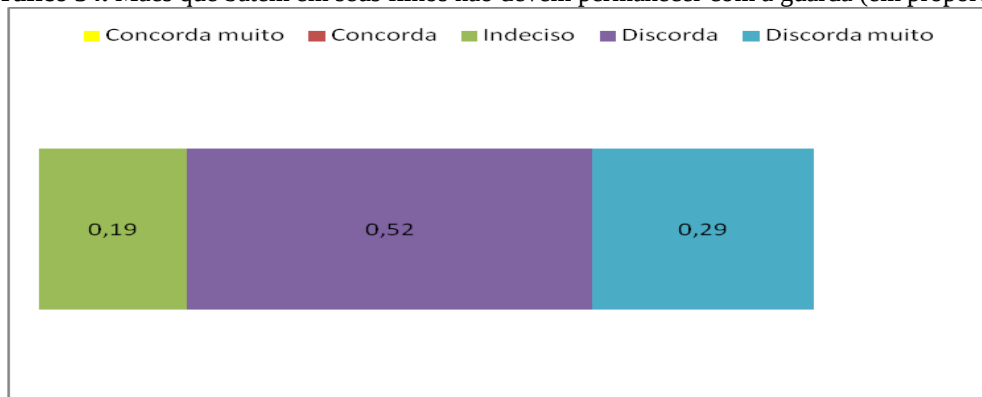
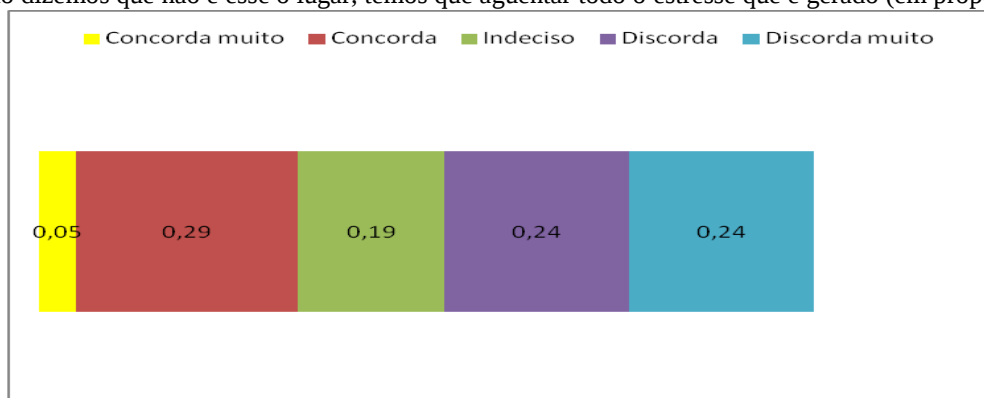


Gráfico 34. Mães que batem em seus filhos não devem permanecer com a guarda (em proporção)



A partir dos gráficos 33 e 34 é importante apontar a recente modificação legislativa no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que diz respeito à responsabilização de adultos cuidadores sobre situações de “castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação” (artigo 18-A). No senso comum foi denominada como *lei da palmada*, mas essa alteração data somente do ano de 2014. A própria legislação considera que os adultos responsáveis possam ser encaminhados para programa de orientação como uma das medidas de proteção a crianças e adolescentes e, portanto, a perda do poder familiar ou sua suspensão, nesse caso, não é a única medida prevista. Nesse sentido, os profissionais que responderam essa questão estão de acordo com esse preceito legislativo, pois se trata de um aspecto complexo, desde considerar o nível de castigo físico aplicado, bem como os aspectos de violência histórica sofrida também por esses adultos, agora cuidadores. Trata-se de compreender a demanda em seu contexto histórico e social para não transformar medidas protetivas em punitivas, como disse uma usuária entrevistada pela pesquisa.

Gráfico 35. Observam-se, no caso de uso de drogas, muitas queixas dos familiares. No entanto, eles não percebem o quanto são responsáveis por essa questão e buscam na Defensoria a solução. E quando dizemos que não é esse o lugar, temos que aguentar todo o estresse que é gerado (em proporção)



A situação do uso problemático de drogas é uma demanda que perpassa a vida de muitos usuários atendidos pela Defensoria, principalmente nos casos encaminhados à equipe do CAM, onde estão os assistentes sociais.

Desde o ingresso de assistentes sociais e psicólogos na Defensoria esse tema tem sido debatido na perspectiva do melhor atendimento da população, que traz em seu pedido a questão do uso problemático de drogas. A equipe de assistentes sociais e psicólogos contribuiu com o debate ampliando o tema como questão de saúde. Por essa razão foi construído com defensores que os pedidos de internação compulsória não seriam cabíveis e sim pedidos que possam garantir que o estado e o município cumpram o atendimento preconizado pelo SUS.

Destaca-se que o preconizado pelo SUS compreende que a equipe de saúde acompanhe os usuários que fazem uso problemático de drogas, construam um projeto terapêutico singular e, a partir dele em conjunto com os familiares, avaliem as situações conforme elas se apresentem e nas situações de risco que se possa aplicar a internação involuntária. Essa internação é feita pela própria saúde dentro dos prazos indicados do ponto de vista da saúde e não da justiça, como pretendem as internações compulsórias. Garantir esse atendimento é o que tem sido seguido pela maioria das unidades da Defensoria com contribuição do CAM.

Essas afirmações escolhidas para o instrumental foram construídas na preocupação existente nessa pesquisa quanto à identidade profissional. Nesse sentido, concorda-se com a afirmação a seguir:

Refletir sobre o conteúdo ético, político, histórico e conceitual dos princípios do código é um convite fundamental. Deve sempre ser aceito, de forma a não permitir que a lógica desumanizadora impressa pelo capital para as

dimensões da vida social defina nossos objetivos e ações profissionais. (RUIZ, 2013, p. 29)

Outro aspecto foi compreender também como os profissionais percebem a população usuária da Defensoria como um todo a partir da discussão do critério de hipossuficiência²⁴, atualmente estabelecido no órgão.

Gráfico 36. Muitas vezes as pessoas usam a Defensoria como corte no fluxo estabelecido pelas políticas públicas para acesso aos projetos e programas sociais (em proporção)

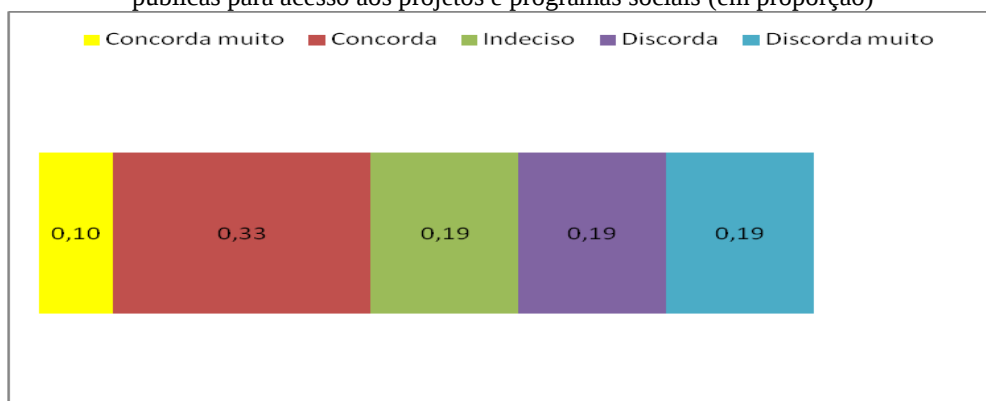
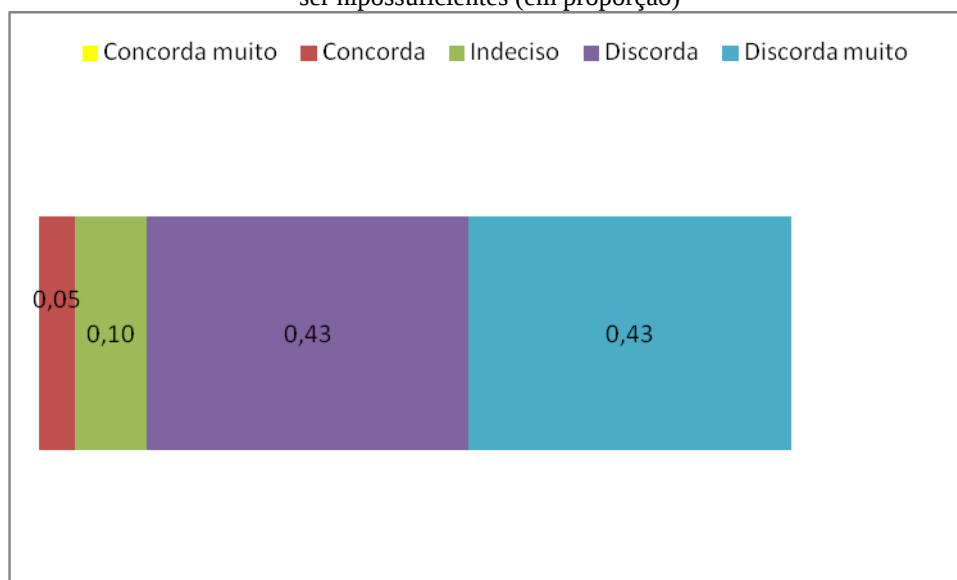


Gráfico 37. Percebo que nem todas as pessoas que chegam à Defensoria deveriam ser atendidas por não ser hipossuficientes (em proporção)



Observam-se das manifestações dos profissionais, nos gráficos 36 e 37, que de um lado concordam que as pessoas buscam a Defensoria como corte no fluxo

²⁴ Deliberação nº 89 da Defensoria Pública Geral que estabelece os critérios de atendimento da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Pelo referido documento são consideradas hipossuficientes famílias com até 3 salários mínimos.

estabelecido nas políticas públicas. No entanto, de outro lado, entendem que isso não é motivo para não atendê-las, mesmo se não forem consideradas hipossuficientes conforme o critério estabelecido pelo órgão.

A formulação da afirmação sobre corte de fluxo tem a perspectiva de perceber a apropriação dos profissionais da contradição existente no cotidiano profissional. Entende-se que, na verdade, a população busca por políticas que atendam seus direitos e uma vez não atendida recorre à Defensoria como forma de garantia, não apenas como maneira de fugir do fluxo estabelecido nos programas e serviços disponíveis de forma irrisória à demanda existente.

A consideração a seguir sobre o cotidiano da classe trabalhadora e suas estratégias de enfrentamento aponta, em analogia na presente pesquisa, que a Defensoria seria uma forma de superação das dificuldades existentes.

O que se propõe à vida de todos os dias do homem contemporâneo não é essa racionalidade ilimitada, mas seus problemas, sua inconclusividade, suas dificuldades. O homem comum tem que descobrir e inventar caminhos para superá-las. (MARTINS, 2013, p. 20)

Diante desse contexto, entender que as pessoas chegam à Defensoria como simples corte de fluxo das políticas públicas é não aprender o movimento do real, o princípio da contradição. Trata-se aqui de aspectos sobre a judicialização da questão social já explicitados no primeiro capítulo.

Retoma-se a concepção seguida por essa pesquisa para discussão de identidade, qual seja:

[...] identidade da profissão em si mesma considerada como elemento definidor de sua participação na divisão social do trabalho e na totalidade do processo social. Portanto, mais do que uma categoria filosófica, dotada de estatuto lógico e ontológico, a identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas. (MARTINELLI, 2011, p. 17)

Retoma-se a concepção de identidade profissional tomada como parâmetro para introduzir os gráficos a seguir que tratam do tema da relação entre profissional e instituição.

Outras categorias profissionais além do Direito só passaram a existir no interior da Defensoria em 2010. Historicamente as relações nos espaços jurídicos não são horizontais, os conflitos são perenes, mas as construções a respeito de uma nova forma

de fazer profissional nesses espaços são necessárias. Portanto, o enfrentamento se torna imperativo, mas não se trata de tarefa simples e tampouco fácil.

Observam-se as representações gráficas a seguir sobre essas relações.

Gráfico 38. Antes havia mais espaços de discussão e debate na Defensoria, agora não se tem mais tempo. É atender, responder e quantificar. Tornou-se muito mecânico (em proporção)

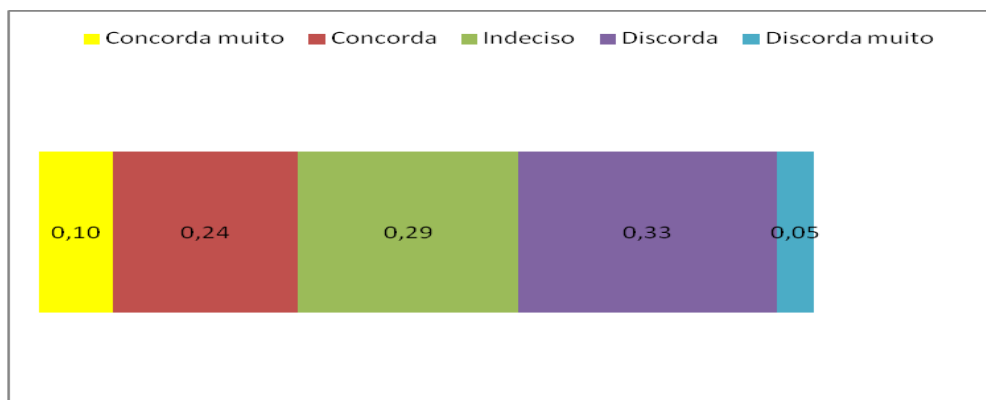
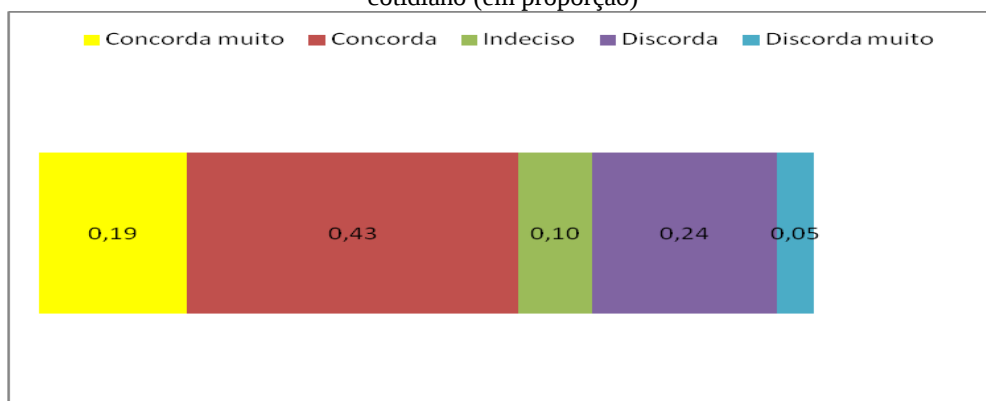


Gráfico 39. É difícil mensurar o trabalho que é realizado. Dados não expressam a realidade vivida no cotidiano (em proporção)



Nos gráficos 38 e 39, um dos pontos que se buscou levantar a respeito da relação institucional tem a perspectiva de entender como os profissionais avaliam o espaço de debate interno sobre o cotidiano e a sistematização de informações do trabalho realizado.

O debate sobre a melhor forma de mensurar o trabalho no cotidiano estava sendo construído com a Assessoria Técnica Psicossocial (ATP). Do final do ano de 2016 para o início de 2017 essa assessoria foi desmantelada e os espaços de debates que existiam até o presente momento não foram retomados. Isso expressa de alguma maneira a forma como esses profissionais observam seu cotidiano.

Nas entrevistas se observou que, mesmo com a hierarquia das relações em alguns espaços do CAM com uma quantidade grande de trabalho, com agendas lotadas, os profissionais evitam a automatização do trabalho. Eles buscam as articulações com as redes de serviços, projetos de educação em direito, modificam fluxos internos para melhor atendimento dos usuários (no micro e no macro) com as contradições do espaço de trabalho, pautam garantias de direito não inscritas no rito formal pré-estabelecido.

Isso também é possível ser observado nos gráficos 40 e 41.

Gráfico 40. Temos uma agenda lotada que dificulta a possibilidade de colocar em prática tudo que aprendemos na universidade. É preciso dar conta da demanda diariamente e pouco trabalhamos a teoria que aprendemos. (em proporção)

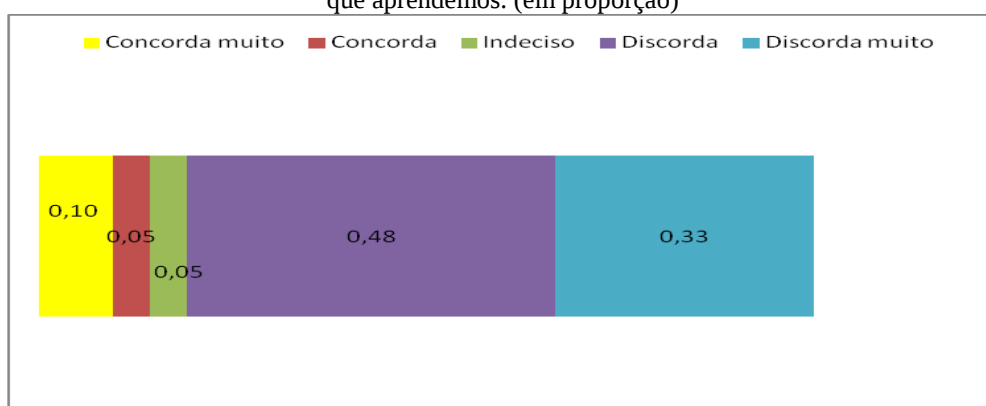
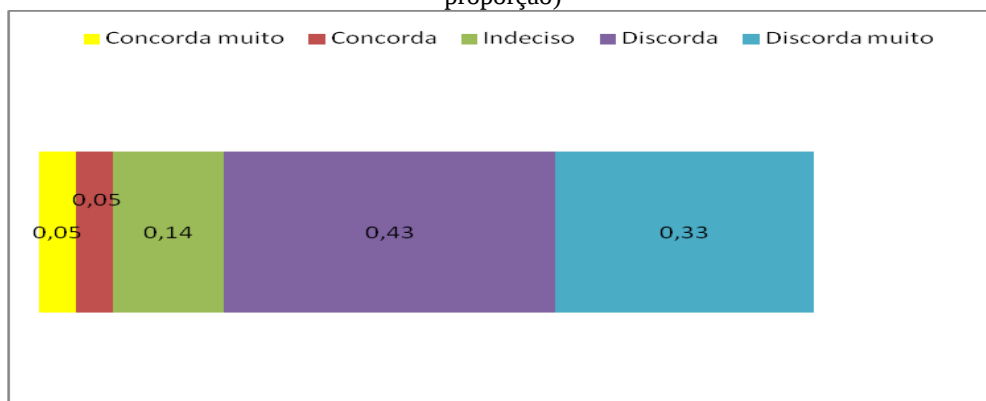


Gráfico 41. Infelizmente estamos na lógica do “o mínimo que a gente faça, é alguma coisa” (em proporção)



Observa-se que a tendência dos profissionais é a direção de um trabalho realizado na perspectiva da totalidade.

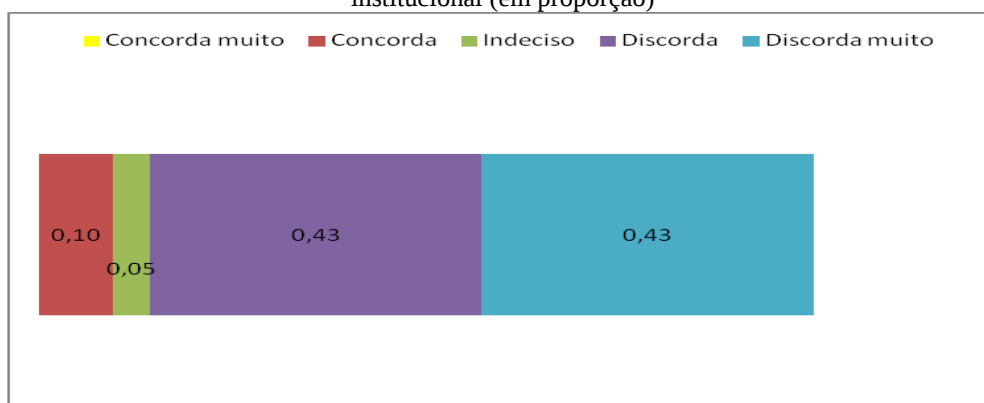
Totalidade essa entendida como práxis na qual a atividade profissional não é desvinculada de um atividade política porque exige uma direção social, uma projeção do que se pretende transformar. E isso está vinculado a um projeto mais amplo, a ideias

e valores de uma determinada classe social. E ter direcionamento enseja um enfrentamento teórico-prático, permitindo que os profissionais saiam de sua singularidade, elevando-se ao humano-genérico (BARROCO, 2001).

Nos dados dos gráficos 40 e 41 foi perguntado sobre a questão do trabalho sem o tempo adequado de reflexão ou construção de novas formas de exercício profissional no cotidiano da Defensoria. Observa-se, no entanto, que os profissionais, mesmo nesse espaço de muito trabalho, não expressam a tendência de fazer o mínimo. A maioria discorda da afirmação que refere a isso.

A seguir, no gráfico 42, busca-se compreender como o reconhecimento, ou não, da atuação cotidiana perpassa as decisões de se propor a atuações extraordinárias das atribuições realizadas. Na Defensoria muitas vezes são realizadas atividades à noite e nos finais de semana. No caso de mutirões de atendimento à população em situação de rua, participação em atividades municipais que orientam a população sobre direitos ou situações de emergências coletivas, como a situação da ex-comunidade do Pinheirinho em São José dos Campos²⁵ e agora, mais recentemente, no novo movimento de repressão à área denominada Cracolândia²⁶, na região central da capital paulista.

Gráfico 42. Não me prontifico a atuações extraordinárias, pois não há o devido reconhecimento institucional (em proporção)



Observa-se que o reconhecimento não pesa significativamente para que os profissionais decidam participar de atuações extraordinárias como exposto anteriormente.

²⁵ Documentário mostra a comunidade do Pinheirinho um ano depois. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/documentario-mostra-a-comunidade-do-pinheirinho-depois-de-um-ano-1501.html>. Acessado em 28.05.2017.

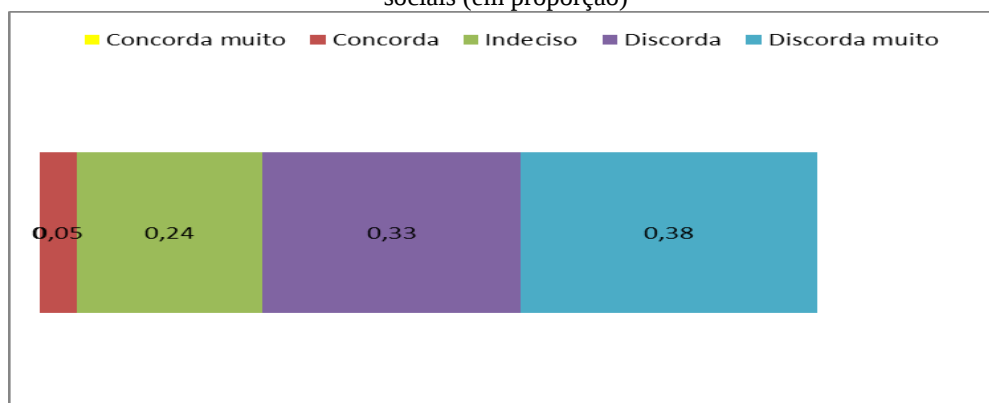
²⁶ Justiça impõe nova derrota a Doria na Cracolândia. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/justica-impoe-nova-derrota-a-doria-na-cracolandia>. Acessado em 28.05.2017.

Destaca-se ainda que na Defensoria assistentes sociais trabalham 40 horas semanais. Mesmo diante dessa violação de direitos, ainda assim muitos se prontificam a atividades de mutirão aos finais de semana e à noite. São diferentes atividades que proporcionam o melhor atendimento ao público. No entanto, as contradições são evidentes. Ainda que esse seja o cenário a tendência dos profissionais é participar das atividades extraordinárias mesmo com a carga de trabalho fora da regida por lei. Nesse sentido observa-se que os profissionais seguem na perspectiva do elucidado na reflexão a seguir:

Cada indivíduo, enquanto ser histórico-social tem de desenvolver a sua própria busca de apropriação da contradição como princípio explicativo do real, tem de consumir o seu movimento histórico de ruptura da alienação no interior do coletivo. A face do singular e a do coletivo não se dissocia, portanto, ao longo desse movimento que tem na consciência a sua condição primeira, o seu elemento fundante. (MARTINELLI, 2011, p. 138)

E nesse movimento contraditório construir a identidade dos assistentes sociais é, ao mesmo tempo, um espaço imerso em possibilidades, mas também um grande desafio. As escalas a seguir apresentam como os assistentes sociais se entendem na Defensoria.

Gráfico 43. Pelo discurso extrajudicial institucional pouco conseguimos desenvolver enquanto assistentes sociais (em proporção)



Antes do ingresso, em 2010 na Defensoria Pública, da equipe que atualmente compõe o CAM, existiu um convênio com a ONG pró-mulher com o qual os atendimentos que, possivelmente, poderiam resultar em acordo extrajudicial eram realizados por intermédio desse convênio em que atuavam assistentes sociais e psicólogos. Mais tarde alguns deles passaram a ser profissionais concursados da Defensoria. Quando isso aconteceu houve o discurso de recepção voltado para essa condição, pela atuação extrajudicial. Ainda hoje existe fortemente esse debate entre as

equipes e, através da Comissão de Estudos Interdisciplinares²⁷, se desenhou uma Política Institucional de Resolução Extrajudicial de Conflitos, que até o momento encontra-se sem aprovação e análise do Conselho Superior da Defensoria.

Diante dessa primeira atribuição demandada foi necessário construir outra atuação profissional que consolidasse o exercício profissional do Serviço Social na Defensoria. No entanto, essa construção não é homogênea no estado todo. Por essa razão se buscou entender como assistentes sociais percebem esse discurso em relação ao cotidiano profissional.

Como se observa na escala apresentada, a tendência é que assistentes sociais entendam que não há influência direta dessa questão no seu trabalho. Na entrevista foi possível perceber que os profissionais realizam atendimentos e não conciliações, em que pese os defensores encaminharem as demandas sob esse signo: “encaminha-se para tentativa de conciliação”²⁸.

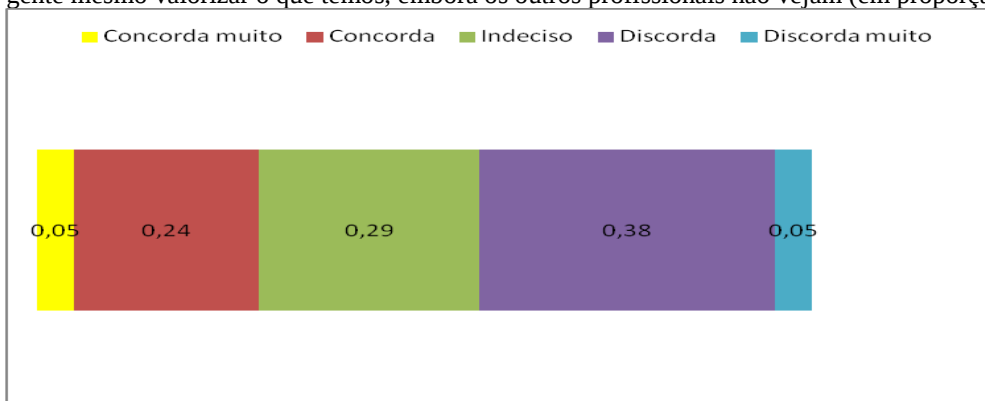
Trata-se, portanto, de construir uma identidade profissional compromissada com a classe trabalhadora, atenta aos princípios do Código de Ética e capaz de compreender que “ao atribuir autonomia às metodologias de ação e ao instrumental técnico, ao separá-los e torná-los independentes do projeto profissional, o assistente social acaba por transformar o que é acessório em essencial”. (GUERRA, 1995, p. 169)

Outro aspecto que se buscou compreender é como os profissionais avaliam os resultados de seu trabalho no cotidiano, não do ponto de vista economicista, mas em termos de garantia de direitos. A questão foi formulada de modo a gerar a reflexão sobre a valorização que os profissionais também dão ao próprio trabalho.

²⁷ Deliberação 187/2010, Artigo 7º. A Defensoria Pública-Geral constituirá Comissão de Estudos Interdisciplinares, composta por Defensores Públicos e Agentes de Defensoria que terá por atribuições analisar casos paradigmáticos, sugerir rotinas ao Conselho Superior da Defensoria Pública, apontar diretrizes de atuação.

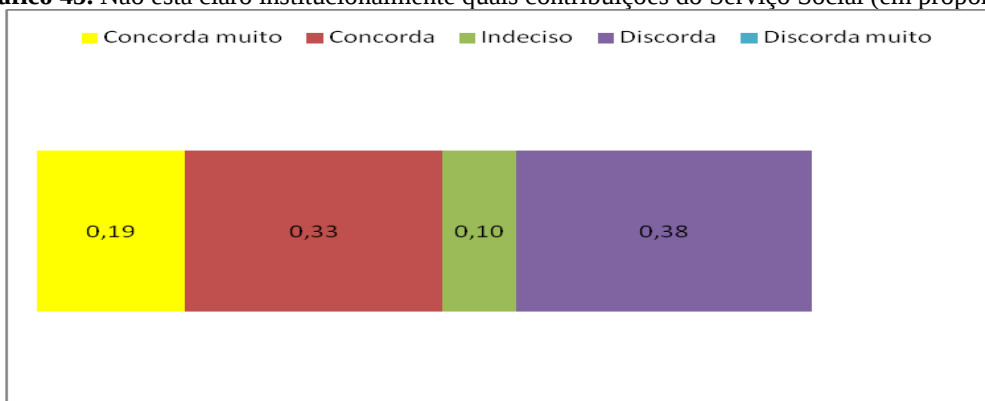
²⁸ Essa é a forma como muitas vezes chegam os encaminhamentos ao CAM, pelos Defensores, no aspecto de resoluções extrajudiciais.

Gráfico 44. É tanto trabalho, mas para quem observa de fora não vê resultado nenhum. Então, o melhor é a gente mesmo valorizar o que temos, embora os outros profissionais não vejam (em proporção)



Observa-se que essa é uma questão que dividiu opiniões. Nas entrevistas há assistentes sociais que avaliam que o trabalho tem pouco reconhecimento, enquanto outros acreditam que esse reconhecimento se dá no cotidiano, na construção dessa identidade que tem se consolidado em um novo espaço de atuação da profissão que é área da assistência jurídica integral. De outro lado, profissionais da psicologia que atuam mais diretamente com assistentes sociais apontam características marcantes do Serviço Social evidenciando que a profissão tem marcado seu espaço nessa área.

Gráfico 45. Não está claro institucionalmente quais contribuições do Serviço Social (em proporção)

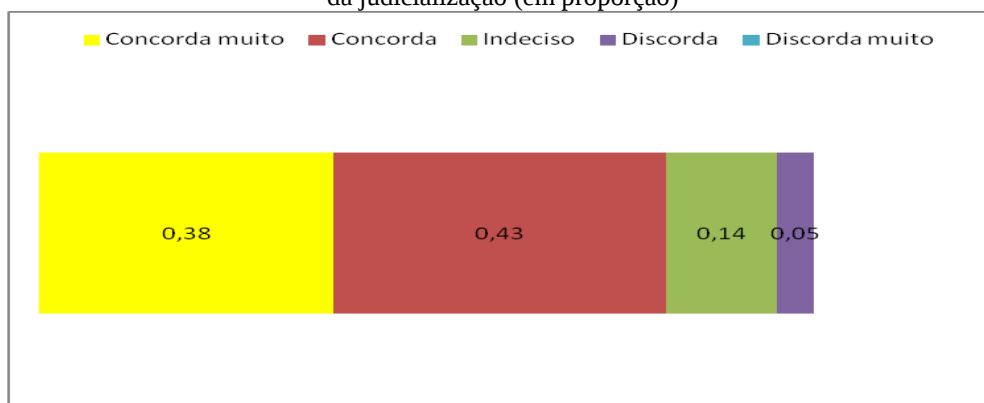


Buscou-se compreender como a equipe participante do questionário de escala de identidade analisa a categoria profissional institucionalmente. De um lado há apontamentos que entendem que o Serviço Social já ocupa um lugar, tem sua contribuição e tem autonomia, mas há manifestações na direção contrária. Essa questão é importante ser compreendida, partindo-se do pensamento a seguir:

[...] as alternativas *não* saem de uma suposta “cartola mágica” do Assistente Social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.(IAMAMOTO, 2003, p. 21) (destaque da autora)

Outro ponto que se questionou foi a direção da atuação profissional dos assistentes sociais na Defensoria. Como se trata de órgão de acesso à justiça, o anseio da população é resolver sua demanda através da alternativa do judiciário. No entanto, a perspectiva da demanda que chega ao Serviço Social se apresenta em uma dada realidade que exige propostas para além dessa alternativa. Buscou-se compreender como os assistentes sociais observam essa atuação.

Gráfico 46. O Serviço Social na Defensoria tem se pautado pelo viés da efetiva luta de direitos para além da judicialização (em proporção)



Pode-se observar, a partir dos retornos obtidos, que majoritariamente as manifestações são pela garantia de direitos além da judicialização, compreendendo que muitas vezes o acesso ao judiciário não apresenta necessariamente um resultado imediatamente justo ao que é pretendido pela população.

Diante desse contexto trata-se de reafirmar e manter o compromisso político com a classe trabalhadora e não de reeditar novas fórmulas para atendimento e tampouco reforçar equívocos de que há diferentes instrumentos para cada processo, conforme nos convida a refletir Guerra (1995).

Gráfico 47. Não vejo clara a representação das especificidades dos assistentes sociais na Defensoria pelo conjunto CFESS/CRESS (em proporção)



No gráfico 47 foi analisado diz respeito a forma como os profissionais observam a aproximação do conjunto CFESS/CRESS junto aos assistentes sociais da Defensoria. Nesse ponto destaca-se que assistentes sociais que trabalham ainda 40 horas semanais e encontram muitas dificuldades em enfrentar essa questão no interior da instituição. Desde a promulgação da lei, em 2010, só em 2015 o CRESS se aproximou do grupo de profissionais, através da antiga Assessoria Técnica Psicossocial, para conhecer a realidade do trabalho na Defensoria do Estado de São Paulo, cinco anos após a inserção profissional.

Observou-se do CRESS, até aquele momento, um receio de fazer crítica direta à Defensoria enquanto órgão dada a sua origem, a sua criação, enquanto pressão de movimentos sociais. Esperava-se desse órgão uma atuação aliada à luta política no plano da garantia de direitos. Criticar abertamente talvez seja assumir o fracasso institucional dessa missiva. E por essa razão esse ponto foi abordado. A indecisão se o conjunto CFESS/CRESS apresenta as especificidades tem a ver também, em parte, pela novidade que se apresenta esse espaço de trabalho.

A seguir a apresentação das entrevistas realizadas.

5.2. Entrevistas

Foram entrevistados 12 profissionais entre assistentes sociais, psicólogos e defensores. Ressalta-se que a maioria dos profissionais na Defensoria tem entre 25 e 45 anos de idade. Todas as pessoas entrevistadas estavam na faixa etária dos 30 anos, excepcionando as usuárias. A maioria teve experiência profissional antes do ingresso na instituição revelando, de certa maneira, a forma como percebe o próprio trabalho e a interface com as outras profissões.

Na área de Serviço Social excepcionaram-se duas pessoas as quais seus trabalhos na área foram a partir do ingresso na Defensoria. Todas as outras tinham pelo menos mais de uma experiência anterior ao ingresso na Defensoria. As áreas de atuação anterior se dividiram entre assistência social, saúde, terceiro setor, docência, educação e habitação.

Em relação aos psicólogos uma pessoa teve experiência somente na área clínica antes de ingressar no órgão. Ambas as outras tiveram diferentes atuações que perpassaram a saúde, a assistência social, o sociojurídico. Somente dois tiveram a oportunidade de trabalho em equipe multidisciplinar anteriormente.

Quanto aos defensores, informaram que trabalharam em outros locais antes da Defensoria. Uma pessoa teve experiência com equipe multidisciplinar na área de advocacia popular, outras como escreventes técnicas do judiciário e uma como assistente de desembargador.

Em relação às usuárias entrevistadas, todas eram mulheres na faixa etária de 40 anos. Duas trabalham, uma com registro em carteira e outra não e a terceira vive do mercado informal, utilizando-se de recursos de artesanato para vender.

Quanto ao tempo de trabalho na Defensoria todos os profissionais entrevistados tinham mais de três anos de trabalho, variando de três a sete anos de atuação.

Das dificuldades das entrevistas destaca-se que foram sorteados grupos de defensores por mais de três vezes, pois esperou-se retorno de quase um mês de cada convidado. Somente quando coincidiu com defensores que se mostram a favor do trabalho do CAM é que esses aceitaram a participar da entrevista, levando longo período para conclusão das entrevistas.

Em relação aos usuários entrevistados, os profissionais que indicariam também mostraram resistência em apresentar nomes e contatos. Optou-se por entrevistar usuários de assistentes sociais não entrevistados.

5.2.1. Assistentes sociais na Defensoria:

Buscou-se compreender o tempo de trabalho na Defensoria e quais locais de trabalho esteve anteriormente. Duas profissionais passaram a atuar em Serviço Social somente a partir da Defensoria Pública. Todos os outros quatro tiveram diferentes inserções profissionais até chegar ao órgão. Aponta-se a reflexão de uma entrevistada que mostrou alguns aspectos de sua formação e como foi o impacto ao ingressar na Defensoria no que diz respeito ao contato com outros profissionais da mesma área:

AS2 - Minha posição crítica era muito comprometida.

Aqui eu encontrei profissionais muito qualificados, eu achei. A maioria tem mestrado, as discussões são de alto nível intelectual, eu tive que aprender, estou aprendendo o Serviço Social de uma forma que eu não tinha enxergado, eu começo a retomar a teoria do Serviço Social, é por isso que eu vejo que eu tinha um trabalho acrítico quando eu estava em RH, (...) eu acho que estou retomando isso agora.

No percurso da pesquisa essa entrevista marcou o que se pensava enquanto identidade profissional na Defensoria. Trata-se de uma profissional que trabalhou também, enquanto servidora pública e assistente social, na política pública de assistência social, tanto como técnica quanto como gestora, antes de ingressar na Defensoria. Isso marcou o início das reflexões a respeito da profissão nesse espaço institucional.

Buscou-se compreender como assistentes sociais percebem a demanda que chega até a Defensoria e se percebiam diferença em relação às experiências de trabalho anteriores.

Uma das entrevistadas aponta que as demandas que chegam até a Defensoria não são estritamente do direito e avalia qual o lugar do Serviço Social diante dessas demandas:

AS1 - Eu acho que as questões que chegam na Defensoria elas não são estritamente do direito apesar de ser uma instituição que trabalha nesse âmbito, então a ideia de ter outras profissões nela até mesmo para ter o olhar diferenciado, garantir esse atendimento de maneira integral, entendendo a totalidade do sujeito, então quando você tem alguém do Serviço Social a ideia é essa, a gente consegue dar um olhar para as expressões da questão social.

De outro lado uma das entrevistadas informa a contradição existente entre a expectativa de alguns defensores quanto ao trabalho a ser realizado. Observa-se que, diferentemente dos defensores entrevistados para a pesquisa, os defensores da unidade dessa entrevistada não constroem a demanda a ser atendida pelo CAM em conjunto com a equipe. As demandas são atribuídas, conforme entrevista a seguir:

AS6 - Se a demanda é semelhante no trabalho: isso fica um pouco confuso porque quando a gente entrou na defensoria, na defensoria eles deixam bem claro que a gente não pode substituir a rede só que os defensores públicos muitas vezes demandam uma atuação que você acaba fazendo um trabalho igual à assistente social da rede, então o que que a gente faz, a gente identifica a demanda, e faz a visita domiciliar, faz um relatório social, seja fazer um estudo social como nos outros trabalhos que eu tive, só que aí a gente não pode, isso que acho complicado, não poder acompanhar depois para não substituir a rede, essa é a confusão que eu vejo agora assim, trabalhando na Defensoria. Tanto que às vezes tem defensor público que pede para eu solicitar o relatório social da assistente social do CRAS, e eu fico assim, ah, mais, eu posso fazer né?

Um dos entrevistados reflete sobre a expectativa dos usuários quando chegam à Defensoria. Trata-se de diferente expectativa entre buscar um serviço da política da assistência social, ou da saúde, em relação a vir no órgão que se presta, em sua missão institucional, pela defesa de direitos:

AS5 - Tem especificidades sim, tendo em vista a judicialização da questão social, do ponto de vista cultural, a população interpreta a Defensoria como a justiça, e o diferencial é esse, quando você tem uma demanda de moradia, essa demanda na assistência tem uma forma e na defensoria outra, aqui é: eu quero uma moradia e quero que o juiz me dê uma moradia.

A população me parece, que tem esse imaginário que vai acessar diretamente o juiz. Quem dera fosse, né?

Acrescenta ainda esse entrevistado:

AS5 - A demanda que vem é muito revestida da judicialização da questão social e todo o aparato da justiça, no meu entender, tá voltado pra isso, pra judicializar mesmo. Pra questionar de inúmeras formas o que está sendo pedido para depois ter uma decisão não baseada na realidade do usuário, mas baseada na cultura jurídica, no costume jurídico.

Esse aspecto trazido nessa entrevista é fundamental, pois a judicialização das expressões da questão social deveria ser a demanda mais atendida pela Defensoria. No entanto, ainda se encontra em caminhos a atender timidamente situações que deem visibilidade aos aspectos da população que passa despercebida pelo sistema de justiça atual.

Nesse aspecto, uma das entrevistadas aponta, ainda em relação à demanda que chega:

AS2 - Aqui é a última esperança de cobrar do estado aquilo que ele não está fazendo, e às vezes as pessoas se decepcionam.

Uma das entrevistadas exemplifica como vêm traduzidas essas demandas para o atendimento:

AS3 - Os casos que mais têm demandas são da infância, vem com muito estigmas, carregados de preconceitos. Tem a questão do uso de drogas, a necessidade de acompanhar com o CAPS. Chegam uns casos com muito maior complexidade, que podem vir a ser judicializadas ou não.

Dessas demandas, uma das entrevistadas aponta, mesmo com a complexidade existente nas demandas, a potencialidade do trabalho na Defensoria:

AS4 - a experiência que eu tive me ajudou a contribuir com a formação do CAM (...) a atuação que a gente tem que aqui é muito mais completa do que atuar em uma política pública única.

Quando eu vim trabalhar na Defensoria eu trouxe essa experiência²⁹ para cá. (...) tem o trabalho com as políticas e com a ausência dessas políticas.

Outro aspecto que se buscou compreender foi se esses profissionais conseguiam perceber a possibilidade de materialização do projeto ético-político profissional no cotidiano de trabalho da Defensoria. Muitas questões surgiram nesse item.

Somente um profissional avalia que não é possível, dada a conjuntura institucional da Defensoria, e problematiza a questão para além do escopo do órgão. As demais profissionais apontaram que essa materialização passa pela discussão da autonomia relativa. E uma das profissionais aponta que essa questão é difícil porque muitas vezes o cotidiano subsume essa discussão e nem sequer é pensado no projeto, quanto menos na sua materialização.

Uma das entrevistadas aponta, a partir de seu cotidiano de trabalho, sobre a possibilidade de materialização do projeto ético-político:

AS1 - Sim, eu acho que não dá para gente trabalhar descolado daquilo que é o nosso projeto, eu acho que se a gente fizesse isso, poderia acabar com a vida do usuário que chega lá. Muitas vezes o que a gente vê no serviço que a gente acompanha, querendo desrespeitar a opinião do usuário, passando por cima, fazendo as escolhas do profissional, e não discutindo com a pessoa, como a gente atende muito (X)³⁰, são públicos que são vistos como pessoas que não teriam opinião, (...) a primeira responsabilidade nossa é ouvir o que o usuário quer e as decisões que ele tem para sua vida e isso tá ligado diretamente com nosso projeto e com nosso código de ética também.

²⁹ A assistente social entrevistada trabalhou na assistência social, na saúde e na educação.

³⁰ Aqui a assistente social se referiu ao público específico que atende. Considerando o direito de anonimato se tirou o público para que ela não seja identificada.

Outra entrevistada aponta também o que se percebe da atuação de assistentes sociais fora da instituição e como isso, no processo de percepção de seu contrário, faz com que aqui na Defensoria a materialização do projeto ético-político se imponha:

AS4 - A gente tenta, pelo menos, seguir nessa linha. Quando a gente atua dentro dos processos (...) os assistentes sociais da Defensoria tem conseguido se alinhar (...) A gente consegue às vezes fazer o inverso (...) Desde 2010 a gente vem percebendo essa não proximidade do Serviço Social com o projeto ético-político em algumas instituições e aí ela se revela para gente e a gente acaba se aproximando mais, por conta disso. Na perspectiva de materializar ao perceber o que não deve ser feito.

Uma das entrevistadas aponta a discussão do projeto ético-político para além de um projeto de profissão a ser utilizado somente no espaço do trabalho e o quanto isso também é um processo contraditório e também de difícil materialização:

AS3 - É muito difícil porque quando a gente sai daqui eu sempre fico me perguntando eu vou carregar ele comigo, eu não vou carregar ele comigo. Porque aqui, durante o trabalho, é muito difícil colocar ele enquanto assistente social, porque não bate muita coisa, e na vida particular tem essa dificuldade. O projeto ético-político é isso, é você estar ali em voga sempre. Em todos os espaços. (...) eu acredito que cotidianamente no trabalho ele tem que estar presente com o profissional, (...) só que a gente é puxado por essa robotização do trabalho, essa automatização do trabalho, e às vezes a gente não percebe e sai patinando.

Essa dificuldade de materialização foi apontada também por outra entrevistada do seguinte modo:

AS2 - Aqui no dia a dia a gente não para pra pensar o que é o nosso projeto ético político. E aí é difícil responder se a gente consegue materializar. Parece que o Serviço Social fica o tempo todo tentando uma autoafirmação. Tem a ver com delimitar os nossos papéis em relação aquilo que a gente faz. Ele se constrói dentro de cada lugar e ele vai se moldando de acordo com os desafios que ele recebe. E a Defensoria é um desafio novo do que já foi proposto até hoje. Nossa essa é uma pergunta que todo mundo deve gaguejar.

Nessa entrevista anterior se percebe que a reflexão sobre o projeto ético-político muitas vezes é difícil. E conseguir compreender se ele se materializa ou não é um movimento não realizado em todos os locais e tampouco de forma contínua.

Uma das entrevistadas aponta o que se pode perceber como expressão da autonomia relativa dos profissionais na Defensoria e porque avalia que o projeto profissional pode ser materializado, mas somente em partes:

AS6 - Atualmente eu vejo que assim, ele está muito relativo, por exemplo a questão do sigilo, que é primordial para o nosso atendimento, nós não temos, pela questão do ambiente que a gente trabalha, são baias e que não é até o teto, porque é um galpão o local da nossa unidade, e essas baias assim, tudo que a gente conversa ali, tudo que a gente, o cidadão conta para a gente, fica exposto, tanto que às vezes tem outros servidores ou estagiários que vem depois nos perguntar, nossa e aquele caso? Nossa que caso né?! Então assim

já é uma violação aí, a questão do sigilo, e a questão da autonomia também, fica um pouco prejudicada, né. Eu posso falar isso com todas as palavras, porque tudo que a gente faz a gente tem que perguntar para o coordenador do CAM, como se fosse pedindo uma autorização, porque eles deixam bem claro que a gente só tem que atuar quando eles nos demandam, então assim a autonomia fica muito limitada, e quando a gente toma a iniciativa de alguma coisa, (...) já aconteceu de ser chamada a atenção, (...) deixando bem claro que a gente tá li para quando eles acionam o nosso trabalho.

Já em relação aos outros itens de nosso projeto ético-político a gente consegue essa questão de um atendimento de qualidade mais ampliada, um olhar mais especial para aquela demanda que chega, a questão da articulação com as políticas públicas, (...) identificar o que falta de política pública, os serviços que poderiam ser implantados no município, aí a gente dá a devolutiva para o defensor, então nas outras questões sim, só fica prejudicada a questão da autonomia e do sigilo.

Não é para ter iniciativa diante da conjuntura institucional da Defensoria, que retirou a assessoria da Defensoria Pública-Geral que era vinculada à equipe de assistentes sociais e psicólogos, bem como a imposição de demandas, como a mediação, sem o devido debate e construção de possibilidades, entre outros aspectos, como o referido na entrevista anterior em que há posições no interior da Defensoria em que o trabalho de assistentes sociais e psicólogos deve ser subordinado ao pedido de atuação do defensor. Tampouco a articulação com a rede pode perceber demandas importantes se o defensor não tiver solicitado. Não são posições unânimes, há diferenças nas unidades. No entanto, o Conselho Superior que legisla sobre a instituição no presente momento, tem essa posição e propôs o fim da Assessoria Técnica Psicossocial.

A partir dessa atual conjuntura o entrevistado a seguir avalia que não é possível a materialização do projeto profissional na Defensoria:

AS5 - Então aí mostra que a classe dos defensores não quer desenvolver a concepção de defensoria diferente ou até contrária a concepção de sistema de justiça que temos até então. A defensoria de São Paulo, diferente de quase todas as outras tem esse histórico de se constituir com esse objetivo de ser uma instituição diferente, de ser uma instituição que ia fazer um tensionamento com o estado burguês, com a justiça burguesa, com o passar do tempo, quando a gente passa a ser veterano e construiu nossa autonomia profissional em cima disso, para trabalhar para a classe trabalhadora e isso significa em algumas vezes, ou questionar algumas posições institucionais, isso começou a ser desconstruído, então, em uma análise conjunta, nós assistentes sociais somos trabalhadoras e trabalhadores, como psicólogas e psicólogos, e os oficiais e nos percebemos em luta de classe interna, que a partir desse período, percebemos dos defensores de não construir uma instituição diferente, então, com possibilidade do projeto ético-político, seria que os assistentes sociais tivesse um âmbito garantidor de acesso à justiça e também um observador das políticas sociais, isso não tem acontecido.

Esse entrevistado aponta ainda:

AS5 - Mas no momento não vejo condições de materialização do projeto ético-político, a gente pode ver alguma materialização ali no atendimento individual, mas aí seria um processo de endogenia do Serviço Social, então isso eu guardo para a minha particularidade profissional, então não vou usar, e acho que as profissionais não devem fazer isso como modelo de materialização, até porque o usuário consegue se emancipar relativamente a partir de um atendimento que eu faço, mas isso não significa que estejamos falando de um projeto coletivo.

Nessa questão observam-se diferentes posições. A materialização do projeto ético-político é relativa porque estamos ainda em uma sociedade de classes, em uma instituição hierárquica, subordinados em um órgão que tem função auxiliar. Entretanto, se pondera que acontece o compromisso profissional com o usuário que chega até o atendimento. Busca-se atender as pessoas respeitando sua liberdade e esse é um valor ético central, embora seja a particularidade do profissional e não talvez um projeto coletivo, conforme apontou o entrevistado AS5. Ainda assim é um valor importante que identifica o trabalho profissional na Defensoria. Atém-se à essa questão em relação ao apontado pelas entrevistadas AS1 e AS4 que informam o desrespeito ao valor de liberdade dos usuários a partir de contato com outros assistentes sociais fora da instituição.

A partir desse debate da materialização do projeto ético-político, solicitou-se a possibilidade de compartilhar experiências a respeito.

A entrevistada a seguir compartilhou uma experiência que respeita a liberdade de decisão do sujeito, mas que não se trata de uma atuação sem contradições e desafios:

AS1 - Eu acho que tem um caso nosso que estamos acompanhando ainda que na verdade ele está nos trazendo algumas inseguranças porque basicamente tem essa questão de respeitar a decisão do outro. É uma usuária que está institucionalizada, vista pela família como uma medida de proteção, para ela é uma violência porque ela não escolheu estar lá, mas ela está, e tem seus momentos de pequenas resistências, então quando ele chega ela para de comer até se acostumar ao local, e eu estava pensando constantemente o quanto nossa atuação no caso dá para ela um olhar de esperança de que ela vai sair de lá, só que a saída de lá ela precisa estar acompanhada de algum serviço, algum profissional porque ela tem algumas dependências, então quando nós profissionais decidimos respeitar a vontade dela, ela quer sair de lá, vamos tirar ela de lá, mas tirando ela de lá como vai ser? E se acontecer alguma coisa com ela, é nossa responsabilidade? Então essas incertezas, essas inseguranças um pouco com aquilo que pode vir, é um baita de um desafio para gente, a gente tá respeitando a decisão do sujeito, mas até que ponto a gente também vai estar respaldado depois se acontecer alguma coisa com ela? Ainda é uma situação que a gente tem algumas incertezas em judicializar a questão por conta do olhar protetivo que esse público recebe também, provavelmente a gente não teria muito êxito se judicializar a demanda, então está tentando de uma forma mais amigável de resolver com a família e a instituição.

Ao pensar de modo mais ampliado a questão trazida pela entrevistada, observa-se que a ausência de políticas que possam evitar a institucionalização das pessoas e construir outra cultura de cuidado em termos da demanda de saúde mental, a leva a pensar que respeitar a liberdade do sujeito pode ser ao mesmo tempo uma situação de violação ao próprio sujeito. A falta de políticas à população coloca profissionais em situações de contradições ao construir possibilidades diante das demandas que atendem no cotidiano.

Nessa mesma discussão outra entrevistada aponta os desafios dessa materialização nas situações de infância e juventude que chegam à Defensoria, na unidade em que ela trabalha:

AS4 - principalmente nos casos da infância que a gente atua aqui na unidade, você vê profissionais violando direitos e você tentando integrar esse usuário, ao mesmo tempo sem saber como você profissional vai enfrentar isso, se vai pela linha da denúncia se vai pela linha do diálogo com o profissional, da troca (...) E aí a gente percebe talvez pelo lugar que a gente ocupa na defesa é que muitas vezes a população é culpabilizada pelo que acontece e pelo próprio assistente social em todos os espaços que ele vai. Ele presencia assistente social determinando uma laqueadura para uma mulher que teve vários filhos, determinando de que forma ela vai conduzir aquela família, de que forma ela vai cuidar dos filhos, exigindo algumas questões daquela família como a reforma da casa para o desacolhimento dos filhos, e aí a gente percebe o que não fazer, e como que a gente rebate isso, isso tem se revelado na articulação de rede, na produção de documentos, e aí acho que a gente tem ficado mais próximo e a gente tem percebido isso, através de experiências que têm revelado muito isso.

Observa-se na entrevista acima uma das faces da judicialização da vida que se apresenta no cotidiano de todos os assistentes sociais: a culpabilização, criminalização dos sujeitos pelo que lhes ocorre. O lugar que assistentes sociais ocupam nessa responsabilização tem definido a identidade profissional em diferentes espaços institucionais. A entrevistada evidenciou que, em seu trabalho cotidiano, no que diz respeito à demanda de infância e juventude, principalmente o acolhimento institucional, assistentes sociais da rede muitas vezes estão do lado dos culpabilizadores. Isso traduz para a equipe da Defensoria um desafio de mostrar que não é pela via do reforço da barbárie social (FÁVERO, 2014) que temos potências de trabalho, que coloca o sujeito como construtor da própria história.

Outra entrevistada apontou a interdisciplinaridade que estava posta na questão de saúde mental e que sua atuação, na perspectiva de materialização do projeto profissional, fez diferença no atendimento dessa pessoa que reiteradas vezes retornava à Defensoria sem ser devidamente atendida:

AS6 - teve uma experiência, uma idosa, que ela procurava constantemente a Defensoria, e por ela ser confusa na fala dela, os estagiários que ficavam lá na frente não conseguiam identificar a demanda e dispensavam, até que um dia me chamaram para fazer o atendimento, olha ela está vindo aqui, a gente não consegue entender, era uma senhora aparentemente bem idosa. Aí eu fiz o acolhimento, sem passar pela avaliação financeira, sem apresentar a documentação, a gente acolheu ela na sala do CAM, e aí eu escutei a história dela, de fato muito confusa, a idosa além da questão da demência da idade, ela tinha uma questão de saúde, algum tipo de transtorno mental mesmo. Só que aí a gente conseguiu fazer esse trabalho junto com ela e identificar a família que não estava no município e que morava em São Paulo, acionamos essa família, articulamos com o CREAS, o CREAS foi com a gente fazer visita na casa da idosa, conversamos com o CREAS e com a família, e junto do Defensor a gente conseguiu viabilizar a interdição dela, e a questão com a defesa civil, que a casa onde ela morava, tava assim bem precária, então esse foi o trabalho que eu achei que foi uma atuação do Serviço Social, articulando as políticas públicas e inclusive, com o defensor público.

Diante desse contexto se observou que os profissionais, mesmo com diferentes posições, atuam na perspectiva de direitos, tendo a liberdade como valor ético central. Houve uma busca para compreender se mesmo diante de tantos desafios esses profissionais percebiam um projeto coletivo de profissão na Defensoria. Assim como a questão da materialização do projeto ético-político, as posições foram diferentes.

Uma das entrevistadas apontou que há diferenças na forma de alguns encaminhamentos coletivos. No entanto, há concordância na substância daquilo que é discutido:

AS1 - Eu acho que sim, eu creio que pelo menos os profissionais que eu tenho entrado em contato e conversado, acho que a gente tem muitas vezes nossas diferenças daquilo que a gente acredita do modo como tem, alguma diferença em pensar, no modo como tem que ser tocado as coisas, mas a gente pensa minimamente em se unir, fazer um projeto mais coletivo da atuação nossa dentro da Defensoria.

Uma das entrevistadas avalia que o projeto profissional é bem coletivo porque tem a mesma direção social:

AS3 - eu acho que é bem coletivo, são profissionais que tentam colocar como valor central a liberdade das pessoas.

Uma das colocações foi que teve um momento em que esse projeto coletivo existiu e agora não há mais porque as pessoas têm tido dificuldades de encontrar espaços em que possam estar juntas, discutir e ampliar os debates:

AS4 - acho que a gente teve um projeto coletivo quando a gente entrou, essa troca de experiências, cada profissional vindo de uma área, a gente construindo a atuação, a gente tinha um contato muito próximo, não só de amizades, mas de trocas profissionais. Hoje a gente já fica muito afastado, a gente já não tem muito contato como a gente tinha antes, cada vez mais isolados os profissionais, tem essa dificuldade de trocar, muitas vezes a gente está fazendo atividades, com experiências muito próximas e muito parecidas, mas que a gente só descobre muito futuramente por outras via ou, em alguma

palestra ou seminário. Aquele modelo que a gente tinha a gente conseguiu manter pelo menos quatro anos, (...) mas o que tinha do grupo inicial ele se perdeu, a gente tinha uma atuação muito forte nesses quatro anos com um grupo muito menor, então tinha um grupo mais afinado, mais forte, (...) e quando o grupo foi ampliado a gente foi perdendo isso. Hoje até agora não conseguimos definir estratégia sobre a violação das 30 horas, então é um grupo muito maior, com profissionais muito cheio de gás, excelentes que estão compondo com a gente mas a gente não consegue. Eu percebo que a gente não tem uma identidade do assistente social na Defensoria, até teve alguma coisa lá atrás, mas hoje eu percebo que não tem mais, (...) não é como eu percebia antes.

Três dos profissionais avaliam que não há projeto coletivo de profissão na Defensoria por motivos diferentes. Um deles avalia que o isolamento entre os profissionais faz com que esse projeto coletivo não se consolide:

AS6 - Não, não tem. O máximo que eu posso falar que teve é assim, quando eu entrei em 2014, eu tinha contato com algumas meninas do interior que eu já conhecia, e aí uma fez um projeto, aí passou para as outras, mas isso se perdeu. Não tem nada assim, que a gente se converse.

Um ponto colocado pela entrevistada a seguir diz respeito à forma como cada qual profissional se coloca na construção de lutas coletivas e debates da profissão. Isso demonstraria que não estão todos na mesma direção. São incisivos ao dizer que não existem talvez forças contrárias no interior do debate profissional, mas também não há um amplo coletivo que queira se apropriar dos debates e lutas mais amplas:

AS2 - eu não sei se tem um projeto coletivo de profissão porque tem profissionais de vários graus de compreensão do Serviço Social, eu acho que tem vários graus de evolução, porque vieram de locais e de formas diferentes de trabalho, eu que o Serviço Social, existem os grupos, é o grupo que normalmente mobiliza, que vai em busca de alguma questão, e esse grupo é o grupo x, limitado, não é a maioria, e tem os que, eu não sei se é por desinteresse, ou se está numa evolução x, despolitizada, diferente.

Eu vejo alguns profissionais aqui muito mais avançados do que é o Serviço Social, com um envolvimento político maior do que outros. Eu vejo vocês como profissionais muito mais politizados, e alguns que chegaram, eu vejo a disposição que muitos têm que eu não me coloco nessa disposição. E aí eu acho que a gente não tá todo mundo na mesma toada, não que eu tenha interesses contrários, mas talvez eu não me mobilize tanto quanto.

(...) eu não posso dizer que existem forças contrárias, mas não está todo mundo no mesmo ritmo e no mesmo interesse, e aí eu acho que é por conta da maturidade em tempo de carreira.

O outro entrevistado aponta a questão além do escopo da Defensoria, avalia o projeto profissional na esfera da luta política mais ampla.

AS5 - Não. Eu acredito assim, que essa conjuntura está mostrando que a tese do projeto hegemônico, que o projeto ético-político hegemônico está sendo questionado, não existe mais projeto ético-político hegemônico. Está se revelando agora um conjunto que, a partir das polarizações políticas, está mostrando que determinados seguimentos/ ou correntes da profissão se entendiam proprietários do projeto, por várias razões, sujeitos que

participaram da construção do projeto até por extensão de vinculação com a política partidária, isso é muito ruim. Aquilo que se tenta reproduzir no discurso ainda é discurso, porque está sendo capturado por várias tendências,

No primeiro momento houve uma convergência muito importante da categoria, até com a categoria de psicólogas e psicólogos, em torno de uma atuação, que pudesse ser autônoma, que pudesse ter uma liberdade política, com tranquilidade., porque só assim a gente conseguiria alcançar algumas coisas.

Agora eu penso que uma coisa que poderia ter colaborado, a ausência de um sindicato, de uma entidade de classe. Então, na ausência de uma entidade de classe, quando começaram a aparecer algumas questões, as divergências começaram a se sobrepôr a essa convergência mínima organizada.

Não tem uma sustentação coletiva que dê suporte, para que as pessoas continuem na luta.³¹

Nem espaço de discussão coletiva está tendo, os que tinham eram pouco aproveitados.

Esse profissional traz um debate ampliado no conjunto da própria categoria de assistentes sociais brasileiros, mesmo que muito deva ser discutido a respeito do que possa ser debatido no aspecto de projeto profissional hegemônico. O que é necessário é coletivizar esse debate e compreender de que modo isso se manifesta nas diferentes atuações profissionais. O debate dessa pesquisa não trata disso, mas o tema da identidade aponta aspectos importantes a respeito, já apontados no segundo capítulo.

Para melhor compreensão desse trabalho, como ele se dá, para afastar a hipótese de possível endogenia ou atuação isolada nessa identidade profissional, a pesquisa procurou compreender se havia trabalho em equipe e como se dá esse trabalho:

Uma das entrevistadas aponta a dificuldade de estabelecer um trabalho contínuo na perspectiva entre disciplinas, pois constantemente troca a coordenação do local onde atua:

AS1 - Acho que a gente tem um probleminha lá onde a gente tá porque, constantemente se muda de coordenação por conta do mandato, então sempre que alguém entra é uma tentativa de conhecer o que é o CAM porque muitas vezes na unidade a relação pode não ter sido tão próxima então eles se vêm com um grande desafio de estar com o CAM daquele setor na sala do lado, então mais ou menos a disposição do que a gente parece, então vai todo um trabalho para a gente conseguir construir o que vai ser o trabalho do CAM com ele, conhecer nossos limites, aquilo que não é nossas atribuições, e aí quando a gente consegue sentar e conversar aí já começa ficar apreensivo porque vai mudar a coordenação, se renovar sim, teremos mais quatro anos, se muda aí a gente volta todo aquele trabalho de novo, então a gente teve um

³¹ O que está nesse debate colocado pelo entrevistado se refere ao assédio moral na instituição. De diferentes modos e em diferentes unidades da Defensoria, o assédio tem sido um elemento para que as pessoas não façam adesões massivas às lutas necessárias na instituição. Sobre o assédio moral foi elaborado um estudo institucional com a associação dos servidores, a corregedoria e a ouvidoria. Esse material pode ser consultado na página da Defensoria:

período com um psicólogo lá e foi bem bacana, foi conseguindo construir mais fácil. Já foi mais fácil, já foi mais difícil, a gente vai oscilando.

Outra profissional aponta que não é em todas as frentes que se consegue um trabalho realmente interdisciplinar pelas diferentes atuações que existem e a demanda ser muito volumosa. Em relação aos defensores, a atuação conjunta é mais facilitada em atividades de educação em direito:

AS4 - Aqui na unidade somos uma dupla, eu e a psicóloga, então a gente tem uma afinidade muito grande, também somos desse primeiro grupo, mas a gente não consegue ter uma atuação conjunta, é quase uma troca de olhares, e saber que a gente está alinhada. Na regional que o grupo é maior, (...) a gente tem um coletivo muito próximo, muito afinado, a gente tem uma relação muito boa de amizade com os oficiais, com os estagiários, consegue propor alguma semana jurídica, alguns eventos, algumas atividades externas, mas ainda assim a gente percebe que se perdeu, a gente fazia muito mais antes do que agora, (...) a gente tem muito volume de trabalho, é só uma dupla, e acaba que a gente não consegue mesmo atuar de forma mais próxima.

Uma das profissionais, de forma sucinta, expôs o que está posto na discussão de trabalho em equipe:

AS3 - Depende das unidades, concepção de mundo e quantidade de trabalho.

Observa-se que, de modo geral, o trabalho interno no CAM entre assistentes sociais e psicólogos ocorre em quase todos os lugares, mas o mesmo não se dá em relação a defensores, por exemplo, assim como em alguns espaços a dupla psicologia e serviço social não foi uma fórmula automática de trabalho que imediatamente foi tranquila.

AS6 - Com a psicóloga sim, no começo não, mas foi construído isso e hoje a gente consegue. Mesmo que seja dessa forma às vezes meio burocrática, os defensores encaminham o procedimento já com uma folha no final dizendo o que eu tenho que fazer, mesmo assim a gente os procura e faz a discussão do caso, (...) tem funcionado muito bem isso.

No decorrer das entrevistas foram observados relatos de muitas contradições vividas no cotidiano de trabalho de assistentes sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Contradições essas expressas de diferentes formas. Um dos aspectos vivenciados particularmente por assistentes sociais está diretamente conectado com o contato com as produções técnicas do Serviço Social de outras áreas, bem como através das articulações com a rede, conforme informa a entrevista a seguir:

AS1 - Acho que sim, que em todos os nossos dias acaba aparecendo essas contradições, naquele caso que eu falei ou até mesmo no contato com profissionais de outra instituição, a gente acaba tendo mais problema, mais dificuldade, de lidar com o Serviço Social de outro lugar, onde se verifica muito ainda do conservadorismo, às vezes eu penso, meu Deus essa pessoa é amiga da Mary Richmond, não é possível. Quando é a gente de dentro da Defensoria é mais fácil porque parece que a gente tem o mesmo norte.

Ressalta-se a relação com o direito na Defensoria que passa por uma outra forma da conhecida pelo Judiciário, que muitas vezes se traduz somente na relação através de despachos processuais. Na Defensoria a relação até contém amizade com defensores, em algumas situações. No entanto, são poucas pessoas que têm essa experiência em que a hierarquia não perpassa a relação profissional estabelecida, assim expressa na entrevista abaixo:

AS4 - o direito aqui dentro da Defensoria é um saber supremo, então ele não troca com a gente, ele vem para determinar,(...) aquilo que ele não acha que é muito dele, aí ele repassa, ele não troca, ele não compartilha, ele não consegue dar conta ele repassa, (...) Por exemplo uma coisa que é muito forte na Defensoria (...) é que aqui é a defesa, só que eu sou assistente social, mesmo nesse lugar de defesa, então eu tenho autonomia na minha produção, no meu atendimento, na forma como encaminho aquele caso, e aí muitas vezes, por ser defesa, o defensor quer que você se alinhe com ele, (...) esse é um enfrentamento do cotidiano. (...) quando ele não está alinhado com essa posição do direito, esse enfrentamento vem. Quanto mais visibilidade a gente dá ao nosso trabalho mais enfrentamento a gente tem. (...) a gente tem muito enfrentamento, estamos construindo uma história.

Na entrevista anterior se observa a contradição do trabalho que é realizado em relação ao lugar que o saber do Serviço Social ocupa no órgão de função auxiliar. Trata-se de um saber que subsidia o saber do outro ou que deve se submeter, ser subserviente? Esse enfrentamento cotidiano ocorre na Defensoria em todas as unidades porque, em cada uma delas, tem muitos defensores e poucos entre eles têm a concepção de que o nosso saber é construído a partir de preceitos éticos e não segue uma lógica formal de defesa a qualquer preço. Essa é a missão institucional da Defensoria, mas os saberes das áreas de serviço social e psicologia não estão subordinados ao saber do direito, têm autonomia técnica e é preciso marcar essa posição, tornando o espaço de trabalho também um espaço de enfrentamento diário.

Esses enfrentamentos também se dão nas atribuições dadas aos profissionais que compõem o Centro de Atendimento Multidisciplinar – CAM. Um dos aspectos brevemente abordados por outro profissional é aqui retomado por outra entrevistada:

AS6 - eu percebo contradições principalmente nos atendimentos que a gente faz de conciliação³², mediação, porque isso já é uma contradição interna do Serviço Social, é posto pra gente que temos que ser neutras, imparciais, isso é uma orientação até dos defensores, eles até orientam que a gente não pode demorar muito com o atendimento, só que é contraditório porque a gente tá

³² Nota técnica preliminar do CRESS/SP sobre o tema. Disponível em <http://cress-sp.org.br/nota-tecnica-posicao-preliminar-sobre-servico-social-e-mediacao-de-conflitos/>. Acesso em: 01/05/2017. Sobre o assunto também é importante ler o parecer jurídico do Conselho Federal de Serviço Social nº 24/2016 que recomenda a não expedição de qualquer regulamentação a respeito.

ali, para prestar um atendimento especializado, uma demanda que a gente considera que é mais sensível, (...) para a gente não faz sentido chamar de sessão de mediação e conciliação, a gente chama mesmo de atendimento, a gente fala é composição de conflitos, porque muitas vezes não é naquele atendimento que marcou conciliação-mediação que se resolve.

Não obstante a ingerência de alguns defensores sobre a atribuição de assistentes sociais e psicólogos, também foi apresentada a contradição interna da instituição quando essa cria um fluxo visando ampliar direitos da população e unilateralmente defensores de uma determinada unidade decidem não seguir o que foi regulamentado pela própria instituição, conforme trecho da entrevista a seguir. Isso contextualiza o que vem a ser a denominação de membros para defensores e servidores para todo o grupo restante de trabalhadores na Defensoria:

AS6 - Na instituição eu vejo a contradição no atendimento à mulher vítima de violência, é uma questão que me incomoda muito, porque tem alguns documentos na Defensoria que fala que o defensor pode fazer a medida protetiva³³, e isso eles não fazem. A gente questionou isso e foi dito que se comesçassem a fazer aqui ia vir todo mundo cá, então eu acho muito contraditório isso.

Também foram apontados aspectos de discriminação quanto ao atendimento prestado pelos defensores e estagiários.

AS6 - Ah também do atendimento à pessoa em situação de rua, (...) eu vejo assim chegou um morador de rua na porta da Defensoria, o oficial, o estagiário já fala, (X) tem um morador de rua para atender, aí eu pergunto o que ele quer, ah não sei, chegou tá ali na frente, mas você não conversou com ele, não, você não pergunta o nome dele, vê para mim qual é a demanda, aí eu vejo se eu preciso atender ou não, aí a pessoa volta, ah não já vi, ele queria resolver a questão de documentos dele, já resolvi, (...) eu vejo muito isso, eles têm um atendimento muito discriminatório às vezes.

Aspectos como assédio moral e o não cumprimento das 30 horas para assistentes sociais também foram mencionados em outros trechos das entrevistas realizadas.

As contradições perpassam todas as esferas de trabalho e de relações sociais estabelecidas na Defensoria Pública.

Entre tantas situações nas quais esse trabalho é construído, buscou-se entender se os profissionais conseguiam mensurar qual seria a contribuição do Serviço Social na Defensoria.

Um dos entrevistados fez a seguinte avaliação:

AS5 - a partir do que eu entendo de concepção de profissão, a Defensoria poderia se aprimorar muito no que se refere ao trato das políticas públicas, porque assim, a Defensoria tem a concepção do extrajudicial, só que essa concepção seria resolver a demanda sem entrar com processo, isso é ótimo,

³³ Deliberação do Conselho Superior nº 89 que define os critérios de atendimento na Defensoria.

maravilhoso, agora o como fazer, está tudo errado em minha opinião, primeiro porque ela entende o extrajudicial sentado na mesa esperando a demanda chegar, se o ministério público não vai para a rua, se os juízes não vão pra rua, os defensores também não vão, ou seja, raros aqueles, pioneiros, que criaram a Defensoria, fizeram alguns movimentos lá no comecinho em 2006 e tal, ainda muito na efervescência do movimento de criação da Defensoria. Foi muito importante, muito rico, histórico no Brasil, mas isso se perdeu, então o encastelamento está tomando conta da classe dos defensores, então essa concepção do extrajudicial da porta para dentro é o primeiro entrave, em minha opinião o Serviço Social poderia, se tivesse autonomia necessária e tivesse o respaldo, se tivesse de fato abertura pra isso poderia contribuir nesse aspecto. Mostrar para os defensores que as políticas públicas são construídas no cotidiano das pessoas e não aqui na Defensoria.

Então o Serviço Social poderia contribuir na discussão da judicialização das políticas, começa por aí.

Uma avaliação interessante trazida por outra entrevistada diz respeito a não perder o que identifica a profissão, dos profissionais não serem subsumidos a uma ótica do direito:

AS6 - Eu fiquei bem interessada quando você perguntou para quem queria ajudar aí nas entrevistas, porque na saúde eu passei muito sofrimento com isso, porque os profissionais, principalmente na saúde mental, se perderam, eu faço muito essa discussão com a (X)³⁴, quando a gente vai escrever, eu falo (X) seu relatório está com muito termo jurídico, a gente não pode perder a nossa identidade, ah, mas é que eles usam assim, só que a gente não escreve assim, e na saúde eu via muito isso,

Se a gente fica muito na questão da atuação jurídica, daqui a pouco a gente está dando orientação jurídica, e eu acho isso muito delicado, até no atendimento quando a pessoa começa a me perguntar eu falo que eu não sei e que não tenho o conhecimento a respeito, mesmo que eu saiba a resposta, se eu começo a fazer o trabalho do outro eu não sou mais assistente social, eu sou uma estagiária de direito, (...) eles ficam tentando empurrar para gente para facilitar para eles, tem que ser firme ali, se não, com o tempo a gente vai se perder.

Essas foram as questões trazidas nas entrevistas com assistentes sociais. Dois deles têm sete anos de trabalho na instituição e quatro têm três anos. Entretanto, é bem interessante compreender a forma como percebem o Serviço Social na Defensoria, como a demanda chega, como avaliam o trabalho em equipe e as contradições que permeiam esse cotidiano. A partir dessa compreensão de como os profissionais tratam essas questões, torna-se ainda mais instigante perceber a profissão do lado de fora, a partir de usuários, defensores e psicólogos. Passamos a segunda parte da etapa das entrevistas.

5.2.2. O ponto de vista do lado de fora

³⁴ Nome do profissional de psicologia que atua na unidade.

5.2.2.1. Experiências com profissionais do Serviço Social, comparação Defensoria e outros locais de atuação:

Uma das questões para os profissionais da Psicologia foi compreender se havia qualquer diferença na experiência com profissionais do Serviço Social nos outros órgãos e na Defensoria.

Uma das profissionais trabalhou somente na área clínica, em psicoterapia, e não teve um contato prévio com assistentes sociais. Outro profissional não ressaltou aspectos relacionados ao Serviço Social, mas sobre a perspectiva interdisciplinar, evidenciando que a área da saúde preserva essa perspectiva de melhor forma que outras áreas como o sociojurídico.

P3 - Dependia do lugar. A questão interdisciplinar flui melhor na saúde. Há diferença entre trabalho na rede e na Defensoria. Na saúde todos trabalhavam juntos, enfermeira, a moça da recepção, aqui a gente nem tem reunião, marca a reunião a pessoa não vem.

A outra profissional entrevistada informou que percebeu diferença de posicionamento no trabalho em relação aos trabalhos anteriores e o trabalho na Defensoria:

P1 - Eu percebo que alguns colegas não têm uma atuação e uma perspectiva de trabalho, tendo em vista a defesa de direitos humanos, isso não era exclusivo de assistentes sociais, esses locais também tinham psicólogos que não tinham uma atuação alinhada com a defesa de direitos humanos e na defesa do direito como um todo. (...) aqui na Defensoria Pública todas e todos assistentes sociais com quem eu trabalhei mais diretamente têm uma postura profissional mais alinhada com a defesa de direitos. Aqui são pioneiros nesse olhar voltado para a perspectiva de direitos, uma atuação pela garantia de acesso a direito. Acho que é uma característica marcante, tem essa diferença.

5.2.2.2. O que identifica os profissionais de Serviço Social na Defensoria.

Nas unidades da Defensoria onde há atendimento cotidiano da demanda da população estão os Centros de Atendimento Multidisciplinar que, segundo a deliberação interna, tem a função de órgão auxiliar aos defensores públicos. Esse órgão é formado por assistentes sociais, psicólogos e defensores. Não se trata de relação horizontal, pois é estipulado em lei que a coordenação desse Centro deve ser exercida somente por defensor. Essa contextualização é importante para compreender porque também no

cotidiano nem sempre a atuação é conjunta, ficando mais próximos somente assistentes sociais e psicólogos.

Buscou-se compreender na relação estabelecida na Defensoria, seja na composição desse CAM ou do trabalho realizado no cotidiano, se é possível destacar o que vem a ser o trabalho do assistente social no cotidiano. Essa questão perpassou tanto defensores quanto psicólogos, usuários e os próprios assistentes sociais.

Com o grupo da psicologia entrevistado observou-se que para todos é claro o lugar que o Serviço social ocupa quando se trata de posicionamento, mais do que diz respeito à divisão de atribuições ou atividades porque tanto o Serviço Social quanto a Psicologia estão inseridos no Centro de Atendimento Multidisciplinar que é regido sob a deliberação 187/2010³⁵, a qual fixa princípios e atribuições, quase todos iguais para ambas as áreas, excetuando-se relatórios, estudos e pareceres das respectivas áreas.

Para os psicólogos entrevistados uma característica marcante entre assistentes sociais é a defesa de direitos. No entanto, na Defensoria, hoje isso não é exclusivo da categoria profissional, conforme entrevista a seguir:

P1 - Acho que uma característica marcante, (...) é que todos os colegas, com que eu trabalhei mais de perto, tem essa atuação na defesa de direitos, pela não discriminação, não criminalização da pobreza. Eu não sei se daria para reconhecer só pelo posicionamento e pela postura porque a atuação do trabalho do assistente social e psicólogo da Defensoria é muito junta, (...) os assistentes sociais e psicólogos na Defensoria tem uma atuação muito parecida. Tem um pouco a ver com a ideia de construir a interdisciplinaridade. (...) a única atribuição que diferencia mais é quando a gente faz o parecer técnico, cada um acaba dando o embasamento teórico da sua área de conhecimento.

Outra entrevistada da psicologia informa que a forma de trabalho entre profissionais pode até ser diferente, mas a perspectiva crítica é comum a todos:

P2 - eu trabalho diretamente com (X)³⁶ assistentes sociais, então eu acredito que tem formas próprias de atendimento técnico, de como acompanham os casos, existe essa diferenciação, tem a perspectiva crítica em comum, mas as formas de trabalho são diferentes.

Um dos entrevistados acredita que a forma de trabalho de cada lugar modifica a forma como o profissional vai atuar. Acredita que o profissional de um lugar e que for

³⁵ As deliberações são regulamentações internas da Defensoria que disciplinam fluxos, atribuições entre outros procedimentos internos existentes no órgão. A Deliberação 187/2010 foi inicialmente construída com a equipe do CAM, mas recentemente, em 2017, foi modificada unilateralmente por defensores, ignorando todo o movimento que se fez para que isso não ocorresse, tanto com posicionamento de profissionais da Defensoria quanto acadêmicos e conselhos de classe.

³⁶ Alteração da informação para preservação de anonimato ao entrevistado.

para outro irá atuar na mesma perspectiva que o anterior, informa sua opinião sem ter muita certeza a respeito:

P3 - as realidades são diferentes em cada unidade. A gente trabalha com família e cível. A (X) que trabalha no Tatuapé trabalha sozinha, lá tem infância. As unidades A e B³⁷ são polos, polos têm conciliação. Então se tirar a (X) de lá e vir para cá, não sei se vai ser igual. Se mudasse o trabalho acaba sendo parecido, mas por conta da unidade.

Para os defensores essa questão surgiu de diferentes modos. Uma das defensoras atua somente com assistente social e não consegue mensurar como seria com uma dupla. Acredita que a profissional que está em sua unidade é muito competente e acabam por não sentir muito a ausência do profissional da psicologia. Mas não conseguiu mensurar o que seria só o trabalho do Serviço Social, pois não tem outra disciplina para compreender melhor uma possível diferença na atuação.

Para o outro defensor não mensurou o que é o trabalho do assistente social em si. Avalia que há a potência interdisciplinar no trabalho que deveria ser investida, que cada disciplina conseguisse ser ampliada nessa perspectiva. Trabalha com profissionais de cada área, psicologia e serviço social, entende que as particularidades profissionais estão presentes, mas que se integram na ideia da interdisciplinaridade:

D3 - Sim eu acho que tem diferenças. Lá tem bem consolidada a ideia do agente interdisciplinar. Tanto faz um atender ou o outro. Mas isso não quer dizer que o atendimento é o mesmo, mas tem a peculiaridade que são duas profissionais de perfis bem diferentes, tanto a psicóloga tem peculiaridades próprias, como tem as peculiaridades próprias da profissão, e a assistente social também, tem formas de lidar diferentes até com a própria Defensoria. São atendimentos completamente diferentes, mas que se integram nessa ideia de agente interdisciplinar.

A outra entrevistada buscou exemplificar o que é demandado ao Serviço Social na unidade:

D1 - Outro caso que é muito encaminhado específico para o Serviço Social, a gente atende muito aqui, essas pessoas que são muito pobres e que realmente não tem renda nenhuma, o defensor pede auxílio do CAM para poder indicar para encaminhar para o CREAS, para o CRAS, ou pede às vezes para a assistente social atender para verificar qual é a situação da pessoa.

Ressalta-se que essa entrevistada informou que esse encaminhamento não é realizado descolado da atuação jurídica que estiver em andamento, mesmo que essa aguarde todo o atendimento e acompanhamento do CAM para definir qual caminho a seguir.

³⁷ Também as unidades da Defensoria serão mantidas no anonimato para não identificar entrevistados.

Uma entrevistada da Psicologia informou que na unidade em que trabalha observa:

P2 - O que a gente vê chegar muito para o serviço social são as questões de vulnerabilidade social extremas, pessoas em situação de rua, ausência de moradia, e para a psicologia chegam mais questões vinculadas ao sofrimento, a pessoa que está descompensada, ou chorando.

Para duas das usuárias entrevistadas o primeiro contato com o Serviço Social foi na Defensoria. Para a outra entrevistada, que já teve contato com assistentes sociais em outros serviços, a referência que ela tinha da categoria profissional era diferente da que passou a ter depois de ser atendida no CAM.

Uma das usuárias mencionou, a respeito da atuação do Serviço Social:

U3 - Não sei se todas são assim, se é o serviço de vocês, mas a minha relação com a (X) é muito boa nisso, é uma particularidade dela, ela sabe ouvir todos os lados, sem se comprometer, o lado mais perdido ela consegue trazer à realidade, ela me levou para conversar com o defensor, tirou as minhas dúvidas com o defensor, é bom você se sentir assim, como se estivesse amparado, é dessa forma que eu me sinto em relação à ela.

Outra usuária apontou da seguinte forma:

U1 - Sei que é o trabalho delas, mas eu não vi só trabalho, eu vi pessoas humanas ali.³⁸

Outra entrevistada, usuária também dos serviços da Defensoria, utilizou outro modo de expressar o trabalho da assistente social do órgão:

U2 - De 1 a 10, eu coloco 10. Não dá para por a nota mil porque não tem, ela foi bem atenciosa mesmo.

5.2.2.3. Contribuições do Serviço Social na Defensoria:

Enquanto profissionais das outras áreas têm dificuldade no discernimento daquilo que é a contribuição particular dos assistentes sociais na Defensoria, há diferentes apontamentos do que pode ter sido essa contribuição em outras esferas que não seja a diferenciação em relação à demanda que chega.

P1 - Eu não consigo fazer a diferença entre o trabalho do assistente social e do psicólogo. Eu falaria do CAM onde majoritariamente todos os profissionais atuam. Aqui na Defensoria foi o lugar que eu tive contato mais próximo, mais direto com os profissionais do Serviço Social. Nas outras instituições era mais cada um no seu quadrado ali. Aqui foi o local onde a gente se aproximou mais. Para mim, viver com profissionais do Serviço Social, trabalhar junto, (...) eu acredito que trouxe uma contribuição muito

³⁸ Usuária foi atendida pelo serviço de proteção à mulher, e Defensoria, em ambos os órgãos por assistentes sociais. Referiu-se a ambas em sua colocação.

grande para minha formação profissional, para a prática profissional, no sentido de sempre procurar olhar o indivíduo dentro de um contexto, de sua história de vida, dentro de uma cultura, dentro de determinadas condições de vida, dentro de um sistema econômico, fortalecer esse olhar que o indivíduo não é apartado da sociedade (...). Também essa perspectiva de defesa intransigente de direitos (...) acho que a formação da Psicologia é ainda um pouco descolada dessa discussão social, (...) mais voltada para uma questão mais clínica, para a psicoterapia de tratamento. A contribuição dos profissionais para minha formação, para minha prática, veio no sentido de me força esse olhar mais contextualizado e essa defesa intransigente dos direitos humanos.

(...) também contribuiu para quebrar alguns paradigmas, desconstruir estigmas, fazer a crítica (...).

E penso que o fato também do Serviço Social ter a formação baseado em Marx e tudo mais, acho que isso também contribuiu para ter um outro olhar. Tenho me interessado mais por estudar autores mais críticos.

Nessa entrevista pode-se observar que a contribuição dos assistentes sociais foi substancial na perspectiva de compreender a demanda em um contexto mais amplo. Não se trata talvez de classificar qual demanda (habitação, transtorno mental, uso problemático de drogas) deve ser atendida por qual profissional, mas como essa profissão tem mudado paradigmas na forma de apreender as diferentes formas das expressões da questão social que chegam à Defensoria e ao CAM, mudando paradigmas em muitos casos.

Outra entrevistada da Psicologia aponta:

P2 - Acho que o serviço social vem muito com um olhar de garantia de direitos sociais, dentro de uma sociedade desigual, da não judicialização da questão social quando ela pode ser trabalhada por um outro caminho.

Uma vez mais a marca de Marx aparece na contribuição do Serviço Social e também uma crítica foi apresentada por outro entrevistado da Psicologia:

P3 - Serviço social traz essa marca de Marx, se tornam firmes, radicais e resistentes, a resistência às vezes é importante para refletir quando se posiciona contra, por exemplo, à mediação³⁹.

Ressalta-se que para esse entrevistado a mediação é um instrumento importante e muito anterior ao foco dado no sistema de justiça enquanto técnica. Para ele, o direito a tornou positivada restringindo o debate do conteúdo à forma e talvez por isso o

³⁹ Uma das atribuições previstas na Deliberação 187/2010 é a mediação, conciliação de conflitos. O CRESS São Paulo fez uma nota contrária a essa atribuição vedando que assistentes sociais trabalhem com essa técnica. Na Defensoria isso não tem sido um debate ampliado. A gestão da Defensoria, atual e as anteriores, acredita que isso é atribuição institucional e por analogia permanece vinculada ao CAM. Internamente muitos assistentes sociais ainda realizam essa técnica. No entanto, ainda o debate não foi adensado internamente. Começaram algumas discussões em reuniões no final do ano de 2016. No entanto, não mais foram chamadas sendo todas postergadas pela administração superior do órgão sem justificativas plausíveis.

posicionamento da categoria profissional de assistentes sociais pudesse rever essa questão.

5.2.2.4. Demandas para o Serviço Social

Como já referido anteriormente a construção de trabalho na Defensoria se deu ao lado e em conjunto com a psicologia no cotidiano. As atribuições são as mesmas e pensar as demandas que chegam ao Serviço Social se coloca na análise que aqui se faz como uma dúvida se isso é importante, se é necessário a partir das entrevistas realizadas, pois o que tem ficado evidente é que há formas diferentes de atendimento. No entanto, a demanda chega ao CAM, enquanto órgão, e não necessariamente a essa ou aquela disciplina, mesmo que alguns defensores tentem separar a demanda para cada área. No trabalho cotidiano a demanda é atendida em conjunto respeitando as especificidades de cada área profissional.

No início houve discussões sobre separar demanda, de deixar evidente aquilo que cabia a cada área. Hoje o movimento é outro, é tentar consolidar o CAM como órgão e as possibilidades que existem ao acionar esse espaço na defesa de direitos de usuários que demandam a atuação da Defensoria como um todo.

Uma das entrevistadas da Psicologia aponta o processo de construção do saber profissional no CAM a partir da aproximação com as demandas que chegam ao cotidiano:

P1 - No começo isso foi uma dificuldade no sentido não perceber muitas diferenças e aquelas que às vezes eram apontadas, por profissionais de outras áreas dentro da instituição, tanto com formação em direito quanto o pessoal do administrativo, os estagiários, o senso comum é que mandava aquilo que era do Serviço Social e aquilo que era da Psicologia. (...) por exemplo uma pessoa com características visíveis de transtorno mental, mas ela veio aqui porque ela não está conseguindo acessar algum direito ou quer uma orientação sobre como acessar o direito, por vezes queriam encaminhar essa pessoa para o psicólogo. Aí um problema de habitação, assistente social. Um problema de vulnerabilidade socioeconômica, uma pessoa que precisa ser referenciada na rede de assistência, assistente social.

(...) a gente foi fazendo uma construção recusando um pouco esse lugar que queriam colocar para a gente. Entendendo que as atribuições do setor são comuns e que por vezes essa forma de encaminhar estava muito acompanhada por um certo preconceito, uma visão também equivocada do que faz cada profissão.

(...) isso não importa muito porque o foco é garantir o acesso daquela pessoa ao direito.

(...) as questões não estão tão descoladas assim, isso aqui é questão social isso aqui é psicológico. Na verdade a população que a gente atende tem muitas questões sociais por conta da vulnerabilidade e isso contribui para uma situação de sofrimento, por ter direitos violados.

Da mesma forma que uma pessoa está com problema de vulnerabilidade social ela também tem provavelmente um sofrimento. Mas não vejo diferença não, só quando leio parecer técnico.

Outra entrevistada, psicóloga, informa que no início do CAM a busca por demarcar o que era de cada área era mais forte. Até foi definido, na unidade em que ela trabalha, que a demanda chega ao CAM e a própria equipe define o que é para cada área. Nessa unidade a atuação é por áreas temáticas e não por área profissional. Por exemplo: transtorno mental, situação de rua, vulnerabilidade social, ou seja, são áreas complexas de atuação e não é somente uma das áreas que vai atuar e sim ambas áreas conjuntamente.

P2 - foi definido que a demanda vem para o CAM e a equipe define o que é da Psicologia e o que é do Serviço Social. Agora raramente chegam demandas já direcionadas para a Psicologia ou para o Serviço Social.

(...) os casos não são assim tão recortados. As duas áreas podem se compor. Garantir que as duas áreas tivessem conhecimento independente da ordem do caso que chegasse.

Outro entrevistado da Psicologia relata que, em sua unidade, o parecer é muito específico em termos de divisão da demanda.

P3 - tem questões específicas muito claras, por exemplo, o parecer. Nas questões gerais do dia a dia as demandas acabam chegando para qualquer um dos dois. Aqui a gente trabalha junto, eu e a (X).

Uma defensora entrevistada aponta como ela compreende a demanda que chega até sua unidade e que, em parte significativa dessa, verifica como fundamental a atuação de assistentes sociais na melhor apreensão das necessidades dos usuários:

D1 - (...) a gente tá na periferia da cidade paulista, com uma população gigantesca, com uma vulnerabilidade social muito, muito grande, então, realmente aqui a gente atende os casos que a gente enxerga que são as pessoas mais vulneráveis do estado.

Então são muitas demandas, muito complexas, pobreza extrema, demandas sociais mais graves, demandas de saúde mental, muitos casos de pessoas com nenhuma renda, famílias inteiras que não conseguem ter o mínimo de organização social, casos de violência, muito, muito grave, dentro das demandas da área cível, a gente atende muitas demandas que ensejam uma atuação extrajudicial muito grande, seja na infância que eu acho realmente o trabalho mais complicado, seja porque são muitos casos (...), seja pela criminalização da pobreza, existem dados que realmente você for levantar os números, existe um número muito maior de destituições, que existem jovens, pais, mulheres muito pobres, que são essas pessoas que são destituídas. Além disso tem as demandas que envolvem a questão de saúde mental, um número muito grande de casos de interdição, de pedido de internação, e na área cível,

cível mesmo, são muitos casos de conflitos possessórios nas áreas que é ocupação informal, e (...) outras demandas assim da população mais vulnerável economicamente.

Outro defensor faz uma análise do potencial da Defensoria enquanto instituição e que, em sua opinião, a Defensoria não deveria ser a demanda de massa, considerada para ele as demandas de divórcio, alimentos, já conhecidas pelo sistema de justiça. Em sua opinião tais demandas poderiam ser atendidas no que foi intitulado balcão de direitos.

D2 - Antes eu falava a demanda da Defensoria é essa, mas não é. A Defensoria atende como massa muitas demandas que já estavam postas no sistema de justiça, família, execução de alimentos, divórcio, a Defensoria faz isso como demanda de massa. Mas me parece que a missão da Defensoria não é isso. Para pedir alimentos, é só ir no fórum no balcão que vai ter. Qualquer um mediano entenda, não são advogados quaisquer, atenderia, sem precisar de uma instituição do tamanho da Defensoria por trás. Há casos que o sistema não consegue enxergar, por exemplo, no meu caso já atendi violência doméstica na comunidade cigana, atendimento de demanda jurídica de uma pessoa com transtorno mental, aqueles usuários de violência doméstica que passaram por todos os serviços e ninguém atende. (...) então esses casos são o carro chefe da Defensoria. Esses casos se a gente parar de atender não faz mais sentido a Defensoria.

Demandas dessa magnitude exemplificadas por defensores nas entrevistas acima destacadas são as demandas que também chegam ao CAM. Criado para ser o órgão auxiliar nas questões de maior complexidade, assistentes sociais e psicólogos, juntos, atendem essas demandas. A maioria dos defensores encaminha essas demandas ao CAM indistintamente.

Na Defensoria, a partir das entrevistas realizadas, observa-se que o posicionamento de assistentes sociais está bem marcado, em uma perspectiva crítica, de defesa de direitos. No entanto cabe destacar que é possível encontrar esse posicionamento também em outros profissionais da instituição, psicólogos, sociólogos, arquitetos, administradores, defensores, entre outros. Talvez seja também uma marca dos profissionais da instituição, embora não majoritariamente, como já foi apontado em diferentes momentos.

De acordo com um defensor entrevistado, o CAM não seria só assistentes sociais e psicólogos, seria também defensores e estagiários. Em sua opinião a perspectiva interdisciplinar que deveria existir a partir do CAM deveria ser 100% dos profissionais da Defensoria. Ele compartilha:

D2 - E mesmo que eu faça um atendimento e não chame ninguém do CAM, o que eu sou e como atendo foi construído com o CAM.

Para compreender como os defensores avaliam a demanda que deve ir para o CAM, onde estão assistentes sociais e psicólogos, tem-se a contribuição da entrevista a seguir:

D1 - De maneira geral a gente acaba encaminhando para o CAM, mas eu acho que tem uma distinção muito clara assim, principalmente, como eu já falei, tem muitos casos de saúde mental, então nesse ponto é muito mais demandada a psicologia, nos casos da infância, por exemplo, que tem muitos casos de destituição que sempre envolve, tem muitas vulnerabilidades de nossos assistidos, então ou tem caso de saúde mental, ou drogadição, que entra muito a psicologia, ou tem casos daquela situação de pobreza extrema que a pessoa não consegue lidar, não consegue sair, não consegue apoio, não consegue trabalhar, e aí vai para o Serviço social, mas a maioria dos casos vai com encaminhamento para o CAM direto.

Foi importante apresentar como os entrevistados defensores entendem a demanda que chega até o atendimento da Defensoria, pois no fluxo interno as pessoas são atendidas primeiro pelo defensor público com apoio dos estagiários de direito. Depois se avalia qual demanda vai para o CAM.

Em muitos locais a definição dessa demanda foi construída ao longo do trabalho, em outros lugares não foi desse modo, a demanda foi imposta, atribuída. Trata-se de um processo de construção.

5.2.2.5 - As demandas das usuárias

É fundamental ressaltar as demandas das usuárias que chegaram até a Defensoria, foram atendidas no CAM, especificamente por assistentes sociais.⁴⁰

As situações que envolveram a Defensoria nos relatos das usuárias foram todas de violação de direitos. Entre elas interdição, acolhimento institucional e abuso sexual de crianças/adolescente, bem como violência de gênero.

Uma das entrevistadas compartilhou sobre o motivo que a levou buscar a Defensoria Pública:

U1 - Por causa que meu marido me interditou⁴¹, há uns 4/5 anos se não me engano, sem eu saber, toda vida eu fui ágil, eu trabalhava, eu ajudava em casa, meu menino era pequeno pagava escolinha, paguei 3 anos de escolinha para ele, (...) era uma menina ativa.

⁴⁰ Não serão identificadas as unidades de atendimento para evitar identificação imediata ao profissional que atendeu.

⁴¹ Usuária não é mais interditada, reverteu a decisão judicial.

A outra usuária informa que chegou até a Defensoria pela primeira vez através da demanda de sua filha.

U3 - Cheguei até a Defensoria Pública através da minha filha mais velha. Ela com 12 anos de idade ela teve um surto, acusou meu marido de abuso sexual, aí na época eu levei ela até o Conselho tutelar, eles tiraram ela, ela foi para um abrigo, lá no abrigo tudo que não havia acontecido na minha casa acabou acontecendo no abrigo. Daí ela ia todo dia do abrigo para a rua, foi do abrigo para o parque (x) onde ela ficou nove meses⁴², aí procurei a Defensoria Pública porque eu tava tentando tirar ela do abrigo, para levar ela para um abrigo menor⁴³ ou que ela voltasse para casa.

A terceira entrevistada viveu uma situação de violência de gênero e por orientação da Delegacia da mulher teve conhecimento da Defensoria, compartilhou do seguinte modo:

U2 - A Defensoria foi assim. Eu passei uma situação difícil com um marido que eu tinha, ele brigava o tempo todo, ele era muito violento, aí eu tive que abrir um boletim de ocorrência na Delegacia das mulheres e lá eu abri esse boletim de ocorrência, ela pediu para mim ir até a Defensoria. É que ele incendiou a casa né, aí ela pediu para eu ir na Defensoria para eu abrir um processo.

As demandas que levaram as usuárias até a Defensoria são de extrema vulnerabilidade social. São situações que expressam a complexidade de vida das pessoas e não se trata de uma única intervenção para, de fato, poder garantir o acesso à justiça que seja necessário.

São pessoas que utilizam os serviços públicos de saúde, assistência social e educação. Duas delas só conheciam a assistente social da Defensoria. Destas duas, uma foi conhecer outras profissionais conforme passou a frequentar outros serviços nos quais as filhas fazem acompanhamento e por onde tramita seus processos, serviços de acolhimento à criança e ao adolescente que sofreram abuso sexual, CAPS, fórum e Defensoria.

Uma das entrevistadas compartilhou o momento em que conheceu a assistente social do CRAS de referência do seu bairro. Informou que esse primeiro contato não foi muito tranquilo.

⁴² Trata-se de uma região da cidade da entrevistada em que há concentração de pessoas que fazem uso problemático de drogas.

⁴³ O serviço de acolhimento em que a adolescente estava era muito grande na opinião da usuária, de seu ponto de vista não cuidavam bem das crianças e adolescentes acolhidas, possibilitando que a filha da usuária fugisse e ficasse em situação de rua por nove meses.

U1 - Aí veio a (X)⁴⁴ e eu nem gostei da visita dela, hoje eu gosto dela, mas um dia chegou ela, era ela daqui do CRAS, e daí eu tava recebendo um processo sem entender, porque eu fiz só até o quinto ano de escola, e eu não tenho vergonha de falar, sou uma pessoa sincera, aí eu fiquei sem entender, ela veio aqui, se apresentou, e eu falei assim, que bom eu agradeço que vocês vieram aqui, para me orientar, para me explicar o que tá acontecendo, que até então eu não tava entendendo nada. Aí ela mandou eu calar a boca que eu falava demais. Naquela hora eu fiquei com ódio. Aí ela falou isso daí, a senhora fala demais, e eu disse que estava pendido orientação, que eu não tava sabendo o que tava acontecendo, não to entendendo, não entendo nada de lei.

Outra entrevistada relata que tinha sido sugerido pela assistente social do fórum que adotasse a própria neta, pois assim a criança quebraria o vínculo com a mãe, que era a filha adotiva da usuária⁴⁵. A usuária considera que a sugestão não fez sentido, pois, de acordo com ela, muitas avós cuidam dos netos sem a necessidade de adoção. Compartilhou esse diálogo que teve a assistente social do fórum:

U3 - Por que eu tenho que adotar, tem tanta vó que cria neto, por que eu não posso criar a S.? Aí a M., que é assistente social do fórum de (X) falou, mas ela tem que ter uma referência da família, eu sou avó, minhas filhas são tias, ela tem uma família, aí ela disse não mas tem que ser o pai e a mãe, queriam que eu adotasse a S. e quebrasse o vínculo com a V.

Da invisibilidade de suas demandas a U3 e a U1 explicam a dificuldade de acessar a justiça, que a mediação da Defensoria foi essencial para garantir que pudessem ser devidamente orientadas e terem sua pretensão jurídica atendida.

U3 - Tentei conversar com a promotora no fórum ela não quis me atender, mandou o assistente dela me atender. Aí no dia que eu falei com a defensora, ela conseguiu uma audiência extraordinária lá com a juíza, a juíza só chamou eu e ela para conversar, aí nós tava na audiência a promotora entrou, aí ela entrou dando show na audiência, que não tinha chamado, que a defensora sabia como tinha que ser, que tinha que fazer petições, que eu também não sabia me portar, eu falei eu peticionei, eu pedi, eu informei, você não me atendeu, a minha filha está numa condição de risco (...) Essa medida é protetiva ou punitiva?

5.2.3. Reflexões institucionais

Desde 2015 o debate da interdisciplinaridade tem sido levado, pelos órgãos da Administração Superior, bem como por seu Conselho Superior, ao debate de excesso de

⁴⁴ Trata-se da assistente social do CRAS de referência do bairro da entrevistada.

⁴⁵ A filha adotiva da usuária, depois de todo o percurso de acolhimento, passou a residir em outro local e sua filha, da qual engravidou enquanto estava acolhida, foi desacolhida pela mãe, a usuária que foi entrevistada. Até o momento da entrevista a filha adotiva da usuária não morava mais consigo, somente a neta S.

autonomia, ao ponto que em 2017 foi aprovada a extinção da Assessoria Técnica Psicossocial, a qual era órgão de assessoria à Defensoria Pública-Geral.

Passou-se de um discurso institucional que exaltou o CAM como órgão importante na Defensoria, para outro discurso em que o CAM deve manter-se subordinado ao Defensor Público, para que fique bem marcado que seu lugar é de função auxiliar somente.

Seria preciso uma pesquisa aprofundada para compreender a extensão desse discurso no cotidiano. Há unidades inteiras que não se aproximam em nada do discurso institucional. Talvez seja esse um momento que a direção da Defensoria não tem levado em consideração da realidade material de seu próprio órgão, legislando em favor de uma minoria que está assentada com voz e voto no órgão que regulamenta todos os procedimentos institucionais: o Conselho Superior.

Não só o CAM foi colocado no centro de um debate conservador que restringiu institucionalmente sua forma de pautar o cotidiano, bem como os movimentos sociais e a Ouvidoria externa sofrem com um desmonte da chamada democracia interna institucional.

A respeito disso temos as opiniões de defensores, assistentes sociais e psicólogos durante a pesquisa, uma vez que essa iniciou no ano de 2015 e termina nesse ano de 2017.

Um dos defensores entrevistados aponta:

D2 - No momento pontual, conjuntural, está em risco. Está em risco porque como o mundo está em disputa ideológica. Há pessoas conscientemente contra o trabalho interdisciplinar e há pessoas que não sabem o que é e por outras questões ideológicas se colocam contra o trabalho interdisciplinar, não é nem o agente, são contra a perspectiva interdisciplinar, até por causa do medo que isso dá, gera desconforto, atinge a hierarquia dos saberes, o lugar do CAM na Defensoria hoje está em risco. Por outro lado eu acho a minha visão é assim, principalmente no caso de assistentes sociais, psicólogos e psicólogas na Defensoria, conseguiram construir muita frente, apesar desse risco, tem muita floresta plantada. Então eu acho aonde o direito consegue dar abertura para o interdisciplinar ele tem caldo, tem consistência, ele se sente muito seguro, eu como me abri para esse lugar assim, me sinto muito seguro, tem muita qualidade (...). Tem muita coisa para fazer, mas ainda está em risco.

A outra defensora entrevistada aponta também sua avaliação a respeito da situação institucional quanto ao trabalho interdisciplinar ou multidisciplinar:

D1 - pelo que deveria ser, pela previsão legal, pela normativa que foi criada pela Defensoria de São Paulo, o CAM teria que ter uma posição principal assim no atendimento, seria uma das, quando você lê a lei da Defensoria, tal, (...) você vê o CAM colocado como principal instrumento que teria o meio para atingir esse fim que a gente fala de assessoria integral, assessoria

jurídica integral. A meu ver, olhando a lei, a gente tem a impressão que é um órgão essencial.

Teria que ter um papel principal realmente, mas, assim na prática a gente vê que não é muito assim, primeiro pela questão da estrutura mesmo que são pouquíssimos agentes, é um número realmente reduzido de profissionais, apesar de na capital ter em todas as unidades, mas ainda em número insuficiente, e a questão do mérito mesmo, do conteúdo assim, do que materialmente o trabalho do CAM representa no resultado final que é esse serviço prestado pela Defensoria.

Acho que a principal limitação prática que a gente encontra, que não se efetivou assim na Defensoria é justamente essa pretendida interdisciplinaridade, o trabalho que possa ser supostamente interdisciplinar, pelo fato de ter pessoas contrárias. Isso realmente é um abismo muito grande, não dá pra gente dizer que nós temos um atendimento interdisciplinar, que nós temos uma troca entre áreas, porque na prática a gente sabe, o fato por si só de existir CAM não garante isso, os trabalhos podem continuar completamente compartimentalizados.

Infelizmente a gente está lidando com uma discussão que isso tem sido cada vez mais desprestigiado, e que demonstra que realmente dentro da instituição os saberes não estão dialogando.

Pelo contrário tem sido momentos de retrocesso, de as pessoas não quererem realmente interferência, de chamar o interdisciplinar de interferência.

Hoje parece que ele está ocupando um espaço que está sendo um incômodo para a instituição. É uma questão realmente conjuntural. De política institucional atual.

Interessante observar que esses defensores não se posicionam contrários ao CAM. Enfatizam que a política atual institucional da Defensoria chega a ser um retrocesso, bem como coloca em risco a perspectiva interdisciplinar. Todos os defensores entrevistados apontam que a Defensoria tem uma demanda diária complexa e não é possível atendê-la só com profissionais do direito:

D2 - Não, seria impossível. (...) a minha experiência é pequena, curta, mas intensa nesses quatro anos. (...) o prato chefe chega limpo para o direito só com educação em direitos, articulação de rede, e atendimento interdisciplinar. Se não fizer tudo isso o defensor fica no mesmo porque a porta fica fechada. Só o atendimento de triagem no jurídico, claro que há exceções, mas no grosso a gente vai fazer só o que era desnecessário para ter uma instituição como a Defensoria.

A outra defensora aponta:

D1 - Não, com certeza não. (...) a gente tenta fazer o atendimento jurídico necessário e cabível, mas a gente percebe que muita, muita, muita coisa daquele caso específico, daquela situação, daquele contexto social, daquela pessoa que veio procurar a Defensoria, certamente não é abrangido, não é tratado.

Importa ressaltar os motivos pelos quais os defensores escolheram trabalhar na Defensoria Pública, pois isso os marcam em suas posições, em como pensam o trabalho multi/interdisciplinar e o que avaliam da política institucional atual. Somente uma entrevistada prestou o concurso enquanto tentava a carreira de magistratura. Depois disso desistiu completamente da magistratura.

Um entrevistado aponta que ao tentar outra graduação (já tinha feito direito) se deparou com a utilidade da ferramenta do direito e que, ao conhecer a missão institucional da Defensoria de São Paulo, percebeu que ali seria o local para o exercício da ferramenta dos direitos da melhor forma que ele compreendia.

D2 - Foi a missão institucional mesmo. Eu tinha um descrédito com o sistema de justiça. Quando eu terminei o curso do direito eu tinha na verdade uma... com o próprio direito, uma incompreensão também da ferramenta. Aí fui fazer História e junto com a história comecei a ter conhecimento das questões da cultura de paz, e aí eu percebi a ferramenta do direito e que a Defensoria fazia parte disso.

A outra defensora não tinha a perspectiva de carreira pública. Tinha se interessado pela possibilidade na advocacia popular. No entanto, ao conhecer a missão institucional da Defensoria de São Paulo avaliou que seria o único lugar que deveria seguir carreira pública.

D1 - Eu acho que eu tinha uma identificação porque eu trabalhava na época da faculdade, na época da faculdade eu nunca estagiei na Defensoria, mas eu tinha uma atuação junto a grupo de extensão (...) e a gente trabalhava muito próximo a ideia de advocacia popular, então a gente atuava, por exemplo, em defesa de pessoas em situação de risco de remoção, e querendo ou não, nesses trabalhos acabei conhecendo um pouquinho a Defensoria Pública, porque ela era o órgão público que fazia a defesa das pessoas. E acabei me identificando e talvez fosse a única carreira pública que eu tivesse interesse em razão da matéria, porque tinham matérias que eram interessantes, não pensava em princípio prestar concurso público, só depois de uns dois, três anos que eu decidi fazer porque eu achava que a instituição, a primeira instituição que eu conheci foi a Defensoria daqui de São Paulo de forma mais profunda porque a Defensoria de Pernambuco era recém-criada, não tinha muita estrutura, o contato que eu tive lá foi de uma instituição bem precarizada, então a primeira instituição que eu conheci que tinha essa estruturação melhor foi a de São Paulo.

E foi quando me deu a impressão que era uma instituição que me possibilitaria fazer um trabalho que fosse diferenciado nesse sentido de assessoria integral, jurídica, toda essa coisa da lei.

A assistência jurídica integral, que é proposta pela perspectiva do debate de acesso à justiça, está prevista no ordenamento que rege a Defensoria Pública de São Paulo, mas essa tem caminhado a passos muito lentos no que diz respeito a atingir a perspectiva de visibilidade das demandas que não acessam o sistema de justiça. A respeito disso tem-se a contribuição da entrevista a seguir:

D1 - A partir da minha experiência, de casos que envolvem uma violência em que a gente percebe que aquela demanda se for judicializada ela pode implicar em uma vulnerabilidade ainda maior daquela pessoa, ou que talvez, pudesse gerar uma situação de mais risco ainda, que a gente tem que explicar para a pessoa, (...) ou se a gente percebe que aquele usuário se quer entende.

Eu vejo o atendimento pelo CAM muito mais qualificado.

Outro defensor avalia o que é esse atendimento multidisciplinar no que tange a perspectiva de acesso à justiça:

D2 - O CAM é excelência do atendimento interdisciplinar, é um direito do usuário, na perspectiva do acesso à justiça, então, o CAM é fundamental, de acesso à justiça de demandas fragmentadas, ainda não construídas, mas um devir ainda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo intelectual pode se tornar uma arte a partir do pressuposto a seguir:

A arte, portanto, educa o homem fazendo-o transcender a fragmentação produzida pelo fetichismo da sociedade mercantil. Nascida para refletir sobre a vida cotidiana dos homens, a arte produz uma “elevação” que a separa inicialmente do cotidiano para, no final, fazer a operação de retorno. Esse processo circular produz um contínuo enriquecimento espiritual da humanidade. (FREDERICO, 2013, p. 135)

Construir saberes é também um trabalho e pode se conformar a ordem estabelecida ou fazer resistência. A decisão é um dever ético, pois exige posicionamento que não se faz sem direção social pautado em um projeto mais amplo, em um projeto de sociedade, de classe.

A escolha pelo objeto da identidade profissional dos assistentes sociais não poderia ter sido feita sem a vinculação com o debate da judicialização da questão social no contexto da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Para a definição desse objeto foi preciso pesquisar amplamente o que vinha sendo discutido por meio de dissertações e teses, a partir dos eixos já delineados na introdução desse trabalho.

A partir das construções de categorias se observou que a escolha por esse objeto não poderia ter sido mais acertada, pois foi possível ir a fundo em dimensões importantes como: a) direito sob a perspectiva marxista; b) ofensiva neoconservadoras na sociedade; c) judicialização da questão social; d) história como elemento central da base materialista; e) consciência para-si/consciência em si; f) a experiência como substância política.

Tratou-se de compreender a identidade desses profissionais no contexto da judicialização da questão social, compreendendo que o acesso ao poder judiciário para garantias dos direitos sociais não deve ser a única e tampouco a melhor via de acesso à justiça.

A partir do levantamento bibliográfico foi possível analisar que, em grande medida, o acesso ao poder judiciário, apesar de ser muitas vezes a garantia do que o poder executivo negligencia, não tem um resultado imediatamente justo, que por si traz um formalismo excessivo e moroso.

A conjuntura política nacional e internacional evidencia uma onda conservadora que se mantém nos discursos de ódio contra mulheres, homens, adolescentes, crianças, idosos, discursos homofóbicos, misóginos, xenófobos e racistas.

A Defensoria não é uma mônada. Todo esse discurso encontra no órgão também espaço de manifestação.

Nesse contexto se definiu com problema da presente dissertação se a identidade dos assistentes sociais na Defensoria se tratava de uma identidade que luta diariamente para a permanência e a consolidação efetiva do projeto ético-político profissional, ou, diante da ofensiva do capital que precariza as relações de trabalho e dilui gradual e insistentemente a formação de qualidade dos profissionais nas universidades, de uma identidade que retorna ao viés conservador, modernizador?

A relevância do estudo está na percepção de que se trata de um tempo histórico em que a produção e a reprodução da vida humana exigem uma escolha, um posicionamento. Esse processo exige, por sua vez, capacidade de objetivação, de reflexão para que se construam saltos ontológicos na direção de emancipação humana. A possibilidade está na história, na vida material.

A partir da hipótese desse trabalho em que assistentes sociais na Defensoria não tinham para si uma identidade construída nesse “novo” espaço sociojurídico, formularam-se as seguintes questões que nortearam os procedimentos da pesquisa: a) os profissionais se entendem como um coletivo dentro da Defensoria?; b) há formação de grupos diferentes entre os assistentes sociais? Quais são esses grupos?; c) como cada profissional se percebe entre os outros profissionais?; d) como cada profissional percebe o grupo de assistentes sociais?; e) como os sujeitos profissionais percebem a realidade do trabalho cotidiano?; f) qual a relação estabelecida com os usuários do serviço?; g) estão os assistentes sociais vinculados aos princípios que norteiam o Código de Ética Profissional?

A seguir serão apontados os elementos considerados como desdobramentos síntese da pesquisa, possíveis através do adensamento teórico-metodológico, bem como a partir das técnicas de pesquisa social por meio da escala de identidade e das entrevistas.

A respeito da Defensoria Pública no atual cenário, foi possível consolidar que no movimento real em que se encontra, desde sua criação, a partir de pressão dos

movimentos sociais até seu momento atual, há uma guinada em direção ao encastelamento e fechamento da chamada fenda da justiça. (CARDOSO, 2010)

Quanto ao item “a”, se os assistentes sociais na Defensoria se entendem como um coletivo, pode se apontar tanto pela escala de identidade quanto pelas entrevistas, que há um sentimento de pertencimento ao lugar da profissão na Defensoria, mesmo que em diferentes espaços os profissionais sintam-se distantes entre si em razão da distância territorial existente. Em razão do cerceamento dos espaços de debates e trocas de experiências no âmbito institucional se observa a mesma direção social: profissionais críticos e comprometidos com os direitos da população atendida.

A respeito do item “b”, sobre a existência de grupos diferentes entre os profissionais, a partir das entrevistas e dos dados coletados no questionário de escala de identidade ainda não se observam formações de grupos diferentes entre os profissionais. É possível compreender que há diversidade na participação dos profissionais nos processos coletivos, como manifestações políticas, seja pela redução da jornada de trabalho, seja pela garantia da qualidade técnica do trabalho, seja na luta mais ampla dos trabalhadores da Defensoria em defesa de isonomia salarial, melhoria das condições de trabalho e ampliação da participação nas instâncias decisórias da instituição.

Nos itens “c” e “d”, a respeito da percepção dos profissionais em relação aos outros assistentes sociais, se observa que há diferença no que é apresentado pelo grupo que entrou em 2010 e pelo grupo que entrou em 2014, a partir das entrevistas. Alguns entrevistados do primeiro grupo apontam que sentiam uma relação de maior proximidade quando ainda eram um grupo de apenas 17 assistentes sociais. Os entrevistados do segundo grupo avaliam que essa proximidade no cotidiano não é garantida pelos espaços institucionais.

O que se observa da pesquisa é que o contexto político institucional de 2010 favoreceu amplos espaços de debates e trocas de experiências que fortaleceram o grupo e até ensejaram relações de amizade. No entanto, no contexto de 2014, as relações institucionais não foram propícias para a manutenção dessa proximidade, o que não exclui diferentes espaços de luta política, quando, por exemplo, em 2016, dos 53 profissionais da Defensoria, cerca de 35 estiveram presentes na sessão do Conselho

Superior para se manifestar contra a violação de direitos das 30 horas⁴⁶ dos assistentes sociais.

Sobre a relação com outros profissionais na Defensoria se evidenciou que a maior aproximação horizontal de trabalho se dá na relação com os profissionais da Psicologia. Não significa que se trata de uma relação imediatamente interdisciplinar, pois diante das diferentes demandas os profissionais assumem atendimentos diferentes, tendo pouco tempo para discutir as questões e pensar sob os dois pontos de vista profissionais.

Quanto à relação com os defensores a hierarquia existe. Mas isso não se trata de exclusividade da Defensoria e sim dos espaços onde o direito impera, como o Judiciário e o Ministério Público, pois em se tratando de relações sociais contraditórias a contradição também é um elemento nesses espaços.

Cada unidade da Defensoria tem diferentes perfis de defensores e é possível que com alguns deles essa relação de trabalho se dê na horizontalidade. No entanto, não é a realidade em todas as unidades.

Como bem enunciado por um defensor entrevistado, a existência de outros saberes na composição do trabalho da assistência jurídica integral deveria ser vista como um direito do usuário e, portanto, ser incentivada e garantida da melhor forma. No entanto, isso “fere a hierarquia dos saberes” (entrevistado D2) e isso tem sido sobreposto a ideia da construção de um atendimento integral.

Quanto ao conjunto dos trabalhadores na Defensoria, assistentes sociais têm ocupado diferentes espaços na luta política da instituição. Aliados ao conjunto dos demais trabalhadores, essa relação tem se fortalecido visto que a atual gestão da Associação de Servidores e Servidoras da Defensoria (ASDPESP) é composta por profissionais do Serviço Social e da Psicologia.

A respeito dos usuários do serviço se observa, mesmo que talvez não seja exclusividade dos assistentes sociais, que o CAM tem sido o ponto de apoio na Defensoria, dos usuários que apresentam em seu contexto social e familiar demandas sensíveis e complexas, exigindo um acompanhamento por parte da instituição.

Situações como violência de gênero em dimensões extremas, interdições e acolhimentos institucionais indevidos são demandas sensíveis apresentadas pelas

⁴⁶ CRESS São Paulo na luta pela implantação das 30 horas semanais na Defensoria Pública do Estado. Disponível em <http://cress-sp.org.br/cress-sao-paulo-na-luta-pela-implantacao-das-30-horas-semanais-na-defensoria-publica-do-estado/>. Acessado em 28. 05. 2017.

usuárias entrevistadas e que não são resolvidas em curto prazo. Exigem diferentes interlocuções com a rede de serviço, visitas técnicas, reuniões institucionais, produção técnica e se observa, pela pesquisa a partir das entrevistas, que nessas situações o ponto de apoio é o CAM e esse realiza as interlocuções com os defensores no que diz respeito a providências judiciais.

Nesse aspecto se observa, a partir do já debatido sobre judicialização da questão social no primeiro capítulo, que a identidade profissional dos assistentes sociais na Defensoria está em primeiro lugar pela defesa de direitos, nas estratégias que garantam um resultado mais justo, o que significa apontar atendimentos e ações que não significam imediatamente acesso ao judiciário, a partir da melhor compreensão da trajetória histórica e social dos sujeitos que são acompanhados no cotidiano de trabalho.

Na pesquisa foi possível notar que há no cotidiano dos assistentes sociais diferentes resistências que indicam potência desse trabalho na Defensoria.

Martinelli (2009) construiu uma matriz de análise que apresenta a discussão de identidade profissional e que contribui como elemento de síntese para a pesquisa realizada:

Quadro 3. Matriz de análise da identidade profissional

Identidade profissional construída	
O que é identidade profissional	
Síntese dialética dos modos de ser e aparecer socialmente, das profissões, expressando as respostas construídas profissionalmente, em diferentes momentos históricos, para atender às demandas que incidem em seu campo de ação Elemento definidor da participação das profissões na divisão social do trabalho e na totalidade do processo social	
O que produz	
Autonomia	Visibilidade
Reconhecimento profissional e social	Visibilidade da área de ação profissional e de sua perspectiva operacional

O que produz	
Autonomia	Visibilidade
Participação na divisão sociotécnica do trabalho	Visibilidade da forma social de aparecer das profissões, mediatizadas pelas respostas construídas profissionalmente para atender às demandas que incidem em sua área de ação
Possibilidade de interlocução com demais áreas profissionais	
Possibilidade de realização de práticas com autonomia	Maior congruência entre a forma do ser e a forma do aparecer das profissões

Fonte: MARTINELLI (2009) – quadro reorganizado pela autora.

A partir desses elementos pode-se dizer que assistentes sociais na Defensoria têm reconhecimento profissional e social. Pode ainda não ser pelo conjunto completo dos defensores, mas isso aparece nas entrevistas, seja pelos profissionais da Psicologia, seja pelos usuários e também pelos defensores. Caso não houvesse qualquer reconhecimento não haveria expressão nas entrevistas realizadas.

São profissionais que participam na divisão social e técnica do trabalho e marcam esse lugar, seja na discussão da jornada de trabalho, seja na defesa de melhores condições técnicas de trabalho, seja na luta mais geral em defesa do fortalecimento do conjunto dos trabalhadores na Defensoria.

São profissionais que buscam a interlocução com defensores, psicólogos, profissionais da rede de serviços na perspectiva de garantia de direitos.

Constroem pequenas e grandes resistências às imposições hierárquicas do cotidiano, seja através da forma como determinado atendimento ocorrerá, seja de que ponto de vista deve-se pensar o atendimento a ser encaminhado mudando, algumas vezes, paradigmas de atendimento.

São profissionais, em maioria críticos, com o viés da perspectiva da luta de defesa de direitos. Isso ficou bem nítido nas entrevistas dos psicólogos. Há a visibilidade da direção social posta pelos profissionais da Defensoria.

Expressam coletivamente a crítica das violações de direito, seja no Conselho Superior da Defensoria, seja nos debates internos em outros espaços institucionais. Estão sempre presentes em representações na esfera da luta política, que diz respeito às pautas da organização.

Há portanto, no universo da pesquisa, uma congruência maior na perspectiva de uma identidade que se constrói cada vez mais pautada no alinhamento da defesa da liberdade como valor ético central, na defesa intransigente de direitos, por uma assistência jurídica integral para os cidadãos e não encasteladas em privilégios de defensores.

Mas essa identidade, no bojo da judicialização da questão, se encontra em meio a um mar de contradições já expostas nesse trabalho e, portanto, se encontra em risco não só para o Serviço Social, mas enquanto projeto de assistência jurídica integral que considera outros saberes.

Esse risco é o mesmo que fundamenta a onda conservadora nos dias atuais. A mesma enfatiza a judicialização da questão social em seu aspecto punitivo, que mantém alerta os profissionais que se propõem a construir uma atuação pautada em valores que rejeitam a reificação e submissão da vida à forma de mercadoria imposta pelo sistema econômico vigente.

A hipótese da pesquisa era que os profissionais não tinham uma identidade na Defensoria. No entanto, ela não se consolidou. Existe uma identidade que vem sendo construída e mantê-la será um exercício de lucidez necessário, porque “aprendi neste ofício que os que mandam não só não se detêm diante do que nós chamamos absurdos, como se servem deles para entorpecer as consciências e aniquilar a razão.” (Saramago, Ensaio sobre a lucidez, p. 284)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUINSKY, Beatriz Gershenson; ALENCASTRO, Ecleria Huff de. *Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário*. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 9, n. 1, jun. 2006.
- AMORIM, Paula Kaap. *Neoliberalismo e criminalização da pobreza*. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Lei Complementar Estadual* n^o 988/2006. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2006/lei.complementar-988-09.01.2006.html>>. Acesso em: 15 jan. 2017.
-
- _____. *Índice Paulista de Responsabilidade Social (2014)*. Disponível em: <<http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php>>. Acesso em: 31 jan. 2017.
- ASSUMPÇÃO, Maria Clara Martins Alves. *Questão social e direito na sociedade capitalista: um estudo sobre a judicialização do acesso ao benefício de prestação continuada*. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999, p. 33-42.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.
-
- _____. *Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, dez, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400623&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 set. 2015.
-
- _____.; TERRA, Sylvia. *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. São Paulo: CFESS: Cortez, 2012.
- BARROS, Luiza Aparecida de. Potencialidades do Serviço Social na Defensoria Pública: relato de experiência no Estado de São Paulo. In: FÁVERO, Eunice. GOIS, Dalva Azevedo de (Orgs.). *Serviço Social e temas sociojurídicos: debates e experiências*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 159-173.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 8^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

- BERNARDES, Edilene Mendonça. *Saúde mental e acesso à justiça na Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. 2015. 324 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- BETIM, Felipe. Impeachment Dilma Rousseff. *El Pais*, Brasil, 28 jun. 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/tag/proceso_destitucion_dilma_rousseff/a>. Acesso em 28.05.2017.
- BRITTO, Adriana. A evolução da Defensoria Pública em direção à tutela coletiva. In: SOUSA, José Augusto Garcia (coord.) *A Defensoria Pública e os processos coletivos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, pág. 1-28.
- CABRAL, Paula Bonfim Guimarães. *Conservadorismo moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais*. 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. *Uma fenda na justiça: a Defensoria Pública e a construção de inovações democráticas*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- CARLOS, Maria Carolina de. *A Defensoria Pública de Presidente Prudente - SP como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social*. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTRO, André Luís Machado. BERNARDES, Márcia Nina. Construindo uma nova Defensoria. In: SOUSA, José Augusto Garcia (coord.) *A Defensoria Pública e os processos coletivos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, pág. 101-119.
- CARTA CAPITAL. Documentário mostra a comunidade do Pinheirinho um ano depois. 23 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/documentario-mostra-a-comunidade-do-pinheirinho-depois-de-um-ano-1501.html>>. Acesso em: 28 mai.2017.
- _____. Justiça impõe nova derrota a Doria na Cracolândia. 28 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/justica-impoe-nova-derrota-a-doria-na-cracolandia>>. Acesso em: 28 mai.2017.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- _____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2011. 13.ed.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Cfess manifesta – edição especial: em defesa do estado laico*. Brasília: CFESS, 2016.

_____. Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social Resolução n. 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos>.pdf. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. *Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão*. Brasília: CFESS, 2014.

_____. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª Ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em 5 abr. 2017.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Servidores exigem voz e democracia em órgão deliberativo da Defensoria Pública*. Disponível em: <<http://cress-sp.org.br/servidores-exigem-voz-e-democracia-em-orgao-deliberativo-da-defensoria-publica/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

_____. *Nota técnica: Posição Preliminar sobre Serviço Social e Mediação de Conflitos*. 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://cress-sp.org.br/nota-tecnica-posicao-preliminar-sobre-servico-social-e-mediacao-de-conflitos/>>. Acesso em 01 mai. 2017.

_____. Parecer Jurídico CFESS 24/2016. Disponível em: <<http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PAR-JUR-24-de-2016-2.pdf>>. Acesso em 01 mai. 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Deliberação n. 187, de 12 de agosto de 2010*. Disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=29665&idModulo=5010>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

_____. *Deliberação n. 89, de 08 de agosto de 2008*. Regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=2485&idModulo=5010>>. Acesso em: 01. jun. 2017.

FÁVERO, Eunice. Barbárie social e exercício profissional: apontamento com base na realidade de mães e pais destituídos do poder familiar. In: FÁVERO, Eunice. GOIS, Dalva Azevedo de (Orgs.). *Serviço Social e temas sociojurídicos: debates e experiências*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 1-18.

- FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Tradução: Leandro Konder. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- FREDERICO, Celso. *A arte no mundo dos homens: o itinerário de Lukács*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Monica dos. BACK, Shelia. GUERRA, Yolanda. (Orgs.). *A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2012, p. 39-68.
- _____. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. In: Conselho Regional de Serviço Social (Org.). *Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Rio de Janeiro: CRESS, 2013, p. 123-135.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Clássicos)
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- HOBBSBAWN, Eric. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro*. Serviço Social Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 608-639, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2015.
- _____. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. 12ª.ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6ª.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social. *Tolerância social à violência contra as mulheres*. Brasília: IPEA, 2014.
- _____. *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Brasília: IPEA, 2015
- _____. ANADEP. *Mapa da Defensoria Pública no Brasil, 2013*. Brasília: IPEA, 2013.

- JIMENEZ, Juan Renata. *Ética, política e serviço social: algumas considerações críticas no âmbito sociojurídico*. 2008. 243 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- JUNIOR, Celso Naoto Kashiura; NAVES, Márcio Brilharino. *Pachukanis Teoria geral do direito e o marxismo*. *Revista Prim@ Facie*, João Pessoa, v. 12, n. 23, p. 1-24, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/25847>>. Acesso em: mar. 2017.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução: Fernando Costa Matos. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora universitária São Francisco, 2013. (Coleção pensamento humano)
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução: João Alcides de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- LUKÁCS, Györy. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho et al. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento*. Tradução: Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. *Actuel Marx*, n. 18, Paris: 1995, p. 73 -80. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2017.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.
- _____. *A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise*. Texto de apoio didático, revisto e atualizado em setembro de 2009. Mimeo, 2009.
- _____. *Serviço Social: identidade e alienação*. 16ª. ed. Cortez, 2011.
- MARTINS, José de Sousa. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARX, Karl. FRIEDRICH, Engels. *A ideologia alemã*. Tradução: Rubens Enderle, et al. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

- _____. *Sobre a questão judaica*. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo, 2013.
- MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de Marketing*. 5ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil*. Brasília: Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015.
- NASCIMENTO, Maria Livia. *Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização*. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 24, pg.: 39-44, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 mai. 2017.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-65*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- NETTO, Leila Escorsim. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, Renata Ghisleni. *Encontros psi-jurídicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo: entre saberes, transversalidades e itinerários de formação*. 2015. 202 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - PUC-SP.
- OLIVEIRA, Laura Freitas. *Questão social e criminalização da pobreza: aportes para a compreensão do novo senso comum penal no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- OPEN SOCIETY FOUNDATIONS (Org.) *Acesso à justiça no Brasil. Índice de Fragilidade nos municípios*. 2016. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/acessoajusticanobrasil.pdf>>. Acesso em 9 mai. 2017.
- PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. *Teoria geral do direito e do marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- PNUD. *O que é o IDHM?* Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em 27 mai. 2017.
- PORTAL BRASIL. *Impeachment é um golpe parlamentar, diz economista Bresser-Pereira*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2016/05/impeachment-e-um-golpe-parlamentar-diz-economista-bresser-pereira>>. Acesso em: 10 ago. de 2016.

- RUIZ, Jefferson Lee de Souza. A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. In: Conselho Regional de Serviço Social (Org.). *Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Rio de Janeiro: CRESS, 2013, p. 29-41.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. *Ontologia, técnica e alienação: para uma crítica ao direito*. 2013. 495 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SIERRA, Vania Morales. *A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça*. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, nº 2, p. 256-264, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em dez. 2015.
- SPOSATI, Aldaiza (coord). Mapa Exclusão/Inclusão Social do Município de São Paulo– III (2013). Disponível em: <https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u60/relatorio_-_mapa_da_exclusao_social_-_sposati.pdf>. Acesso em jun. 2017.
- STUCKERT, Ricardo. Maior greve geral do país com 40 milhões de brasileiros nas ruas. *Brasil de Fato*, São Paulo, 28 abr. 2017, Redação. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/>>. Acesso em 01/05/2017.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. Coleção teoria e história – 6ª. ed.. São Paulo: Polis 1980.
- VIEIRA, Kelmara Mendes. DALMORO, Marlon. *Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?* *Revista Gestão Organizacional*, Chapecó, v.6, n. 3, 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1386/1184>. Acesso em mar. 2015.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2009.

ANEXO 1

Pesquisa mestrado - formulário Google Docs

***Obrigatório**

Ano da Publicação *

Nome do autor *

Título *

Área de conhecimento *

Sujeitos ou situações estudados *

Instituição de Ensino Superior *

Programação de pós-graduação *

Técnicas de pesquisa empregadas *

Tema principal *

Conceitos ou noções mencionados como referência teórica *

Objetivos *

Tema secundário *

Autores mencionados *

Natureza da pesquisa: (Documental, Teórica, Empírica, Não se aplica)*

Resultados mencionados *

Considerações finais do autor *

Base de pesquisa * (SciELO, CAPES, Outros)

Palavra-chave para coleta *

ANEXO 2

Questionário final após contribuição externa de assistentes sociais de outras instituições e que foi consolidado em formulário online do Google.

QUESTIONÁRIO

Este questionário foi elaborado para coletar dados para a pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “A identidade dos assistentes sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo”, cujo objetivo é de compreender qual a identidade desses profissionais no contexto da judicialização da questão social, compreendendo que o acesso ao poder judiciário para garantias dos direitos sociais não deve ser a única e tampouco a melhor via de acesso à justiça.

Leia com atenção as afirmativas e assinale o grau de sua concordância ou discordância em relação ao que está enunciado. O grau de concordância intermediário – discordo, indeciso, concordo – representam graus entre os dois extremos – ()Discordo muito e concordo muito, sendo que não existem respostas corretas ou incorretas. As sete primeiras questões se referem à caracterização dos participantes da pesquisa.

Ressalta-se que as respostas são confidenciais.

Luiza Aparecida de Barros

Aluna do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – Mestrado

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

1. Tempo de trabalho na Defensoria: _____ anos _____ meses
2. Sexo: () Feminino () Masculino
3. Idade: _____
4. Formação Escolar
() Graduação () Especialização – em andamento
() Especialização () Mestrado – em andamento
() Mestrado () Doutorado – em andamento
() Doutorado (...) Pós-doutorado – em andamento
() Pós-doutorado
5. Participa de alguma organização política da categoria? (CFESS, CRESS, ABEPSS) () Sim Não (...)
Se sim, qual e como? _____
Se não, por quê? _____
6. Ano em que se formou em Serviço Social? _____
7. Universidade em que cursou a graduação em Serviço Social?
8. A graduação me preparou para o exercício profissional cotidiano.
()Discordo muito ()Discordo ()Indeciso (...)Concordo ()Concordo muito

9. Tenho uma opção religiosa e participo dos grupos relacionados.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
10. Participei em movimento estudantil durante a graduação.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
11. Estudo frequentemente independente de vinculação acadêmica.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo (...)Concordo muito
12. Continuo a formação profissional após a graduação.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
13. Preferiria trabalhar separado das outras profissões, pois o ponto de vista de intervenção é diferente, e dificulta o atendimento.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
14. Sem a especialização adequada meu trabalho não se desenvolve.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo (...)Concordo muito
15. Quando observo que não é demanda da Defensoria encaminho diretamente ao serviço competente.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
16. O pior é não saber se o encaminhamento deu certo porque o usuário não retornou.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
17. Não consigo trabalhar plenamente o Serviço Social no meu espaço de trabalho.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
18. Minha intervenção não é tutelar o usuário, faço o encaminhamento para que ele próprio busque o local onde deve ir.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
19. Tenho facilidade no trabalho com a equipe.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
20. Percebo nos meus colegas de profissão o mesmo pensamento que me orienta no cotidiano.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
21. Escolhi Serviço Social como primeira opção para a graduação.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
22. Quando ingressei na Defensoria me identifiquei com os colegas de profissão facilmente.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
23. Sinto-me parte no grupo de profissionais assistentes sociais.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
24. Com tranquilidade consigo dialogar com outros colegas de profissão sobre o meu exercício profissional cotidiano.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
25. Há questões mais fáceis que outras no atendimento diário.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
26. Mães que batem em seus filhos não devem permanecer com a guarda.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito

27. O uso de drogas pelos genitores prejudica a convivência produtiva das crianças com seus pais.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
28. Percebo que nem todas as pessoas que chegam à Defensoria deveriam ser atendidas por não ser hipossuficientes.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
29. Quando o usuário não aceita o encaminhamento realizado, encerra-se o atendimento possível.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
30. Não me prontifico a atuações extraordinárias, pois não há o devido reconhecimento.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
31. Muitas vezes as pessoas usam a Defensoria como trampolim para acesso aos projetos e programas sociais.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
32. O referencial teórico em Marx não me dá o respaldo que preciso na atuação cotidiana.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
33. Em muitos casos não há o que ser feito, é papel exclusivo da rede de serviços públicos.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
34. O cotidiano é opressor, muito trabalho, e tempo exíguo para pensar outras possibilidades de exercício profissional.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
35. Os usuários muitas vezes chegam tristes, sofridos, mas saem um pouco melhor em nosso atendimento.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
36. Para atender adequadamente é preciso conhecer muito de áreas como a Psicologia e o Direito.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
37. Não está claro institucionalmente quais contribuições do Serviço Social.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
38. Pelo discurso extrajudicial institucional pouco conseguimos desenvolver enquanto assistentes sociais.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
39. O que se observa no cotidiano são ações pontuais que não contribuem para mudanças significativas na vida dos sujeitos, faz-se o que é possível.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
40. Antes havia mais espaços de discussão e debate, agora a gente não tem mais tempo, é atender, responder e quantificar, tornou-se muito mecânico.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
41. É difícil mensurar o trabalho que é realizado. Dados não expressam a realidade vivida no cotidiano.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
42. Temos uma agenda lotada que dificulta a possibilidade de colocar em prática tudo que aprendemos na Universidade, é preciso dar conta da demanda diariamente e pouco trabalhamos a teoria que aprendemos.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito

43. Infelizmente estamos na lógica do “o mínimo que a gente faça, é alguma coisa.”
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
44. É tanto trabalho, mas para quem observa de fora não vê resultado nenhum. Então, o melhor é a gente mesmo valorizar o que temos, embora os outros profissionais não vejam.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
45. Eu tenho muitas ideias, mas não consigo desenvolvê-las como um projeto com a minha opinião somente.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
46. O atendimento diário nos consome e as histórias cansam porque se observa a mesma coisa diferentes vezes no dia e na semana. Poucos usuários realmente consideram o que é proposto como reflexão no atendimento.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
47. Observam-se, no caso de uso de drogas, muitas queixas dos familiares. No entanto, eles não percebem o quanto são responsáveis por essa questão e buscam na Defensoria a solução. E quando dizemos que não é esse o lugar, temos que aguentar todo o estresse que é gerado.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
48. Não há uma ou diferentes técnicas dos assistentes sociais na Defensoria, meio que vamos atendendo sem uma diretriz. A cada caso uma direção a ser tomada.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
49. Observo que a discussão da discriminação é superestimada. Às vezes há mais preconceito da própria pessoa que se diz sofrer discriminação.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
50. A questão do nome social é algo delicado. Como vou perguntar a pessoa se tem nome social ou não? Não sou homofóbico/a, tenho amigos/as gays e os aceito muito bem, mas às vezes é difícil chamar de Maria quem se parece João.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
51. Os usuários que chegam ao atendimento multidisciplinar muitas vezes são aqueles que sempre buscam os serviços públicos para resolverem questões que são de responsabilidade próprias deles, parecem estar acostumados a serem tutelados.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
52. Todo dia sempre a mesma história surge. Alguns casos são como nosso “arroz com feijão” de cada dia, torna-se cansativo às vezes.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
53. No cotidiano sempre surgem as mesmas histórias. Isso facilita a realização do trabalho.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
54. O Serviço Social na Defensoria tem se pautado pelo viés da efetiva luta de direitos para além da judicialização.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito
55. Não vejo ressonância das especificidades dos assistentes sociais na categoria, a exemplo do conjunto CFESS/CRESS.
☐)Discordo muito ☐)Discordo ☐)Indeciso (...)Concordo ☐)Concordo muito

ANEXO 3

Convite para pesquisa e Formulário online gerado pela ferramenta Google

Email convite aos assistentes sociais para participar do questionário:

Olá, tudo bem?
Primeiramente agradeço imensamente sua disponibilidade em participar do meu processo de mestrado que tem como objeto de pesquisa a identidade dos assistentes sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Sem vocês não poderia continuar com essa pesquisa.

De onde saiu a ideia?

Trabalho há 10 anos no chamado espaço sociojurídico para o Serviço Social. Passei por sistema prisional, tribunal de justiça e hoje, cerca de 5 anos, estou na Defensoria. De todos os processos de

judicialização da vida chamou-me atenção para que tipo de identidade profissional imprimimos nesse espaço, se é que conseguimos imprimir algo. Nesse sentido não poderia partir do abstrato e recortei para a particularidade da Defensoria de SP. Somos no total 54 profissionais e me pergunto se nossa identidade está afirmada nesse espaço institucional, de que modo, qual é ela.

Procedimentos de pesquisa.

Para todo o trabalho de adensamento teórico-metodológico que acompanha o processo de pesquisa sugeri uma pesquisa com etapas de entrevistas e questionários. Por enquanto somente o questionário a seguir foi liberado, em relação às outras etapas, que também precisarei do seu apoio, só terei retorno a partir do semestre que vem após o processo de qualificação.

O questionário a seguir é de caráter exploratório. Foi submetido à pré-teste para melhor organização das questões que foram enunciadas.

Este questionário foi elaborado para coletar dados para a pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “A identidade dos assistentes sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo”, cujo objetivo é de apreender a identidade desses profissionais no contexto da judicialização da questão social, compreendendo que o acesso ao poder judiciário para garantias dos direitos sociais não deve ser a única e tampouco a melhor via de acesso à justiça.

Peço que leia com atenção as afirmativas e assinale o grau de sua concordância ou discordância em relação ao que está enunciado. O grau de concordância intermediário – discordo, indeciso, concordo – representam graus entre os dois extremos – discordo muito e concordo muito, sendo que não existem respostas corretas ou incorretas. As sete primeiras questões se referem à caracterização dos participantes da pesquisa. Ressalta-se que as respostas são confidenciais.

Sigue link para acesso ao formulário.

<https://docs.google.com/forms/d/1IGhrkA1eTsdynSLfRu5kz-ycTMhoK3gL-pFf6ZNk7Q/viewform>

Obrigada!

Fico à disposição para dúvidas a respeito.

Luiza

The image shows a Google Forms questionnaire titled "Questionário Likert". It is marked as "*Obrigatório" (Mandatory). The questions are as follows:

- 1. Tempo de trabalho na Defensoria? * (Text input field)
- 2. Gênero? * (Text input field)
- 3. Idade? * (Text input field)
- 4. Formação Escolar * (Radio button options):
 - ☐ Graduação
 - ☐ Especialização – em andamento
 - ☐ Especialização
 - ☐ Mestrado – em andamento
 - ☐ Mestrado
 - ☐ Doutorado – em andamento
 - ☐ Doutorado
 - ☐ Pós-doutorado – em andamento
 - ☐ Pós-doutorado
 - ☐ Livre-docência
- 5. Participa de alguma organização política da categoria (CFESS, CRESS, ABEPPS), ou ainda outra forma de organização política? * (Radio button options):
 - ☐ Sim
 - ☐ Não

Below question 5, there is a note: "Se sim no campo 'Outro' colocar qual, e se não participa o motivo."

ANEXO 4

Roteiro de entrevista centrada

Para assistentes sociais

Está há quanto tempo na Defensoria?

Você trabalhou em outros lugares antes da Defensoria? Em quais? Como foram essas experiências?

Como você identifica/analisa a demanda que chega à Defensoria e como você compreende o lugar que o Serviço Social ocupa no seu espaço de trabalho?

Em relação a demanda você percebe diferenças entre as experiências de trabalho anteriores e a Defensoria?

Você consegue perceber a possibilidade de materialização do projeto ético político profissional no cotidiano? De que forma isso aparece? Poderia compartilhar duas ou mais experiências?

Você avalia que há um projeto coletivo de profissão na Defensoria? Se sim, em que medida? Como você percebe isso? Se não, o que avalia a respeito.

No espaço de trabalho onde está avalia que consegue ter uma atuação em equipe (oficiais, defensores, psicólogos, estagiários)? Com todos ou parte dos profissionais? Como isso se dá?

Você analisa que o Serviço Social ocupa um lugar substantivo dentro da instituição Defensoria? O que pensa a respeito?

Existem contradições no cotidiano de trabalho, sejam elas políticas, técnicas ou éticas? Se sim, como você enfrenta essa questão?

Qual contribuição do Serviço Social na Defensoria Pública em sua opinião?

ANEXO 5

Roteiro de entrevista semi-estruturada:
--

Para usuários:

Qual seu nome? Sua idade?

Há quanto tempo mora nessa cidade?

Acesso os serviços de saúde, educação e assistência? Outros serviços?

Qual sua avaliação desses serviços?

Participa de algum grupo na comunidade, associação de bairro, associação da igreja ou conselhos municipais?

Como você conheceu a Defensoria?

Por quem você foi atendido na Defensoria?

Qual questão foi resolver na Defensoria?

O que avalia do atendimento do/a assistente social?

Você resolveu o que foi buscar na Defensoria?

Para Psicólogos:

Está há quanto tempo na Defensoria?

Você trabalhou em outros lugares antes da Defensoria? Em quais?

Caso sim você trabalhou com profissionais de outras áreas?

Você percebe diferença entre as experiências anteriores de trabalho com outras áreas e agora na Defensoria?

Em relação ao Serviço Social você avalia que há algo que identifica os profissionais ou cada qual tem uma particularidade própria?

Do seu ponto de vista poderia apontar o que seria mais identificado à Psicologia e o que é mais identificado ao Serviço Social na Defensoria?

Acredita que o discurso de projeto profissional professado por assistentes sociais se materializa no cotidiano?

Você avalia que da demanda que chega ao CAM há uma necessidade interna (da equipe) e/ou externa (defensores), de definir o que afeto ao Serviço social e o que é da Psicologia?

Se você pudesse identificar as contribuições do Serviço Social na Defensoria, dentro do CAM, como identificaria?

Você conhecia o trabalho do assistente social antes da Defensoria?

Se sim em qual oportunidade?

O que você acha do trabalho feito, consegue perceber a diferença entre o Serviço Social e a Psicologia?

O que você acha desses profissionais? Do trabalho que realizam?

Caso fosse solicitado que identificasse a alguém o que faz o Serviço Social na defensoria como descreveria?

Para defensores:

Está há quanto tempo na Defensoria?

Você trabalhou em outros lugares antes da Defensoria? Em quais?

Caso sim você trabalhou com profissionais de outras áreas?

Você percebe diferença entre as experiências anteriores de trabalho com outras áreas e agora na Defensoria?

Do seu ponto de vista poderia apontar o que seria mais identificado à Psicologia e o que é mais identificado ao Serviço Social na Defensoria?

Se você pudesse identificar as contribuições do Serviço Social na Defensoria, dentro do CAM, como identificaria?

Quais contribuições do CAM para a Defensoria?

ANEXO 6

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Você está sendo convidado/a a participar, voluntariamente, da pesquisa de mestrado acima intitulada, sob orientação da Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek.

Trata-se de uma pesquisa que tem como objetivo apreender a identidade dos assistentes sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, uma vez que em 2010 essa instituição passou a ter em seu quadro profissional de Serviço Social, entre outros, atingindo hoje o cenário atual de 53 profissionais. Trata-se de compreender a identidade desses profissionais no contexto da judicialização da questão social, partindo da hipótese que o acesso ao poder judiciário para garantias dos direitos sociais não é a melhor e tampouco deve ser a única via de acesso à justiça.

Dos procedimentos de pesquisa serão utilizadas as técnicas de pesquisa social por meio da escala de identidade e a coleta de dados por entrevista centrada com os profissionais do Serviço Social, bem como entrevistas semi-estruturadas com profissionais que atuam na equipe multidisciplinar e usuários do serviço.

Está prevista a realização de uma entrevista com duração aproximada de 1h30', e se você não se incomodar, iremos gravar nossa entrevista para podermos estudar as informações com cuidado posteriormente. Somente os responsáveis pelo estudo terão acesso à ela. Será mantido o anonimato.

Espera-se que a entrevista ocorra sem desconfortos, e em qualquer etapa do estudo você poderá esclarecer dúvidas a respeito com a profissional da pesquisa. Fica aqui esclarecido que a participação é totalmente isenta de pagamento de despesas.

Caso você tenha interesse no estudo e queira maiores informações posteriormente, você poderá entrar em contato com Luiza Aparecida de Barros (luiza_pucsp@yahoo.com.br) (11) 97166-0946.

Em caso de maiores dúvidas, esclarecimentos ou encaminhamentos por favor também contatem o Comitê de Ética em Pesquisa situado na Rua Ministro de Godói, 969 – sala 63 C, bairro Perdizes, São Paulo/SP, cep: 05015-001. Telefone/Fax: (11) 3670-8466 email: cometica@pucsp.br.

CONSENTIMENTO

A pesquisa foi explicada e eu tive a chance de fazer as perguntas que desejei e elas foram respondidas. Eu compreendo os meus direitos como participante desta pesquisa e concordo em participar.

Data: _____

Nome completo: _____

Assinatura do/a participante: _____

Assinatura pesquisadora Luiza Aparecida de Barros: _____

Agradecemos sua participação. Você receberá uma via deste documento assinada pela pesquisadora.

ANEXO 7

Autorização da realização da pesquisa pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Primeira Subdefensoria Pública-Geral

Fis. _____
Rubrica _____

Processo: 6488/2016

Interessada: Luíza Aparecida de Barros

Assunto: Pedido de informação nº 5646416352 - Autorização para realização de pesquisa vinculada ao Mestrado em Serviço Social intitulada: "A identidade profissional dos Assistentes Sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo - desafios diante da judicialização da vida"

Trata-se de requerimento para realização de pesquisa de Mestrado sobre a atuação dos/as assistentes sociais no âmbito da Defensoria Pública, formulado por Luíza Aparecida de Barros, Agente Assistente Social lotada no Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Osasco da DPESP e discente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

A interessada fez juntar projeto de pesquisa intitulado "A identidade profissional dos Assistentes Sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo - desafios diante da judicialização da vida" (fls. 10/35) e objetiva compreender de que modo esses profissionais contribuem, ou não, para a judicialização da pobreza no percurso de acesso à justiça.

Para dar conta do objetivo traçado, pretende lançar mão de análise bibliográfica, avaliação de normativas técnicas do campo sociojurídico, bem como a realização de entrevistas (centradas com os/as Assistentes Sociais e semi-dirigidas com Defensores/as Públicos/as, Agentes Psicólogos/as e usuários/as da Instituição). No que tange ao procedimento metodológico das entrevistas, a solicitante assevera que a participação será voluntária e que os entrevistados serão devidamente esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa, assegurando-se o sigilo no que pertine aos dados pessoais dos entrevistados. Fez juntar o roteiro das entrevistas e o convite a ser encaminhado aos potenciais entrevistados (fls. 33/35).

Rua Boa Vista, 200 – 8º andar – São Paulo/SP – CEP: 01014-000 – Tel: (11) 3105-9040 – Ramal 818



Fls.	_____
Rubrica	_____

O requerimento foi autuado pelo Serviço de Informações aos Cidadãos - SIC, que bem observou que, além da contribuição para a realização do Mestrado, as informações coletadas nas entrevistas poderão integrar o acervo da DPESP e servir ao interesse público. Caso o pedido seja deferido, sugeriu que não seja exigido dos entrevistados o preenchimento de dados pessoais e/ou sigilosos nos formulários que serão utilizados pela pesquisadora.

Pelo que se depreende dos autos, a pesquisa tem temática diretamente afeta às atividades funcionais da solicitante, relacionando-se, outrossim, com o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados na Instituição, notadamente no que tange à produção de conhecimento sobre a prática profissional dos/as Assistentes Sociais na Defensoria Pública.

Considerando tudo o que consta dos autos, AUTORIZO a interessada a realizar a pesquisa em apreço, mediante o procedimento metodológico proposto, em face de sua relevância e pertinência temática, com a ressalva de que não haja divulgação de quaisquer referências nominais ou outros dados pessoais.

Recomenda-se que a interessada entre em contato com a Assessoria Técnica Psicossocial - ATP para que esta possa contribuir naquilo que for possível.

Ao término do trabalho, deverá ser encaminhada cópia da Dissertação de Mestrado à Primeira Subdefensoria.

Encaminhem-se os autos ao SIC, para prosseguimento.

São Paulo, 13 de julho de 2016.

RAFAEL PITANGA GUEDES
Defensor Público Assessor
Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado